

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CADERNO REGIONAL

PRESIDENTE PRUDENTE - ARAÇATUBA



APRESENTAÇÃO

O **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH)** é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, orientando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território, e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das

cidades. Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas, e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município constituinte da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **Cadernos Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao

¹ Lei Federal nº 13.089/2015.

² A FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”.

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada tema. Com o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos Cadernos Regionais resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUI, dividindo agora o estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos Cadernos Temáticos, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos cadernos temáticos, os eixos do PDUH foram organizados em subeixos:

1. **Dinâmica Ambiental;**
2. **Desenvolvimento Socioterritorial;**
3. **Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e**
4. **Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.**

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componham um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDUH: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território às mudanças climáticas e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por iniquidades sociais históricas.

Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Região atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial, como de dinâmicas mais significativas apontadas nos Cadernos Temáticos. A partir deste diagnóstico deverão ser apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencar diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Síntese Regional), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (Caderno Regional).

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	5
2. DIAGNÓSTICO REGIONAL	16
2.1 DINÂMICA AMBIENTAL.....	18
2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico.....	19
2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade	26
2.1.3 Recursos hídricos	29
2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	37
2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	42
2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética	45
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	47
2.2.1 Perfil econômico dos municípios.....	48
2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior 51	
2.2.3 Atividade agropecuária	53
2.2.4 Setores de maior Valor de Transformação Industrial (VTI).....	56
2.2.5 Saldo do comércio exterior.....	58
2.2.6 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada	60
2.2.7 Dinâmica demográfica	64
2.2.8 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	69
2.2.9 Quadro de regulação urbanística e do ordenamento territorial 75	
2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE	82

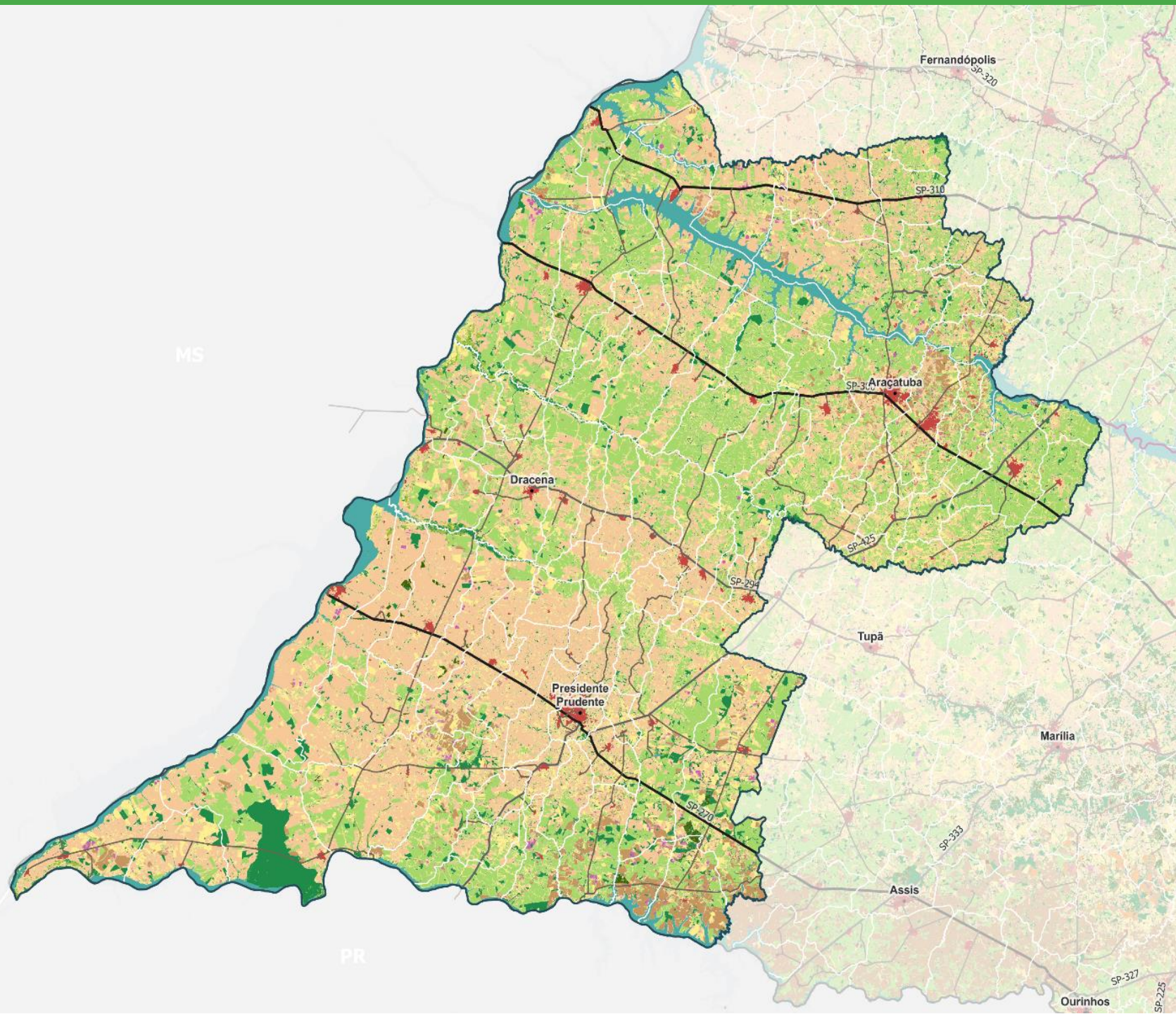
2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais.....	83
2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos ...	85
2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional	88
2.3.4 Acidentes no sistema viário	90
2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL..	94
2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	95
2.4.2 Domicílios em área de risco	101
2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais	105
2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico	108
2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico.....	113
2.4.6 Violência urbana	116
2.4.7 Desigualdades socioterritoriais	118
3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS	122
3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS	135
3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	143
3.3 PRÓXIMOS PASSOS	144

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL



USO E COBERTURA DO SOLO 2023

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



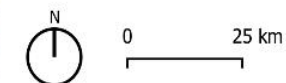
LEGENDA:

Uso e Cobertura do Solo 2023 (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Campo Alagado e Área Pantanosa
- Silvicultura
- Pastagem
- Mosaico de Usos
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Rio, Lago e Oceano
- Mineração

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Estadual
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

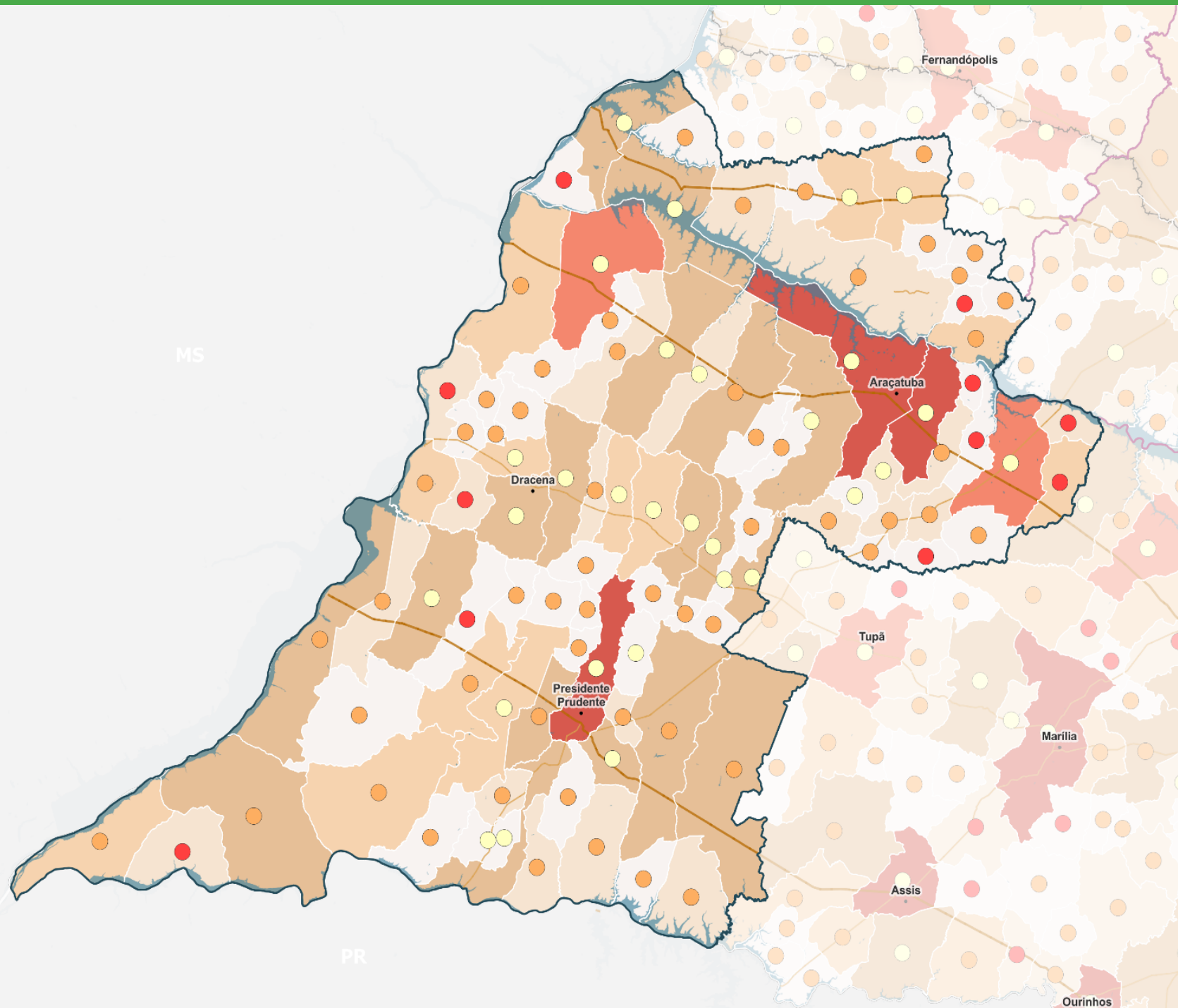
A caracterização regional apresenta um conjunto de dados relevantes para as análises por subeixos que compõem esse Caderno: uso e cobertura da terra, infraestrutura rodoviária principal, porte populacional dos municípios, população inscrita no CadÚnico, Arranjos Populacionais (Regic-IBGE), presença de consórcios intermunicipais e planos regionais ou estaduais de referência.

O projeto **MapBiomias Brasil** é a fonte das informações sobre a cobertura e o uso da terra adotadas no diagnóstico. O MapBiomias é uma iniciativa que teve origem em 2015, vinculada ao Observatório do Clima, com objetivo de monitorar a matriz de mudanças no uso do solo brasileiro, contribuindo para avaliação das emissões de gases do efeito estufa no país. A metodologia do projeto se ancora no sensoriamento remoto, machine learning e rede colaborativa. A elaboração do mapeamento tem como características principais a utilização de imagens de satélite Landsat, com resolução de 30 metros e intervalo de cobertura de 1985 ao ano atual, as quais são classificadas pixel a pixel por algoritmos de aprendizagem de máquina.

A análise dos dados da Coleção 9 para o Estado de São Paulo enfatiza as dez classes predominantes do ponto de vista de sua extensão territorial, apontando para a relevância dos usos ligados à produção rural – pastagem, lavoura perene e temporária, silvicultura e mosaico de usos – em relação à cobertura natural – formação florestal, formação savânica, campo alagado, formação campestre e águas – reforçando a antropização do território.

Dentre todas as regiões Presidente Prudente - Araçatuba **abriga 7% da cobertura natural do estado**, a terceira menor área de vegetação natural, entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH.

Com relação à infraestrutura rodoviária, a região é atravessada por eixos paralelos que ligam o sudeste do estado ao Mato Grosso do Sul. Destacam-se os eixos formados pelas rodovias Raposo Tavares (SP-270), Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e a Rodovia dos Barrageiros (SP-595) que conectam os municípios mais populosos da região.



FAIXA DE POPULAÇÃO E CADÚNICO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem de População Inscrita no CADÚNICO em Relação ao Total da População do Município (SAGICAD, Julho-2024)

- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

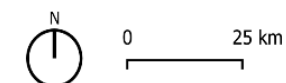
- 0 - 5.000
- 5.000 - 10.000
- 10.000 - 20.000
- 20.000 - 50.000
- 50.000 - 100.000
- 100.000 - 500.000

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

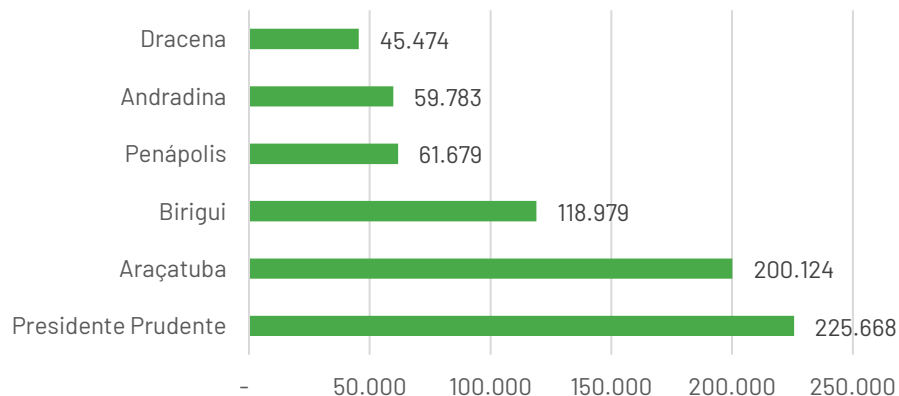
- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

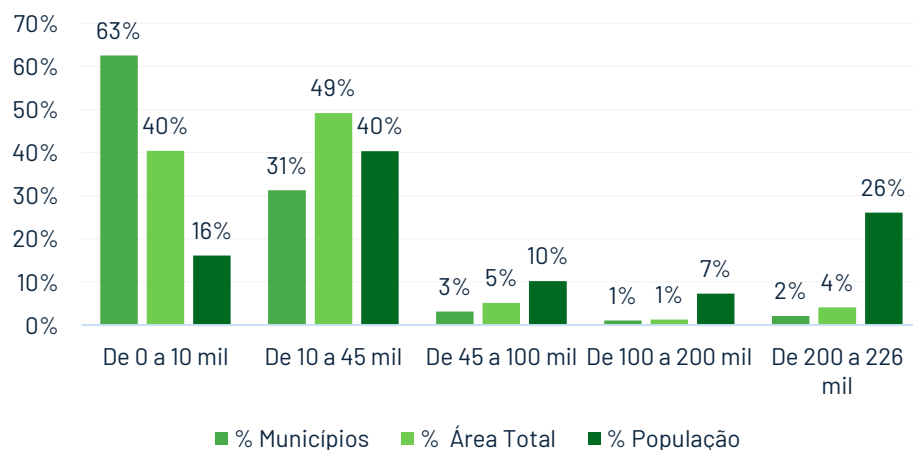
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Gráfico 1: Maiores Municípios da Região - PPA



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: FIPE

Gráfico 2: Municípios e População por Porte de População - PPA



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipec.

O **porte populacional dos municípios** tem um impacto significativo na formulação e execução de políticas públicas. Portanto, essa é uma das variáveis mais relevantes consideradas no diagnóstico regional.

A Região de Presidente Prudente - Araçatuba é composta por **96 municípios**, abrigando **1.634.678 habitantes**.

Considerando as faixas de município segundo a população, encontramos a seguinte distribuição:

Os municípios de **Presidente Prudente e Araçatuba** concentram respectivamente **13,80%**, e **12,24%** da população da região;

Os seis maiores municípios (de 45.474 a 225.668 habitantes) abrigam **43,53%** da população. Ainda, é notável a concentração de 40% da população em cidades pequenas, de 10 a 45 mil habitantes.

60 municípios possuem até 10 mil habitantes e abrigam 263.579 habitantes ou **16,12%** da população da região.

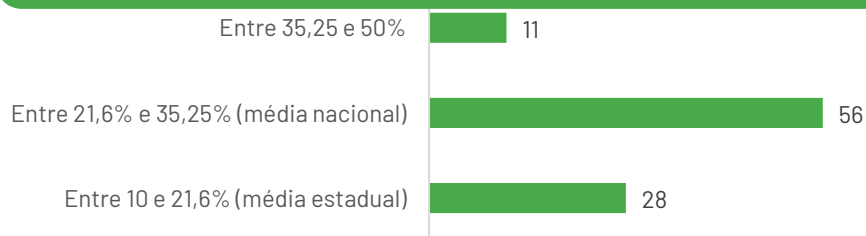
O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é o principal instrumento utilizado pelo governo federal para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais e concessão de benefícios como o Programa Bolsa Família. Além disso, também é adotado como critério para a seleção de beneficiários de programas estaduais e municipais.

É uma variável fundamental para a elaboração de política pública de enfrentamento da precariedade habitacional e urbana e, por sua relevância, perpassa várias análises do diagnóstico. Desse universo, foram selecionadas somente famílias em situação de pobreza ou baixa renda, com renda per capita mensal de até meio salário mínimo.

Considerando a porcentagem da população do CadÚnico em relação à população total, a relação no Estado de São Paulo é de 21,60% e a média do Brasil é de 35,25%.

Na **Região de Presidente Prudente - Araçatuba** há **337.826** pessoas inscritas no CadÚnico, o que representa 20,7% da população total, abaixo da média do Estado. Desse total **37.823** pessoas estão no município de **Presidente Prudente**, **33.358** em **Araçatuba** e **18.280** em **Birigui**, municípios com a maior quantidade de população no cadastro da região.

Gráfico 3: Classificação dos Municípios por Porcentagem da População em Estado de Pobreza ou Baixa Renda Inscritas no Cadastro Único em Relação à População Total



Fonte: SAGICAD, 2024. Elaboração: FIPE, 2025.

A região conta com 67 municípios com a proporção de população no Cadastro Único acima da média do estado e 11 destes acima da média do Brasil (Ouro Verde, Brejo Alegre, Barbosa, Luiziânia, Avanhandava, Lourdes, Euclides da Cunha Paulista, Piquerobi, Glicério, Itapura, Paulicéia).

Como subsídio ao diagnóstico, também foram considerados os resultados da pesquisa **Regiões de Influência das Cidades - Regic** (IBGE, 2018), que tem como objetivo identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades.

Foram identificados pela REGIC, na Região de Presidente Prudente Adamantina, **8 Arranjos Populacionais (AP)**:

1. **Adamantina - Lucélia - Centro Sub-Regional B**: Adamantina, Pracinha, Mariápolis, Inúbia Paulista, Lucélia.
2. **Birigui - Centro Sub-Regional B**: Coroados, Braúna, Brejo Alegre, Birigui.
3. **Gastão Vidigal - Monções - Centro Local**: Gastão Vidigal.
4. **Presidente Prudente - Capital Regional C**: Presidente Bernardes, Anhumas, Emilianópolis, Taciba, Santo Expedito, Estrela do Norte, Pirapozinho, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Presidente Prudente, Narandiba, Caiabu, Indiana, Regente Feijó, Tarabai.
5. **Presidente Venceslau - Centro de Zona A**: Caiuá, Presidente Venceslau.
6. **Santo Antônio do Aracanguá - Centro Local**: Santo Antônio do Aracanguá, Nova Luzitânia.
7. **Tupi Paulista - Centro Local**: Nova Guataporanga, Tupi Paulista.
8. **Valparaíso - Centro Local**: Bento de Abreu, Valparaíso.

ARRANJOS POPULACIONAIS E HIERARQUIA DA REDE URBANA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Municípios e Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional
- Centro Sub-Regional
- Centro de Zona
- Centro Local

Arranjos Populacionais (Regic, 2018)

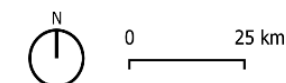
- AP Adamantina - Lucélia
- AP Birigui
- AP Fernandópolis
- AP Gastão Vidigal - Monções
- AP Jales
- AP Paraguaçu Paulista
- AP Presidente Prudente
- AP Presidente Venceslau
- AP Santa Fé do Sul
- AP Santo Antônio do Aracanguá
- AP Tupã
- AP Tupi Paulista
- AP Valparaíso

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Corpos d'Água

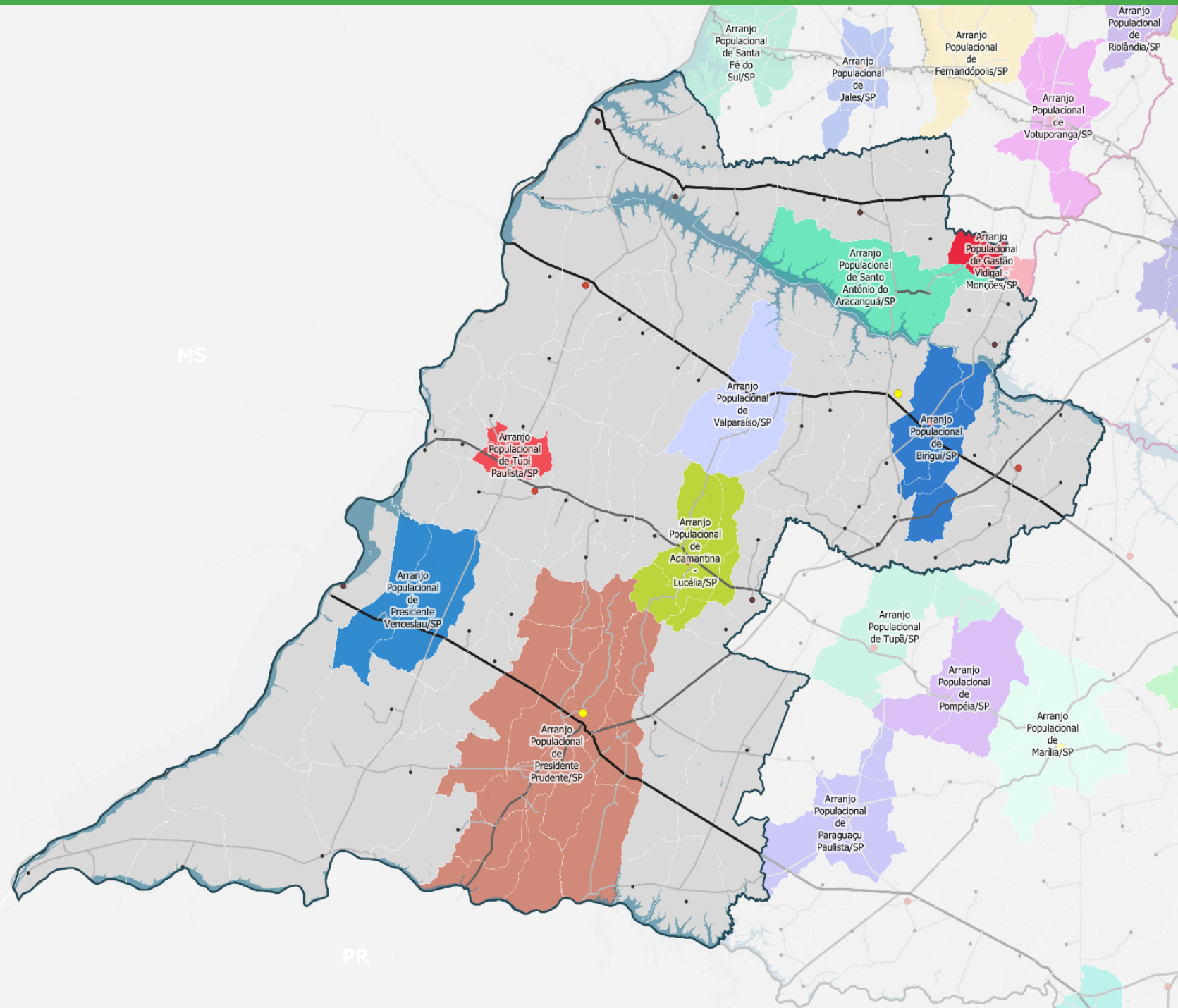
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Outra importante informação que evidencia a natureza das relações institucionais entre os municípios da Região e suas interdependências é a existência de **consórcios públicos intermunicipais**.

Segundo o Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais da Confederação Brasileira de Municípios, há 13 consórcios públicos intermunicipais atuantes na Região de Presidente Prudente - Araçatuba:

1. Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo - CIENSP:

Conta com 21 municípios: Andradina, Auriflama, Bento de Abreu, Castilho, Guararapes, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Monte Castelo, Murutinga do Sul, Nova Independência, Nova Luzitânia, Pereira Barreto, Rubiácea, Santo Antônio do Aracanguá, Sud Mennucci, Suzanópolis, Tupi Paulista e Valparaíso.

- Área de atuação: Meio Ambiente, Saúde, Resíduos Sólidos, Educação, Turismo, Agricultura, Licitações.

2. Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amnap - CIM-AMNAP:

Conta com 18 associados sendo Adamantina, Dracena, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Paulicéia, Pracinha, Sagres, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista municípios da região.

- Área de atuação: Agricultura, Licitações Compartilhadas, Educação, Turismo.

3. Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis - CIMPE:

Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Braúna, Glicério, Luiziânia e Penápolis.

- Área de atuação: saúde.

4. Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIMSA:

Conta com 12 municípios: Bilac, Birigui, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel

Monteiro, Lourdes, Nova Luzitânia, Piacatu, Santópolis do Aguapeí e Turiúba.

- Área de atuação: saúde.

5. Consórcio Intermunicipal de Informática - CIN:

Conta com 13 municípios dos quais Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Birigui, Braúna, Clementina, Gabriel Monteiro, Glicério, Luiziânia, Penápolis, Piacatu e Santópolis do Aguapeí estão

- Área de atuação: Tecnologia. na região.

6. Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP:

Conta com 27 municípios, dos quais estão na região Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Álvares Machado

- Área de atuação: Agricultura, Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Turismo, Transporte.

7. Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema - CIPP:

Conta com 6 municípios: Estrela do Norte, Narandiba, Pirapozinho, Sandovalina, Tarabai e Álvares Machado.

- Área de atuação: Meio Ambiente, Resíduos Sólidos.

8. Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista - CIRSOP:

Conta com 13 municípios, entre eles Alfredo Marcondes, Caiabu, Iepê, Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Santo Anastácio, Santo Expedito e Álvares Machado na região.

- Área de atuação: Resíduos Sólidos.

9. Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista – CISAP. Conta com 6 municípios, entre eles Inúbia Paulista, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz e Sagres na região.

- Área de atuação: saúde.

10. Consórcio Intermunicipal de Serviços da Nova Alta Paulista – CISNAP.

Conta com 11 municípios: Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

- Área de atuação: Agricultura, Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Turismo.

11. Consórcio Intermunicipal dos Vales do Rio Tietê -Paraná – CITP. Conta

com 49 municípios, entre eles: Andradina, Araçatuba, Avandava, Barbosa, Birigui, Buritama, Castilho, Ilha Solteira, Itapura, Panorama, Paulicéia, Penápolis, Pereira Barreto, Rosana, Santo Antônio do Aracanguá, Sud Mennucci e Teodoro Sampaio na região.

- Área de atuação: Meio Ambiente.

12. Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – CIVAP. Conta com

48 municípios consorciados, entre eles Alfredo Marcondes, Caiabu, Iepê, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Rancharia, Sandovalina e Taciba na região.

- Área de atuação: Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, Esportes, Mobilidade, Cultura.

13. Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado – CRL. Conta com 3

municípios: Alto Alegre, Barbosa e Penápolis.

- Área de atuação: Meio Ambiente.

Cabe destacar que a existência dos consórcios intermunicipais viabiliza o atendimento de funções públicas de interesse comum e possibilita economias de escala pelo agrupamento de municípios.

A adesão a consórcios é uma forma de arranjo político-administrativo próprio, não requer contiguidade geográfica, nem se circunscreve a limites de Regiões Metropolitanas. Ainda, em função da região abrigar sua população de forma mais dispersa e não possuir regiões metropolitanas, o instrumento dos consórcios públicos adquire maior relevância na carência de outros arranjos regionais.

Pode-se perceber ainda que existe uma intersecção de diferentes consórcios em alguns municípios, refletindo uma característica desse arranjo que é a possibilidade de um escopo bastante especializado ou temático, o que pode não atender integralmente as necessidades de um município. Essa multiplicidade de arranjos é, ao mesmo tempo, uma resposta particularizada às diferentes demandas dos entes consorciados e um espaço de atuação potencial do governo do estado, tanto como mediador dos interesses regionais, quanto para o fomento de possíveis subsídios cruzados.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

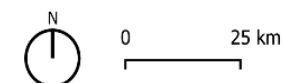
- • • CINORP
- \\ \\ CIMSA
- /// CISNAP
- CIENSP
- CIMPE
- CISARF
- CIOP
- CISAP

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

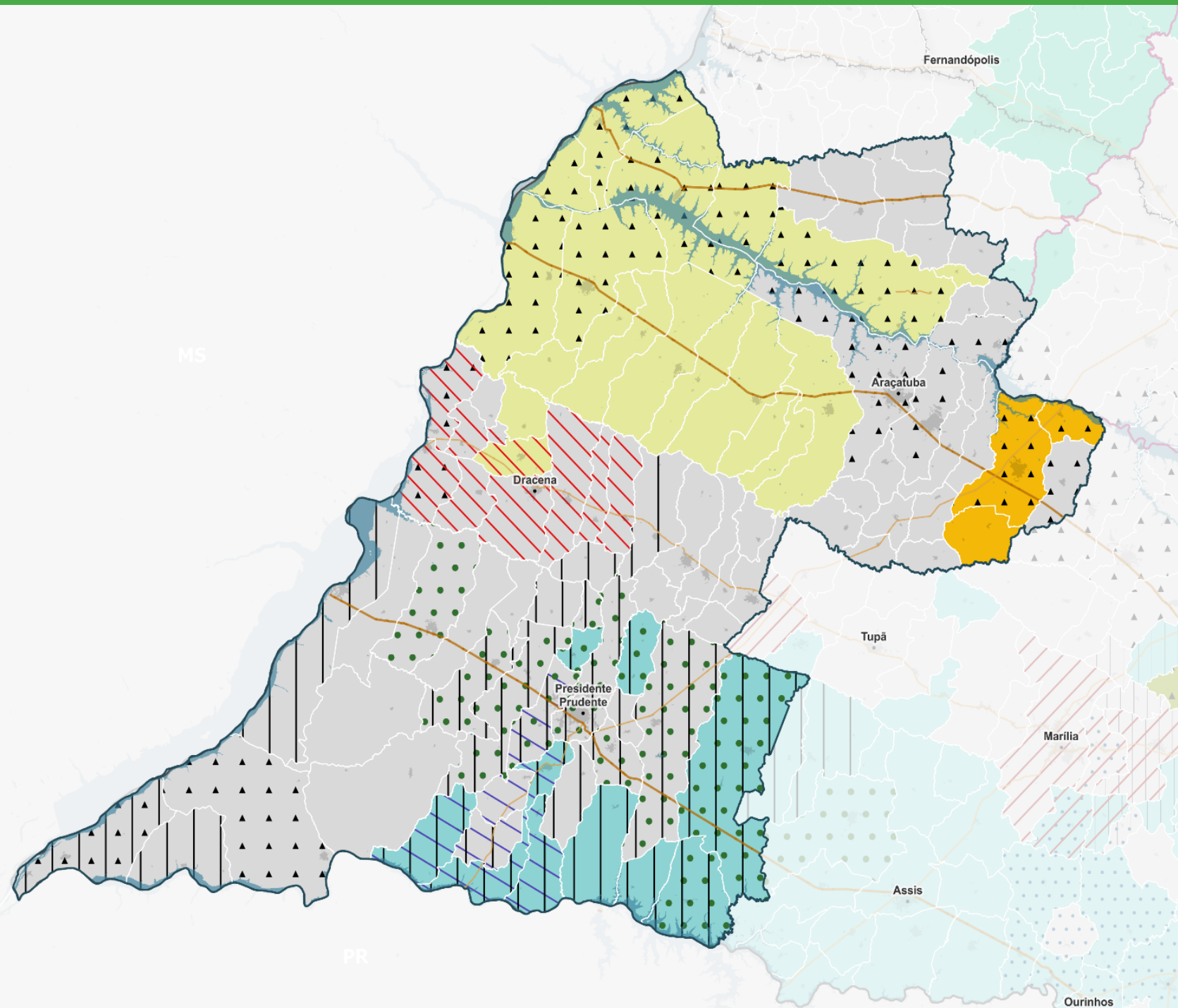


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO, RESÍDUOS OU MEIO AMBIENTE

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

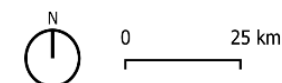
- CIPP
- | CIOP
- CISNAP
- ▲ CITP
- CIRSOP
- CIDAS
- CIENSP
- CRL

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

2. DIAGNÓSTICO REGIONAL



Partindo das principais questões temáticas e dos eixos estruturantes, a análise transversal para o diagnóstico regional tem como principal objetivo a integração de estudos que possibilitarão um quadro amplo e a identificação de estratégias para a orientação de políticas e investimentos públicos para cada região. E, partindo de itens comuns a todas as regiões, a identificação de potencialidades e fragilidades para cada uma que oriente a priorização de ações.

Importante salientar que as análises transversais se baseiam também em planos, leis e programas já desenvolvidos em âmbito estadual e mesmo regional, com o intuito de realizar neste caderno uma análise regional e territorial dos temas abordados.

Entre as várias políticas setoriais e seus instrumentos que foram consultados durante a elaboração dos diagnósticos temáticos e regionais, um importante subsídio é o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC**, em elaboração recente e em fase de consulta pública no final de 2024, que define eixos temáticos abrangentes e estruturantes.

O PEARC, utilizando bases elaboradas no âmbito do **Zoneamento Ecológico-Econômico** (ZEE-SP), é um instrumento técnico e político de planejamento e ordenamento territorial, previsto na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Estadual nº 9.509/1997) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), que estabelece diretrizes considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica das diferentes regiões do território. O documento aponta projeções climáticas para um cenário crítico em 2050 que indica uma elevação da temperatura média anual, assim como aumento dos períodos de estiagem na Região de Presidente Pudente. Essa projeção precisa ser considerada para a antecipação e orientação de políticas e planejamento territorial para a região como veremos adiante. Assim como o Eixo Transversal de Justiça Climática, que, no PEARC, focou em cinco dimensões: raça, gênero, idade, renda e grupos étnicos.

Complementarmente, utilizaram-se bases de dados recentes que possibilitam o cruzamento de informações e uma análise transversal para alguns temas. Como exemplo, pode-se citar dados de evolução do uso da

terra disponibilizados pela Plataforma MapBiomas cruzados com dados do censo de 2022 disponibilizados pelo IBGE.

Os **subeixos de análises multitemáticas** serão apresentados a seguir.

2.1 DINÂMICA AMBIENTAL

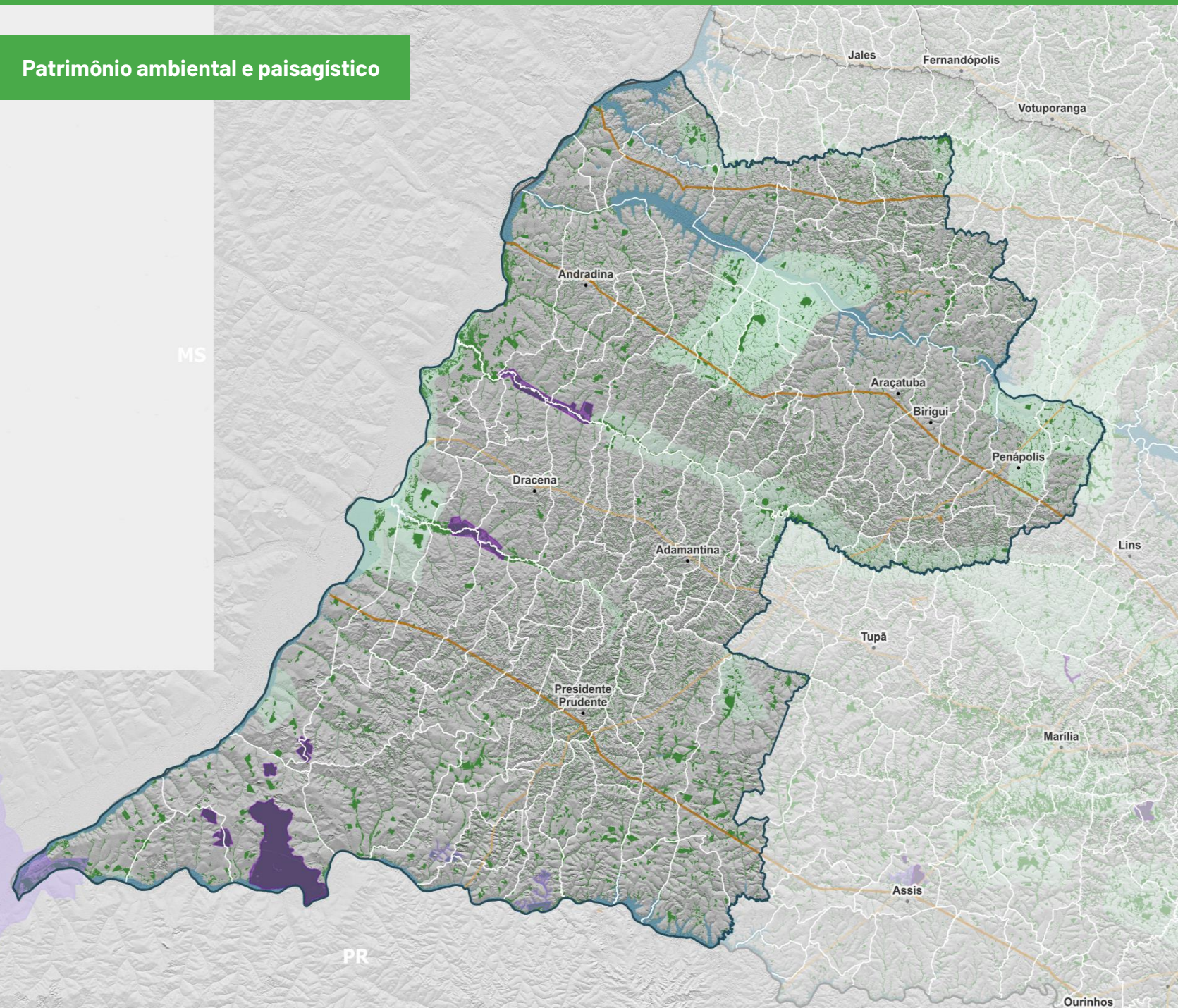
O diagnóstico da dinâmica ambiental na região de Presidente Prudente-Araçatuba baseou-se em indicadores que sintetizam os principais aspectos da situação do meio ambiente, bem como refletem o impacto das atividades humanas no território e a capacidade de resposta das políticas públicas relacionadas.

Esse eixo temático está organizado nos seguintes blocos: **patrimônio ambiental e paisagístico, instrumentos de proteção e conectividade, recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e matriz energética.**



Fonte: <https://www.cdhu.sp.gov.br/-/cdhu-realiza-plantio-de-mais-de-2-100-mudas-de-arvores-frutiferas-em-conjuntos-habitacionais>

2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico



MEIO AMBIENTE ATRIBUTOS

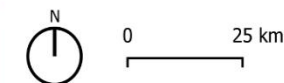
Região de Presidente Prudente - Araçatuba

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Inventário Florestal (SEMIL, 2020)
- Unidades de Conservação (CNUC, 2025)
 - Proteção Integral
 - Uso Sustentável
- Áreas com Maior Indicação para Incremento da Conectividade (BIOTA FAPESP, 2008)
- Terras Indígenas (FUNAI, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)

● Alto

Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas
ZEE (SEMIL, 2022)

0 - pior situação

0,25

0,5

0,75

1 - melhor situação

Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos
(DAEE, 1997)

Balanco Hídrico Quali-Quantitativo (ANA, 2016)

Críticidade quali-quantitativa

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Limites Municipais (São Paulo)

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'água

Limites Municipais

Regionalização CDHU

Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

Em função da subdivisão das bacias do estado, cinco Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) incidem na Região de Presidente Prudente-Araçatuba (PPA): UGRHI 18 - São José dos Dourados, UGRHI 19 - Baixo Tietê, UGRHI 20 - Rio Aguapeí, UGRHI 21- Peixe e UGRHI 22 - Pontal do Paranapanema.

A Região PPA apresenta características que exigem uma atenção especial à dinâmica ambiental local. A predominância histórica da agricultura e da pecuária, aliada ao pequeno número de áreas legalmente protegidas, resultou em um **território com baixa cobertura de vegetação nativa**. A exceção, que merece destaque, é o Pontal do Paranapanema, onde existem duas importantes Unidades de Conservação: o Parque estadual do Morro do Diabo e a Reserva do Pontal do Paranapanema.

Esse cenário intensifica os impactos ambientais, especialmente no contexto das mudanças climáticas. Os mananciais de água, tanto superficiais quanto subterrâneos, enfrentam crescente pressão devido às demandas do setor rural e do abastecimento público.

Dentre os principais riscos ambientais e climáticos enfrentados pela região estão a perda de biodiversidade e habitats, a pressão sobre os recursos hídricos, a degradação do solo e a vulnerabilidade a riscos geológicos, sobretudo relacionados aos recursos hídricos. Esses fatores também reduzem a resiliência da região às alterações climáticas, destacando-se a **gestão dos recursos hídricos como um dos maiores desafios locais**.

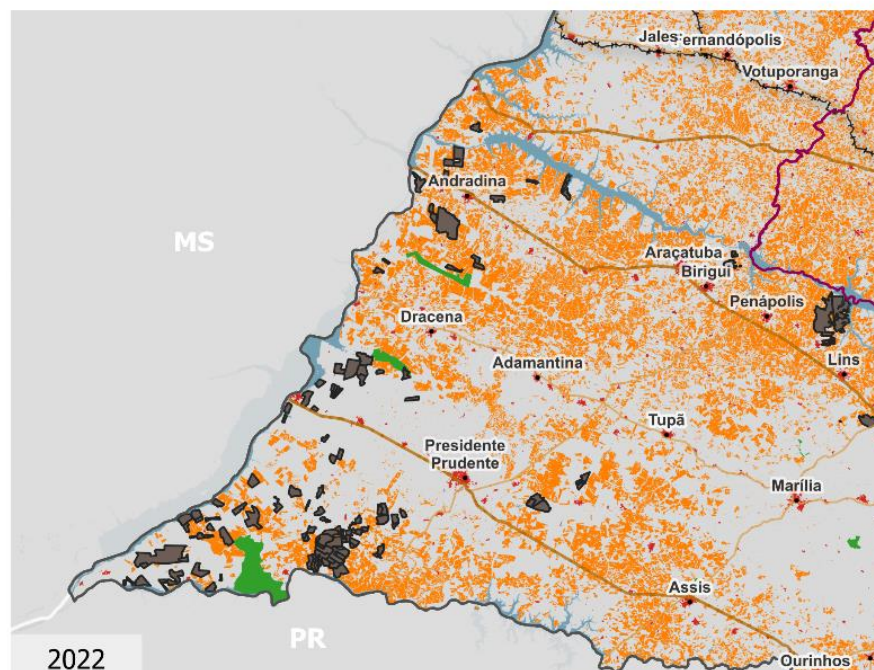
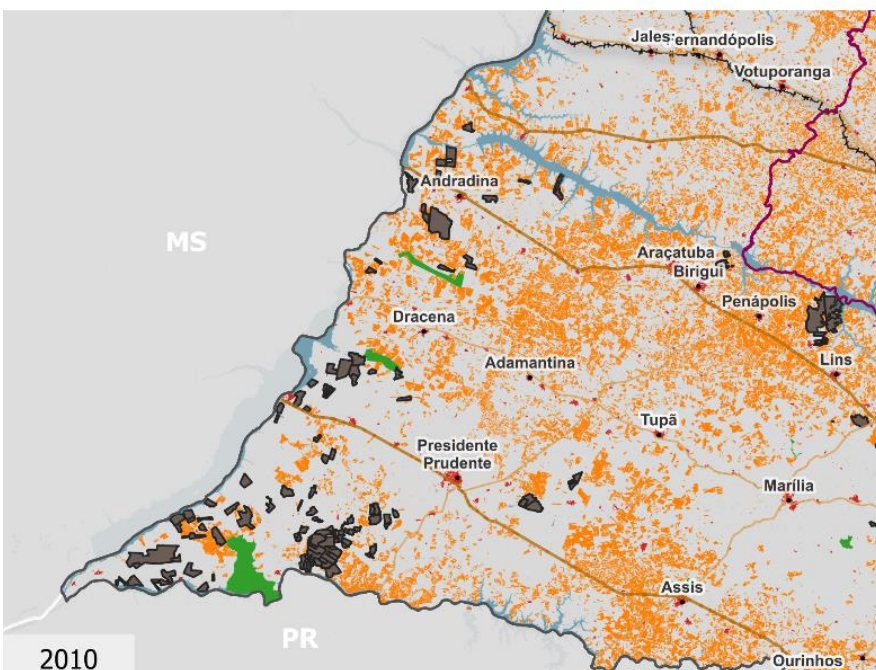
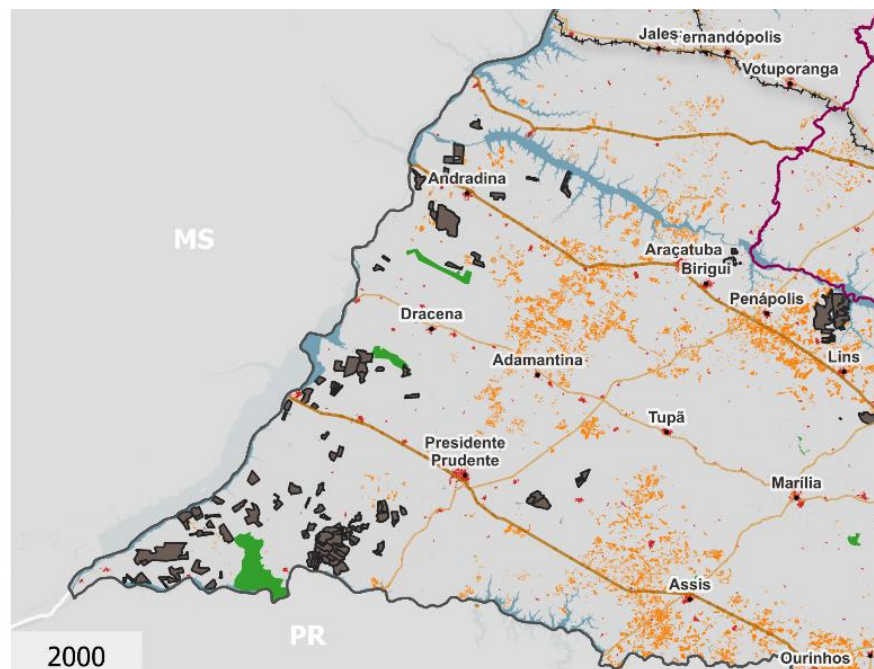
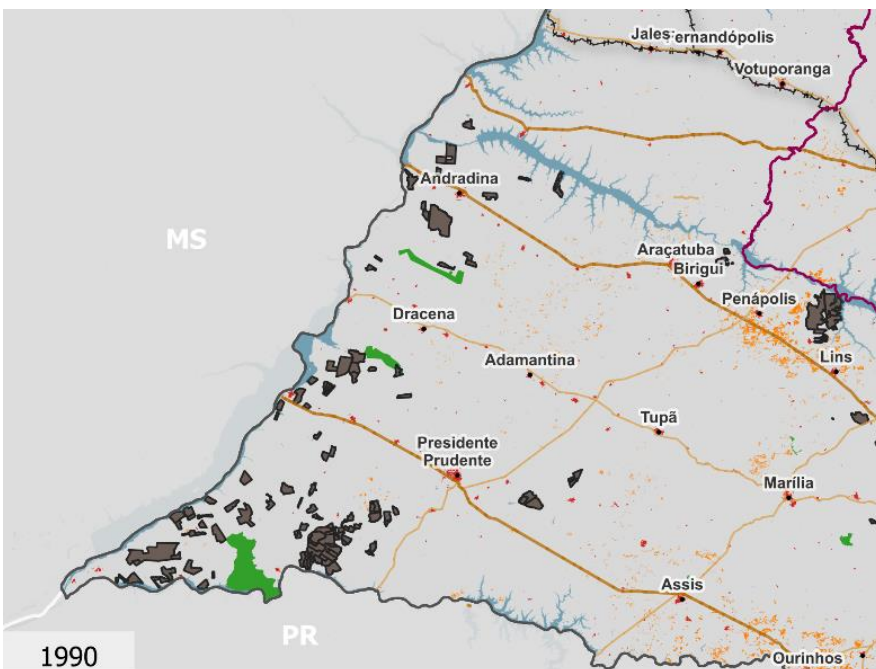
Deve-se destacar, ainda, que o Pontal do Paranapanema concentra o maior número de assentamentos e de famílias assentadas do estado de São Paulo. Nessa região foram criados assentamentos na maior parte dos municípios, como resultado da territorialização da luta pela terra desenvolvida desde 1984⁴. Do ponto de vista socioambiental, é preocupante o processo de expansão da cana-de-açúcar na região que levou ao “cercamento” de parte dos assentamentos da reforma agrária pelos canaviais⁵. Esse **conflito pelo uso da terra vem impondo dificuldades para a produção de alimentos**

agroecológicos e acarretando a perda de produção em razão da pulverização aérea de agrotóxicos.

A estratégia do PDUH para aumentar a resiliência e promover a adaptação às mudanças climáticas na Região de Presidente Prudente-Araçatuba deverá se apoiar no incentivo à recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas para o reforço da conectividade ecológica e do incremento de áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos, em especial os hidrológicos.

4 <https://www.scielo.br/j/ea/a/WKMbmTYvWTspLcZBFDWdJPC/?lang=pt>

5 <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8359/6832>



TERRAS PÚBLICAS E EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR

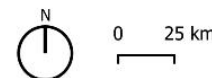
Região de Presidente Prudente-Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Uso do Solo (Mapbiomas, 1990/2000/2010/2024)

- Cana de açúcar
- Área Urbanizada
- Terras públicas (INCRA, 2010)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Os dados do INCRA apresentados nos mapas anteriores referem-se à base atualizada até 2010, e foram obtidas no Catálogo de Metadados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Segundo a ANA, “a categoria de Terras Públicas abrange terras adquiridas, desapropriadas, arrecadadas, reconhecidas, doadas, adjudicadas, discriminadas, incorporadas, transferidas, cedidas, confiscadas, revertidas de domínio, ou em processo de obtenção, pelo Estado, nas quais se encontram instalados projetos de assentamento, nas suas mais diversas tipologias”. A série histórica apresentada refere-se à evolução da cultura de cana-de-açúcar, segundo dados do MapBiomass.

No estado de São Paulo⁶, a Fundação Instituto de Terras – Itesp é responsável pela implantação dos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais em terras públicas estaduais com base na Lei nº 4.957/85, atualizada pela Lei nº 16.115/2016, que dispõe sobre os “Planos Públicos de Aproveitamento e Valorização dos Recursos Fundiários do Estado”.

De acordo com o Itesp, sua política de investimentos do Itesp nos assentamentos e comunidades quilombolas “é ampla e diversificada: vai do levantamento do meio físico e projeto conservacionista da área devoluta ou imóvel público arrecadados, com o cálculo do módulo rural do assentamento, planejamento territorial dos lotes e das áreas quilombolas, estradas e áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente.

Realiza a implantação da infraestrutura com a abertura de estradas, abastecimento de água com perfuração de poços artesianos, implantação de energia elétrica e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias e conservação de solos. O desenvolvimento dessas comunidades se dá por meio de programas/subprogramas institucionais como o fornecimento de sementes, mudas, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental, bem como os programas de crédito agrícola estadual e federal voltados para a agricultura familiar.

O Itesp presta assistência técnica a 7.133 famílias, que vivem em 140 assentamentos rurais, distribuídos em 40 municípios. A maior parte deles

fica no Pontal do Paranapanema: 4.913 famílias em 99 assentamentos, em 13 municípios”.

⁶ https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=199

SALVAGUARDA DA BIODIVERSIDADE ZEE

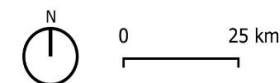
Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

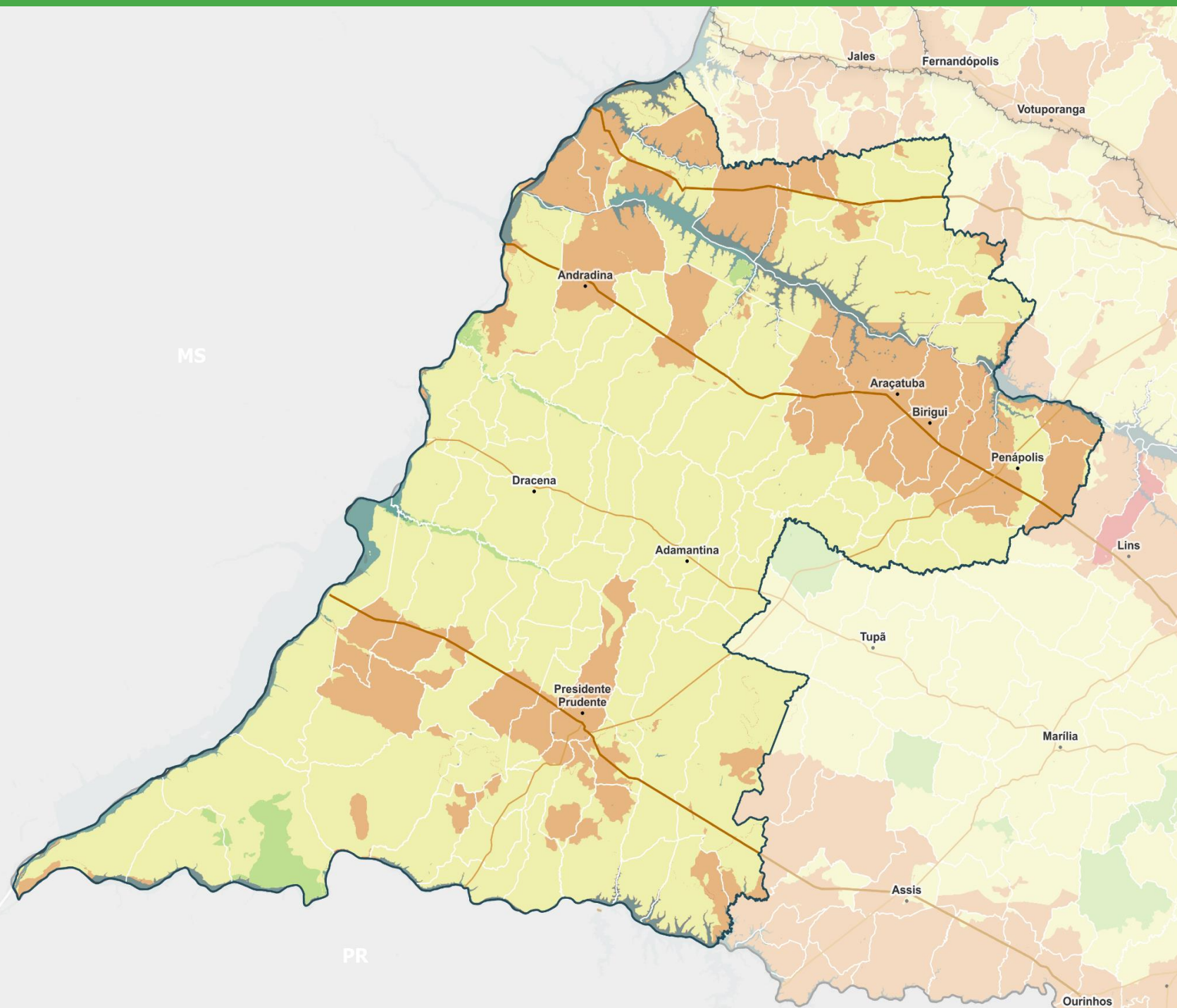
Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico
(ZEE) - Salvaguarda da Biodiversidade (SEMIL, 2022)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Limites administrativos
 - Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A Salvaguarda da Biodiversidade é compreendida a partir da proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, visando à **sustentabilidade da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos** (ZEE, 2023). Essa temática é apresentada na Carta Síntese da **Diretriz 3** do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. Assim como em outras Diretrizes do ZEE, 5 no total, os valores finais foram divididos em cinco classes, sendo a classe 1 a mais crítica e a 5 a mais favorável para o alcance da Diretriz.

Os atributos que compõem a Carta Síntese da Diretriz 3 estão divididos em 3 grupos. No grupo de “situação atual” foram considerados a presença de cobertura vegetal nativa e de corpos hídricos, a avaliação do grau de conservação de biomas e ecossistemas, o grau de proteção de unidades de conservação (UC), o percentual de vegetação nativa em APPs hídricas, os índices de tamanho e proximidade de fragmentos de vegetação nativa e as espécies conhecidas e ameaçadas de flora e fauna.

No grupo de “capacidade de resposta”, foram considerados a presença e a gestão de áreas protegidas, as áreas prioritárias para criação de UCs, o mapa de incremento de conectividade do Programa BIOTA/FAPESP, as áreas prioritárias para restauração da cobertura vegetal nativa, a existência de políticas territoriais, a presença de infraestruturas e aprimoramentos na gestão da fauna silvestre e a adesão dos municípios a planos de combate a incêndios. Para “pressão”, foram considerados a poluição hídrica, a supressão da vegetação nativa, as ocorrências de incêndios e queimadas, a presença de espécies exóticas invasoras, os registros de atropelamentos de fauna silvestre, a relação entre fragmentos de vegetação nativa e o uso do solo de seu entorno, o uso de agrotóxicos, as licenças para barramentos, o balanço hídrico, os Autos de Infração Ambiental (AIAs) relacionados à exploração ilegal da biodiversidade e dados demográficos.

De modo geral a região apresenta seu território nas classes 2 (de atenção) e 3 (intermediária), exceto a área do Parque Estadual Morro do Diabo, que apresenta situação favorável.

Apesar do resultado da diretriz estratégica de Salvaguarda da Biodiversidade ser mediano, há muitos indicadores críticos ou de atenção pertinentes a esta questão: Percentual de vegetação nativa, Cobertura vegetal nativa, Tamanho e proximidade dos fragmentos de vegetação nativa, Supressão de cobertura vegetal, Vegetação em APPs hídricas e Densidade de espécies conhecidas de fauna e flora. A representatividade de áreas protegidas na região também é irrisória, com baixa incidência de Unidades de Conservação e baixo atingimento das Metas de Aichi⁷.

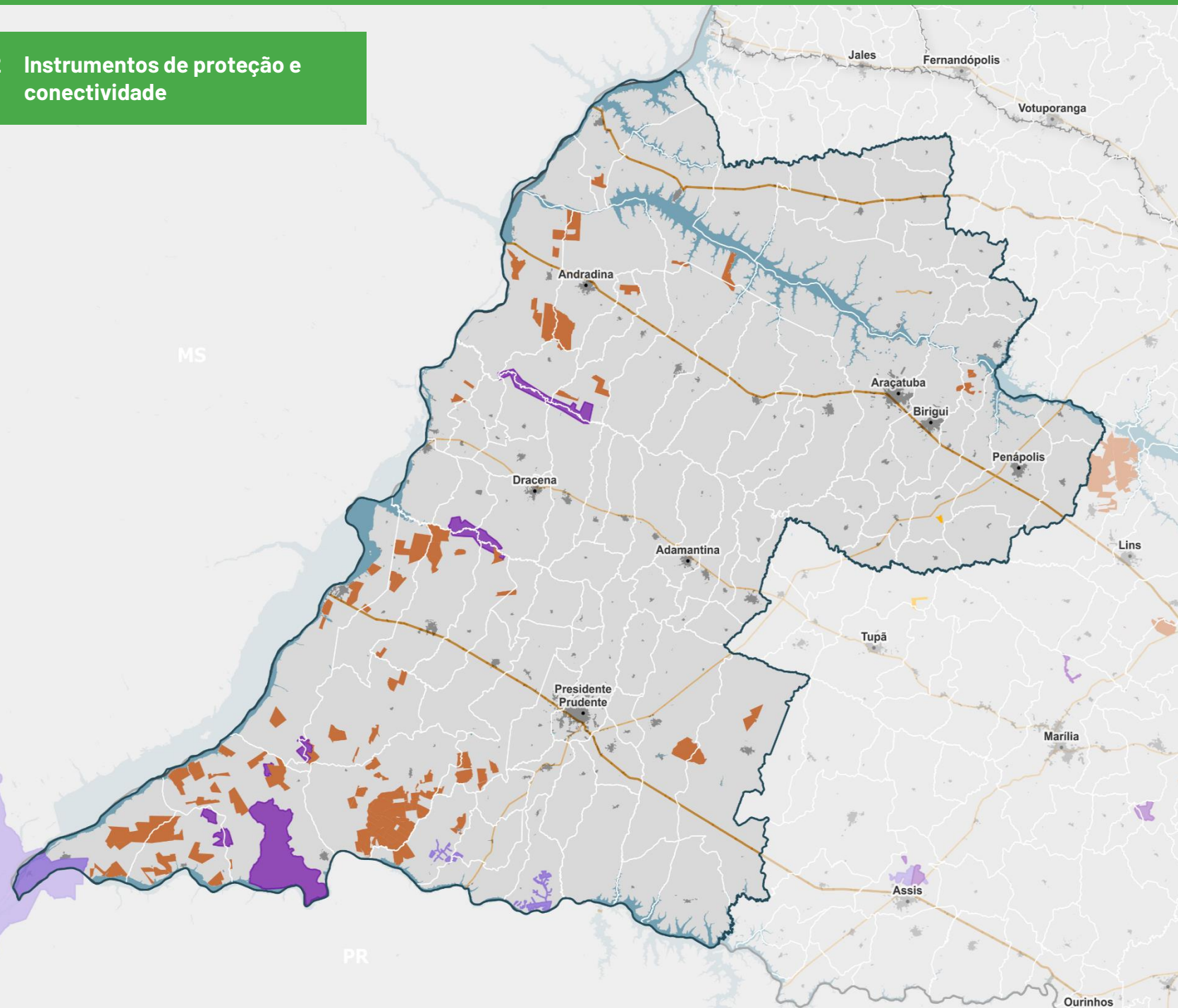
7 As Metas de Aichi são um conjunto de 20 objetivos definidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para a década de 2011-2020, com o objetivo de conter a perda de biodiversidade em nível

global. Elas foram estabelecidas na 10ª Conferência das Partes (COP10) da CDB, realizada em Nagoya, Aichi, Japão, em 2010.

2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Unidades de Conservação (CNUC, 2025)

- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Terras públicas (INCRA, 2010)
- Terras Indígenas (FUNAI, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



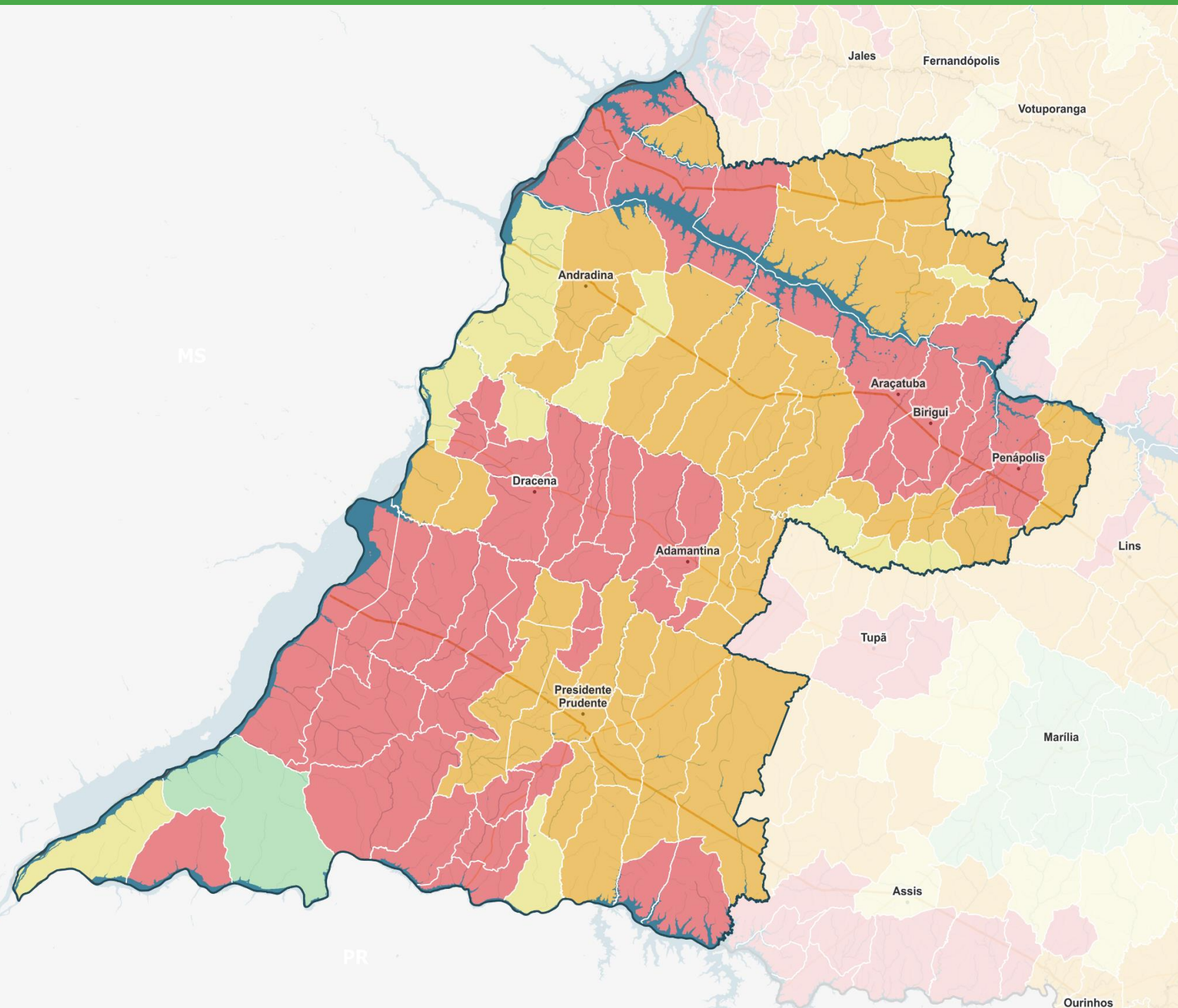
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

ÍNDICE DE COBERTURA VEGETAL NATIVA POR MUNICÍPIO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município
(Semil, 2020)

- ≤10%
- 10% < a ≤ 15%
- 15% < a ≤ 20%
- 20% < a ≤ 50%
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



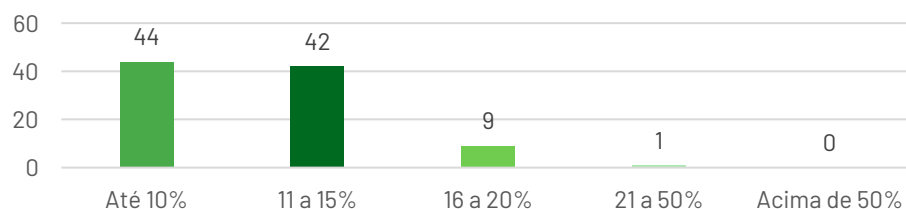
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Toda a região oeste e norte do estado de São Paulo possui uma característica específica de forte alteração da cobertura vegetal natural do território⁸. Historicamente, principalmente o bioma Cerrado foi intensamente explorado diante da indução à ocupação da região centro-oeste do Brasil e do estado por meio do cultivo de culturas como o café e a cana-de-açúcar. A Região de presidente Prudente-Araçatuba também está inserida nesse contexto.

Gráfico 4: Porcentagem de cobertura vegetal nativa no município



Fonte: Semil, 2020. Elaboração: Fipe, 2025.

Dentre os 96 municípios, apenas o município de Teodoro Sampaio, onde está localizado o Parque Estadual Morro do Diabo, apresenta índice acima de 20% de cobertura vegetal. Nove municípios possuem índices de cobertura vegetal entre 16% e 20%, sendo que todos os outros 86 municípios (89,6% do total) ficaram abaixo desse percentual.

Com relação às Unidades de Conservação, merecem destaque:

- **Parque Estadual Morro do Diabo**, Unidade de Conservação de Proteção Integral criada para proteger uma das últimas áreas de floresta de planalto do país; é uma das áreas núcleos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira⁹;

- **Parque Estadual do Rio do Peixe**, Unidade de Conservação de Proteção Integral criada para preservar o trecho do rio do Peixe conhecido como "Pantaninho Paulista"¹⁰.
- **Parque Estadual Aguapeí**, Unidade de Conservação de Proteção Integral criada, em 1998, como forma de compensação pelos impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica Porto Primavera¹¹.

O Parque Estadual do Rio do Peixe e o Parque Estadual Aguapeí protegem os últimos trechos de ecossistemas de várzeas que existiam em grande parte dos rios paulistas que desembocavam no rio Paraná.

Entretanto, deve-se destacar que, a despeito dos baixos índices de cobertura vegetal e da presença pouco expressiva de Unidades de Conservação, a região conta com um número significativo de áreas estratégicas para o incremento da conectividade, segundo o Programa Biota-Fapesp.

Nota-se, assim, um grande desafio em torno da definição de políticas públicas que possam ampliar a capacidade de restauração dos ecossistemas em ameaça. Nesse cenário, a principal estratégia para induzir a restauração da cobertura vegetal nativa na região é utilizar instrumentos previstos no Código Florestal, Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, aplicáveis às propriedades rurais, como a delimitação orientada de Reserva Legal e a criação de Unidades de Conservação como Reserva articular do Patrimônio Natural (RPPN) e Monumentos Naturais (MONA).

8 <https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-21-9-22.pdf>

9 <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-morro-do-diabo/>

10 <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-rio-do-peixe/>

11 <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-aguapei/>

2.1.3 Recursos hídricos

UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Limites UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)

- Aguapeí
- Baixo Tietê
- Médio Paranapanema
- Peixe
- Pontal do Paranapanema
- São José dos Dourados
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

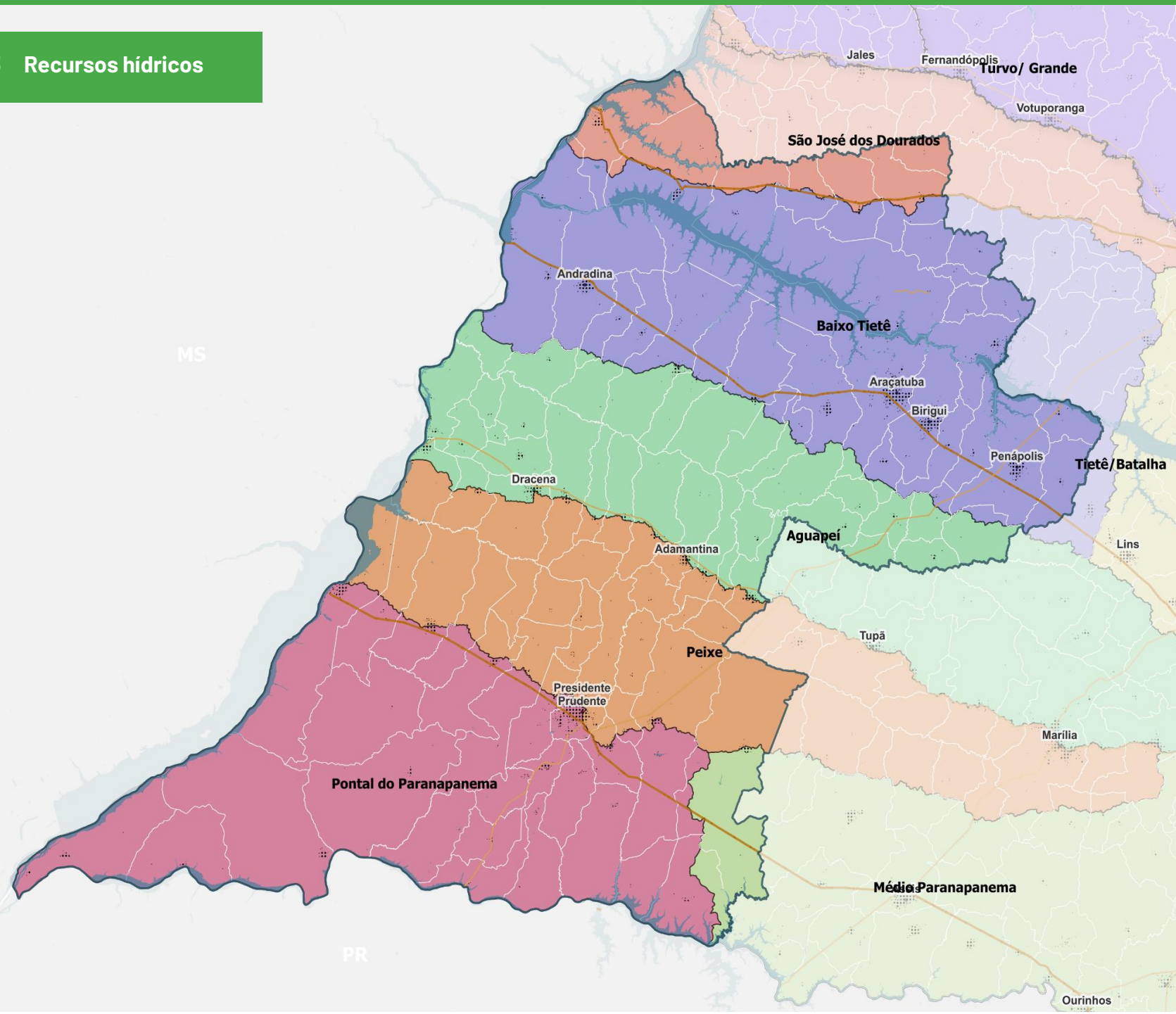
- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



TIPOS DE MANANCIAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Tipo de Captação (ANA, 2021)

- Subterrânea
- Superficial

Tipos de Manancial (ANA, 2021)

- Preponderantemente Superficial
- Preponderantemente Subterrânea
- Exclusivamente Superficial
- Exclusivamente Subterrânea
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) tem as bacias hidrográficas como referência para o planejamento e a gestão. As bacias hidrográficas, por sua complexidade e extensão, são divididas em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs).

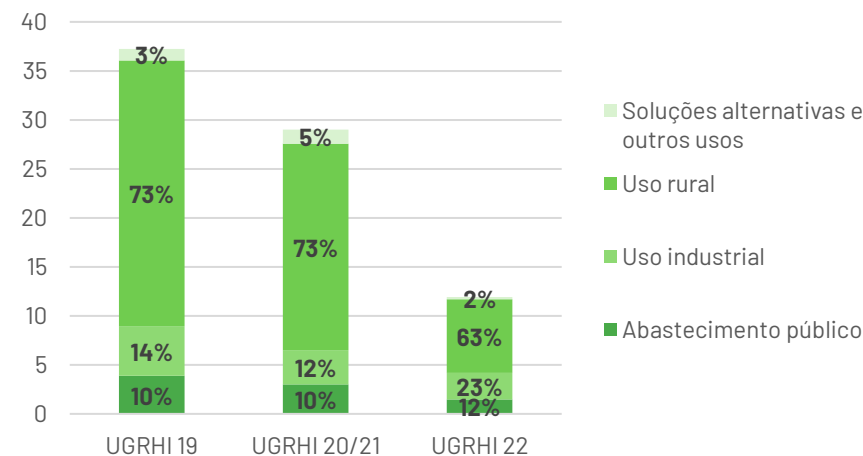
Em função dessa subdivisão das bacias do estado, cinco Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) incidem na Região de Presidente Prudente-Araçatuba (PPA): UGRHI 18 - São José dos Dourados, UGRHI 19 - Baixo Tietê, UGRHI 20 - Rio Aguapeí, UGRHI 21- Peixe e UGRHI 22 - Pontal do Paranapanema.

Analisando a distribuição do volume de água outorgado, destaca-se o uso rural em todas as UGRHs.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o abastecimento por meio de **mananciais subterrâneos prevalece nos municípios da região.**

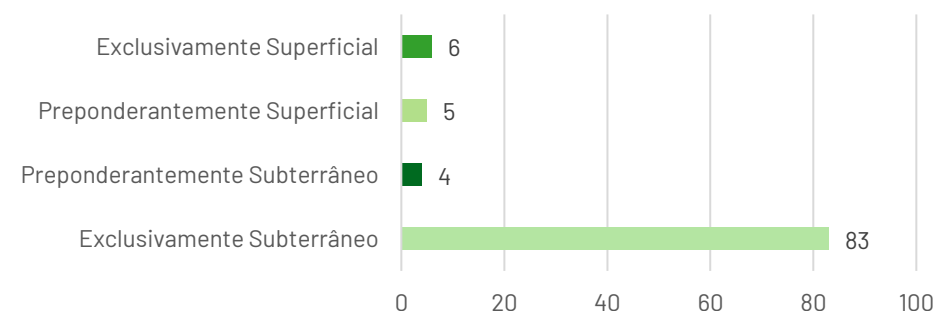
No entanto, os municípios mais populosos - Araçatuba e Presidente Prudente - utilizam predominantemente mananciais superficiais.

Gráfico 5: Volume total outorgado por UGRHI e respectivos percentuais por setor de atividade (m³/s)



Fonte: Relatórios de Situação das UGRHs 20/21 e 22 (2024); Relatório de Situação da UGRHI 19 (2025).
Elaboração: Fipe, 2025.

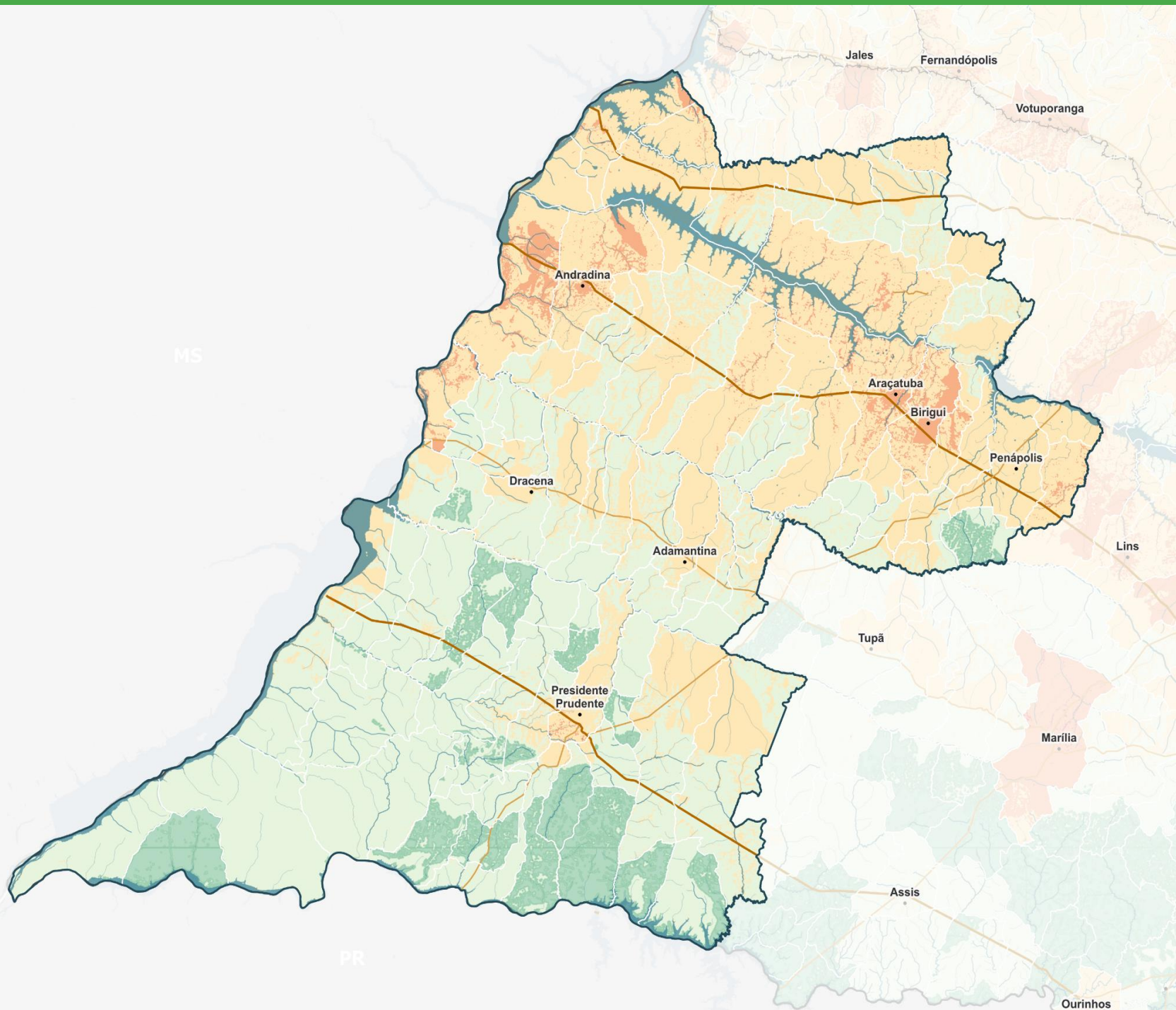
Gráfico 6: Tipo de manancial por município



Fonte: ANA, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

SEGURANÇA HÍDRICA - ZEE

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Segurança Hídrica - Zoneamento Ecológico-Econômico (SEMIL, 2021)

- 2
- 3
- 4 - melhor situação
- 5 - melhor situação
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Unidades da Federação
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A **Diretriz 2** do ZEE, **Segurança Hídrica**, constitui a condição de garantia de oferta de água em qualidade e quantidade para os diferentes usos ao longo do tempo e que, portanto, atenda às necessidades humanas, propicie a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres e favoreça o desenvolvimento das atividades econômicas.

Na construção dessa Carta Síntese foram utilizados indicadores que procuram caracterizar o cenário atual dos recursos hídricos, as pressões sobre estes e as políticas e/ou instrumentos de planejamento ambiental e territorial a eles relacionados.

Na caracterização da situação atual, foram considerados: a disponibilidade e a qualidade hídricas superficial e subterrânea; a potencialidade de vazão dos aquíferos e a vulnerabilidade natural destes à poluição e as condições para maior absorção e retenção da água no solo, como a presença de áreas impermeabilizadas ou com vegetação nativa, especialmente em APPs hídricas.

Para caracterizar a pressão sobre os recursos hídricos, foram considerados: a demanda de água pelos diferentes usuários e o balanço hídrico que resulta

dessa demanda sobre a disponibilidade, os quais tendem a ser impactados pelo crescimento demográfico; a infraestrutura de saneamento, considerando o acesso à rede de abastecimento de água, as perdas de água no sistema, a coleta de esgoto e seu tratamento, entre outros.

Para avaliar a capacidade de resposta do território, foram considerados a existência de territórios sob proteção legal e/ou ambiental que poderiam favorecer a segurança hídrica; e outras políticas públicas que contribuem para a conservação e a gestão dos recursos hídricos, como a indicação de áreas prioritárias para a restauração florestal e a eficácia na indicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

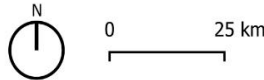
A carta síntese da diretriz Segurança Hídrica apresenta resultados predominantemente favoráveis e intermediários, exceto nos municípios de Araçatuba, Andradina e Birigui e seus entornos.

TIPO DE SISTEMA PRODUTOR

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



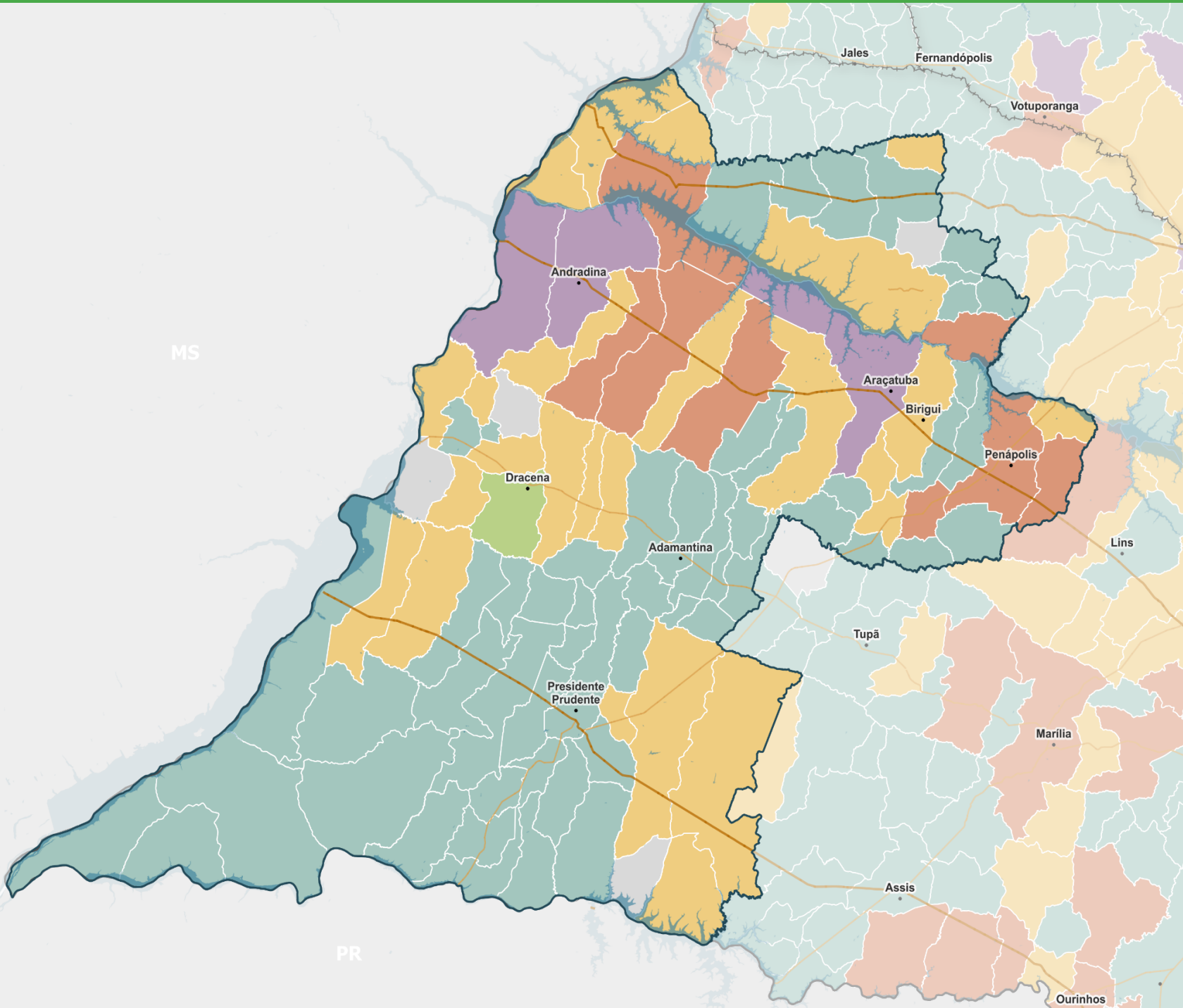
- LEGENDA:
- Sistema Produtor (SEMIL, 2021)
- Integrado
 - Integrado / Isolado
 - Isolado
- URAs (SNIS, 2021)
- 1
 - 2
 - 4
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites administrativos
- Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

**PRESTADORES DE SERVIÇOS
DE ÁGUA E ESGOTO**

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Prestadores de serviços de água e esgoto (SNIS, 2021)

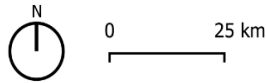
- Administração pública direta
- Autarquia
- Empresa privada
- Empresa pública
- SABESP
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação

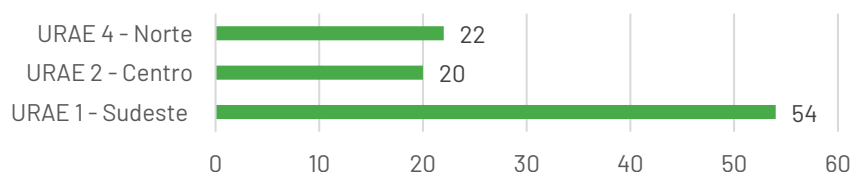


Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A criação das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) no Estado de São Paulo foi formalizada pela Lei nº 17.383, sancionada em 5 de julho de 2021. A legislação estabelece quatro URAEs, agrupando municípios para a prestação integrada de serviços de saneamento básico, a fim de promover a universalização e a eficiência desses serviços.

Cerca de 55% dos municípios da região pertencem à URAE 1 – Sudeste, que concentra os municípios atendidos pela SABESP.

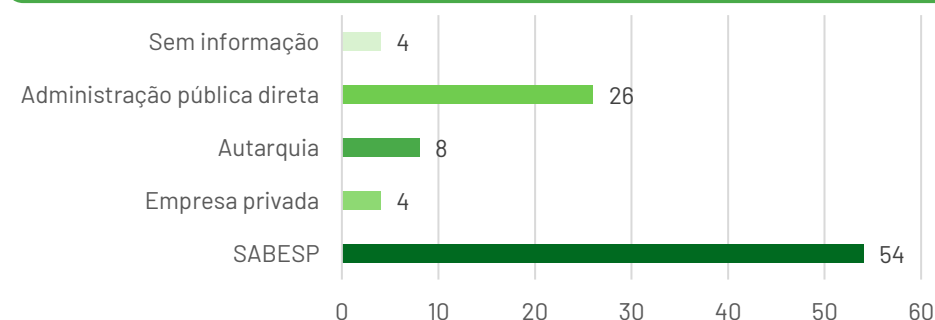
Gráfico 7: Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário



Fonte: SNIS, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

O termo *Sistema Produtor* refere-se a um conjunto de infraestruturas e operações destinadas à captação, tratamento e distribuição de água para o consumo humano e outros usos. Um sistema produtor normalmente envolve várias etapas e componentes, como captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água, bem como gestão e monitoramento. Sua operação exige monitoramento contínuo da qualidade da água, do fluxo, da pressão nas redes e da demanda. O controle eficiente é essencial para garantir que o sistema opere de maneira sustentável e atenda à população de forma adequada.

Gráfico 8: Número de municípios por tipo de prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário



Fonte: SNIS, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

Quase todos os municípios da região contam com sistemas produtores isolados. As exceções são: Sistema Produtor Integrado Presidente Álvares Machado, um sistema superficial que abastece os dois municípios; Sistema Produtor Integrado Gabriel Monteiro/Santópolis do Aguapeí/Piacatu, um sistema misto (superficial e subterrâneo) que abastece os três municípios.

2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Abastecimento de Água (IBGE, 2022)

- 50 - 75%
- 75 - 90%
- 90 - 99%

IQA - Índice de Qualidade da Água (CETESB, 2023)

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O novo marco legal do saneamento (Lei Federal 14.026/2020) determina, como meta, o atendimento de 99% da população com **abastecimento de água potável** até 31/12/2033.

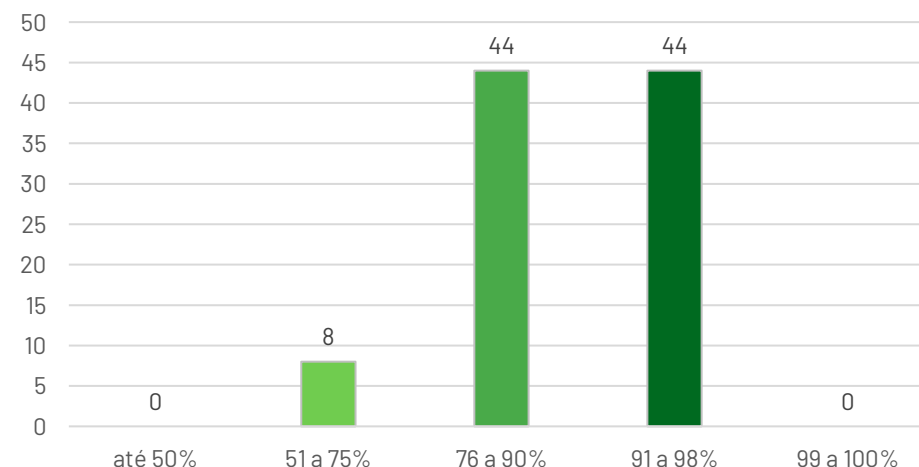
Na região de Presidente Prudente-Araçatuba, nenhum município atingiu a meta. Porém, 44 municípios apresentam bons indicadores, com atendimento acima de 90%, dentre eles Araçatuba e Presidente Prudente. Cerca de 46% dos municípios apresentam situação intermediária, com índices entre 76% e 90%. Merecem atenção os municípios de Caiuá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Santo Antônio do Aracanguá, Sandovalina, Murutinga do Sul e Nova Castilho, com índices abaixo de 76%.

Importante ressaltar que o novo marco legal incluiu a obrigatoriedade de **inclusão da população rural** nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

Nesse sentido, considerando que o rio Paranapanema é essencial para o abastecimento de cerca de 1,9 milhão de pessoas em municípios atendidos pela Sabesp nessa bacia hidrográfica, foi criado, no âmbito do processo de desestatização da empresa, o Programa de Saneamento Rural.

Seu objetivo é a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas afastadas, por meio de soluções como filtros de poços artesianos, cloração, fossas sépticas e biodigestores. As bacias do Alto e Baixo Paranapanema são consideradas prioritárias para a implantação desse programa.

Gráfico 9: Municípios por faixa de atendimento de abastecimento de água



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Esgotamento Sanitário (IBGE, 2022)

- até 50%
- 50 a 75%
- 75 a 90%
- Acima de 90%

ETEs - Estações de Tratamento de Esgoto (ANA, 2019)

- Lodos Ativados
- Miscelânea de Processos
- Processos Simplificados
- Reatores Anaeróbios
- Sistemas de Lagoas
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO-ITEM

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município -ICTEM (CETESB, 2022)

- 0,0 - 2,5
- 2,6 - 5
- 5,1 - 7,5
- 7,6 - 10

Porcentagem da população por faixa do CadÚnico

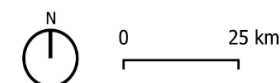
- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)

- 10 a 20%
- 20 a 73%
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

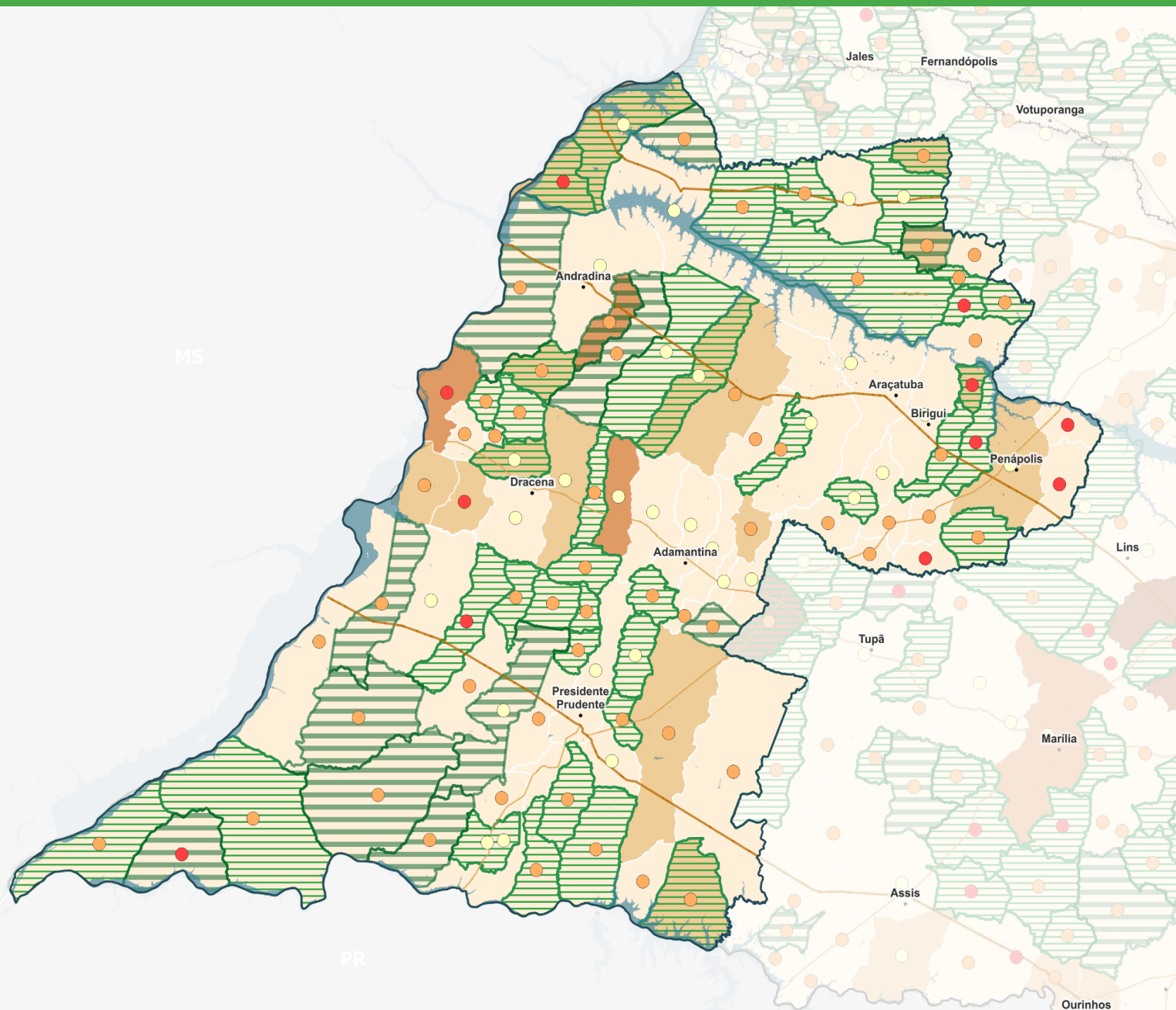
Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

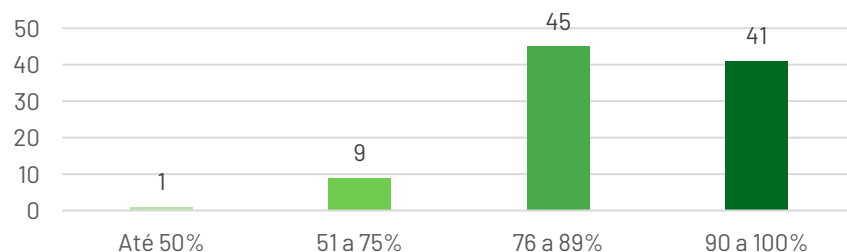


O novo marco legal do saneamento também determina como meta o atendimento de 90% da população com **esgotamento sanitário (coleta e tratamento)** até 31/12/2033.

Na região de Presidente Prudente-Araçatuba, 41 municípios já atingiram a meta de coleta, dentre eles Araçatuba e Presidente Prudente.

Merecem especial atenção os dez municípios com indicadores abaixo de 76%: Paulicéia, Marabá Paulista, Caiuá, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Castilho, Santo Antônio do Aracanguá, Sandovalina, Nova Castilho e Presidente Bernardes.

Gráfico 10: Municípios por faixa de atendimento de esgoto

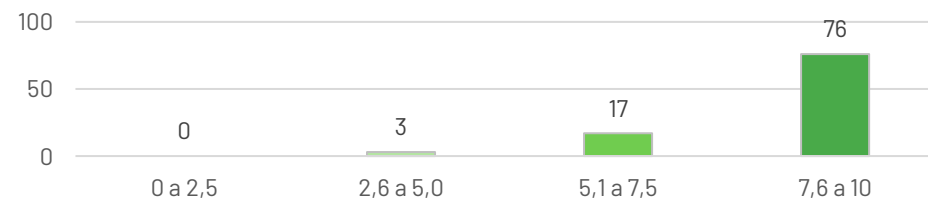


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Como a meta não se restringe à coleta, mas também considera o tratamento do esgoto coletado, para avaliar a situação do tratamento de esgoto foi utilizado o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).

O ICTEM é formado por cinco elementos: a) Coleta; b) Existência e eficiência do sistema de tratamento do esgoto coletado; c) A efetiva remoção da carga orgânica em relação à carga potencial; d) A destinação adequada de lodos e resíduos gerados no tratamento; e) O não desenquadramento da classe do corpo receptor pelo efluente tratado e lançamento direto e indireto de esgotos não tratados.

Gráfico 11: Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município (ICTEM)



Fonte: Cetesb, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

O indicador varia de 0 a 10, onde quanto maior o valor melhor a situação. Cerca de 79% dos municípios da região (76) apresentam índices superiores a 7,6. Os demais (20) apresentam valores abaixo de 7,5 e merecem atenção:

- Paulicéia, Murutinga do Sul e Pacaembu, com valor entre 2,6 e 5;

Itapura, Martinópolis, Valparaíso, Nova Castilho, Ilha Solteira, Iepê, Salmourão, São João de Iracema, Junqueirópolis, Lavínia, Ouro Verde, Tupi Paulista, Brejo Alegre, Nova Independência, Panorama, Penápolis e Rancharia, com valores entre 5,1 e 7,5.

2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos

PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

RSU ton./dia - Descarte Local

0 - 56

56 - 177

RSU ton./dia - Descarte Intermunicipal

0 - 59

59 - 199

Municípios com IQR Inadequado (abaixo de 7)

Vida Útil dos Aterros de Resíduos Urbanos

Município dispõe em MS

Menor ou igual a 02 anos

Maior que 02 e menor ou igual a 05

Maior do que 05 anos

Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



0 25 km

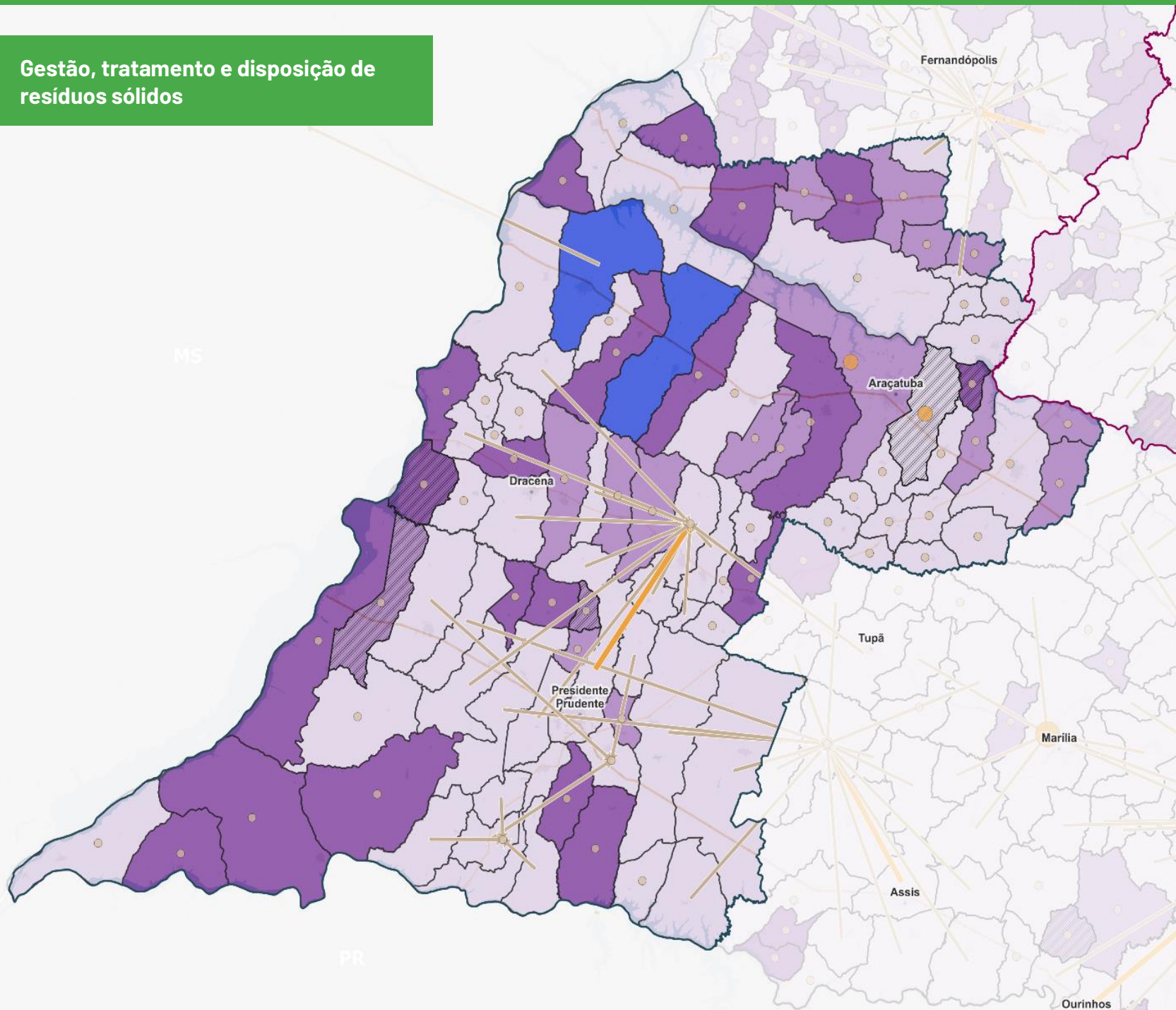
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025



Segundo o **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos** (CETESB, 2023), o Estado de São Paulo apresenta 604 municípios que dispõem os resíduos urbanos de forma adequada segundo o **índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR)**, o que representa 95% do total estadual¹².

Na região CDHU de Presidente Prudente - Araçatuba, dos 96 municípios, 91 (95%) dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor correspondente à média estadual.

No que diz respeito à quantidade de **resíduos sólidos urbanos** descartados, 98,4% do total estadual é depositado em locais adequados, enquanto na região CDHU de Presidente Prudente-Araçatuba, este número é de 93%.

Os municípios de Birigui (4,2), Brejo Alegre (3,7), Caiuá (6,6), Panorama (6,6) e Santo Expedito (6,8) apresentam índices baixos de IQR, o que os classifica como inadequados. Estes municípios dispõem seus resíduos em aterros locais, sendo que os aterros de Brejo Alegre e Panorama possuem vida útil menor do que 02 anos (situação mais crítica), enquanto os aterros de Caiuá e Santo Expedito têm vida útil entre 02 e 05 anos e o de Birigui apresenta vida útil maior do que 05 anos.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022), Birigui (35,3%) e Caiuá (58,2%) apresentam população total atendida por coleta de resíduos domiciliares abaixo dos índices estadual (97,51%) e nacional (90,4%), enquanto Panorama (96,9%) e Santo Expedito (97,3%) apresentam médias menores que a estadual. Mesmo apresentando IQR baixo, Brejo Alegre disponibiliza coleta de resíduos domiciliares para praticamente a totalidade de sua população (99,8%).

De todos os municípios desta região, 70 (73%) dispõem seus resíduos localmente, ou seja, no próprio município. Dos 25 (27%) municípios que dispõem seus resíduos em outros locais, todos são enviados para municípios vizinhos, sendo Adamantina o principal destino (11 municípios), seguido por Quatá (5 municípios), Estrela do Norte (3 municípios), Regente Feijó (3

municípios), Meridiano (1 município) e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul (2 municípios).

Com relação à vida útil dos aterros sanitários regionais, 21 estão em situação crítica, com vida útil menor ou igual a 02 anos, enquanto 17 apresentam vida útil maior que 02 anos e menor ou igual a 05 anos. Os demais aterros regionais (57) apresentam vida útil maior do que 05 anos. De todos os municípios que apresentam aterros em situação crítica, nenhum deles recebe descarte de resíduos de municípios vizinhos, sendo o descarte totalmente local.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010 e pelo Decreto Federal nº 10.936/2022) dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

A PNRS define que compete aos Estados promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como incentivar a região dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. O panorama dos fluxos intermunicipais de resíduos sólidos apresentado demonstra que, para que se atinjam os objetivos da PNRS, é necessária uma gestão regionalizada por meio de arranjos intermunicipais que viabilizem soluções mais sustentáveis para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na região.

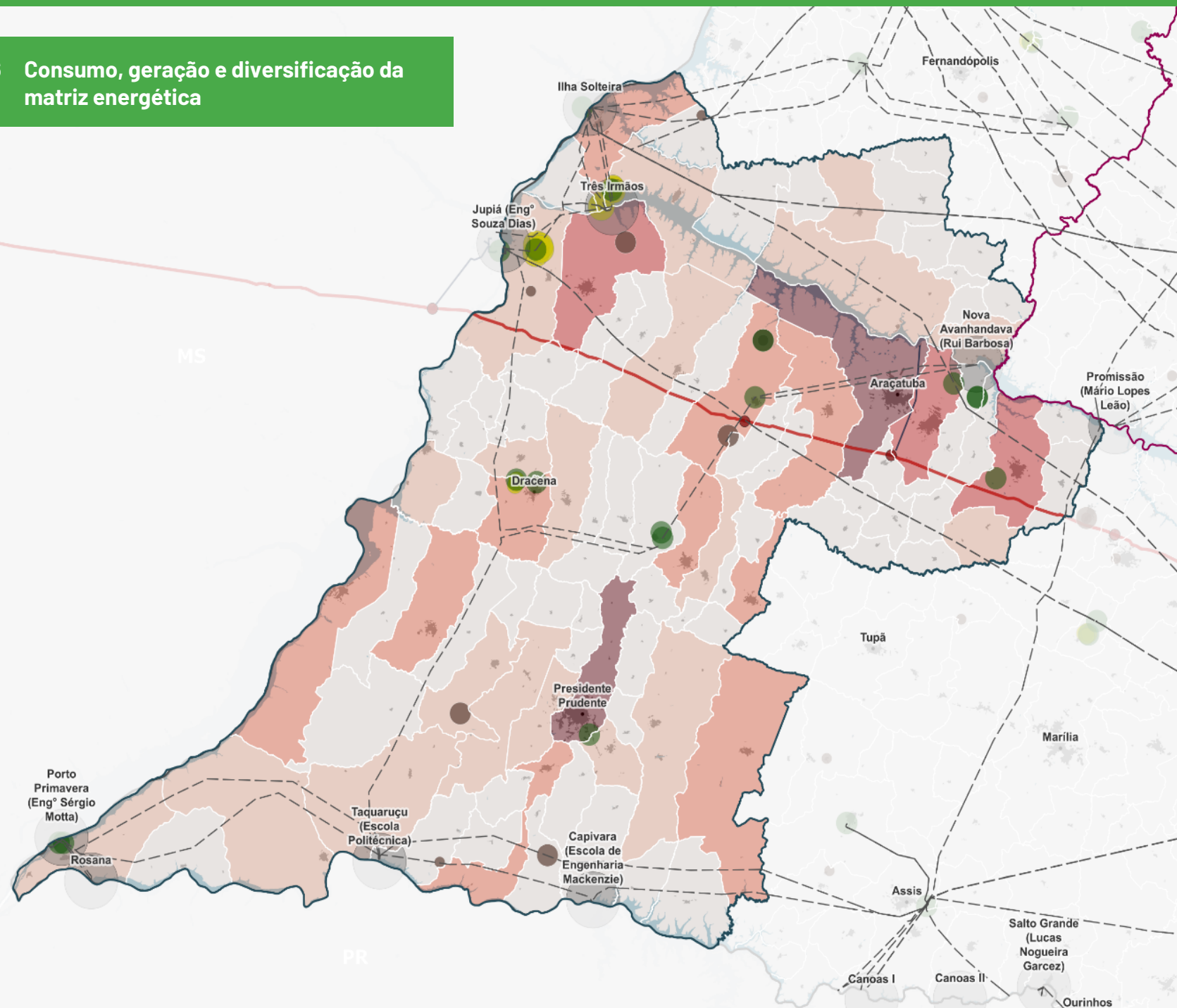
Nesse sentido, a região dispõe de **consórcios intermunicipais que executam ações relacionadas ao manejo de resíduos sólidos**, tal qual o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista (CIRSOP), que abrange treze municípios. Em 2020, foi publicado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) do CIRSOP, elaborado pela UNESP e que trata da gestão e do tratamento de dez dos treze municípios do

¹² Consideram-se apenas 636 municípios nesta conta, devido ao fato dos municípios de Andradina, Aramina, Arapeí, Bananal, Buritizal, Ituverava, Jeriquara, Mirandópolis e Ribeira disporem seus resíduos fora do estado de São Paulo.

Consórcio, a saber: Álvares Machado, Caiabu, Martinópolis, Paraguaçu Paulista, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Santo Anastácio e Santo Expedito.

No FIGIRS, são estabelecidas cinco diretrizes, que tratam da promoção da educação ambiental (Diretriz 1), aperfeiçoamento do planejamento da gestão dos resíduos (Diretriz 2), fomento de soluções sustentáveis para a gestão de resíduos (Diretriz 3), aprimoramento da gestão de resíduos (Diretriz 4), e incentivo ao aumento da eficiência no uso dos recursos naturais (Diretriz 5), que se desdobram em estratégias, metas, programas e ações. No plano, as soluções de caráter regional são colocadas como prioritárias para os municípios consorciados, havendo, inclusive, detalhamento dos atores responsáveis e cronograma sugerido, com horizonte de tempo de curto, médio e longo prazo para execução das ações propostas.

2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética



MATRIZ ENERGÉTICA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

- Usinas Hidrelétricas (SEADE, 2024)
- Subestações de Energia Elétrica (ONS, 2024)
- Pontos de Entrega de Gás Natural (EPE, 2024)
- GASBOL - Gasoduto de Transporte (EPE, 2024)
- Gasodutos de Distribuição (EPE, 2024)
- Linhas de Transmissão de Energia (EPE, ONS, SEADE, 2024)

Geração de Energia por Biomassa em KW/h (ANEEL, 2024; SEADE, 2024)

- 40750 - 64800
- 64800 - 136000

Geração de Energia Solar em KW/h (ANEEL, 2024; SEADE, 2024)

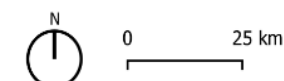
- 23040 - 33210
- 33210 - 41895
- 41895 - 49999

Consumo de Energia em KW/h (SEADE, 2019)

- 2318 - 20280
- 20280 - 52820
- 52820 - 101495
- 101495 - 278678
- 278678 - 603802
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2024

A maioria da energia consumida pelos municípios da região de Presidente Prudente – Araçatuba (PPA) é gerada por **hidrelétricas**. Esta região conta com a existência de 8 usinas hidrelétricas de alto desempenho operacional, sendo as três maiores produtoras do estado, Ilha Solteira, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e Jupia (Engenheiro Souza Dias), nesta ordem. Vale ressaltar que nos três casos, as implantações desses grandes equipamentos geraram mudanças significativas no entorno, com **desenvolvimento de núcleos urbanos** em suas proximidades, como o caso das cidades de Ilha Solteira e Rosana, ambas no estado de São Paulo, além do município de Três Lagoas (UHE Jupia), no estado do Mato Grosso do Sul.

Além da relevância na geração de energia a partir de hidrelétricas, a região conta com notória participação na geração de energia a partir de **usinas fotovoltaicas e produção por biomassa**. Com relação à fotovoltaica, se destacam as usinas de Castilho (Castilho 1 a 5), Dracena (1, 2 e 4) e Pereira Barreto (I a V). Sendo que, além delas, há a previsão de início de funcionamento ainda no ano de 2025 da UF Novo Oriente (também no município de Ilha Solteira), que já possui alvará para início das operações. Sobre a **geração de energia por biomassa**, a região conta com duas das 5 principais produtoras, usina Cocal II (em Mirante do Paranapanema) e Conquista do Pontal (em Narandiba).

Conforme destacado no Caderno Temático de Dinâmica Econômica e Demográfica, assim como em São José do Rio Preto, esta região tem grande potencial relacionado a geração de **energia termelétrica por biomassa**. Este tipo de geração de energia, além de ser uma fonte renovável, apresenta vantagem, do ponto de vista ambiental, por ser uma forma de aproveitamento da produção da própria região, que se destaca pelo cultivo e produção de cana-de-açúcar.

Usinas termelétricas são instalações industriais que geram energia elétrica a partir da queima de combustíveis fósseis, biomassa ou material radioativo e pode gerar diversos impactos ambientais. A geração de energia por biomassa pode gerar menor quantidade de poluentes em relação a usinas que utilizam combustíveis fósseis, mas ainda assim, emitem gases de efeito estufa. Além disso, vale ressaltar que as termelétricas são grandes

consumidoras de água devido a necessidade de resfriamento de seus sistemas, portanto, podem gerar problemas hídricos, principalmente em regiões com disponibilidade desfavorável de água doce.

A energia gerada nesta região é destinada não só a esta região do estado, mas a todo sudeste do Brasil através das linhas de transmissão e subestações, conforme destacado no mapa. As subestações são elementos essenciais para que a rede elétrica funcione de forma segura e correta. Nelas, a energia elétrica é transformada, controlada e distribuída aos usuários finais, portanto, vale destacar a quantidade de subestações nesta região.

O **gasoduto Bolívia-Brasil** (Gasbol) cruza a região em vários municípios, em dois deles há ponto de entrega de gás, sendo em Valparaíso e Bilac. O gasoduto Bolívia-Brasil tem mais de 3 mil quilômetros de extensão, transporta gás natural em alta pressão para vários estados do Brasil e municípios do estado de São Paulo.

Com relação ao consumo energético, Presidente Prudente e Araçatuba se destacam como maiores consumidores seguidos por Birigui, Andradina e Penápolis, nesta ordem. As cidades com maior consumo são as cidades com maior presença de infraestrutura urbana e volume populacional na região.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

O eixo Desenvolvimento socioterritorial promove análises integradas entre aspectos demográficos, econômicos, sociais e espaciais, visando dar subsídios para a leitura das características de desenvolvimento desta porção do território paulista.

Neste sentido, apresenta cruzamento de dados provenientes de diagnósticos dos Cadernos Temáticos de Dinâmica econômica e demográfica; Dinâmica urbana e centralidades; Infraestrutura urbana e social; e Transporte e Mobilidade.

Nesta região, os municípios polo Araçatuba e Presidente Prudente concentram 30,1% do PIB regional, assim como a maior parcela das oportunidades de emprego.

A região tem grande importância, dentro do estado, na atividade agropecuária. Destaca-se por ser a maior produtora de bovinos do estado, bem como por sua participação na cultura de cana-de-açúcar.

As indústrias locais estão diretamente ligadas à atividade, sendo a de couro e calçados tradicional na região, mas a de produtos alimentícios (que inclui a fabricação de açúcar) e a de biocombustíveis já são as de maior representatividade, acompanhando a expansão da cultura canavieira.

A dinâmica urbana regional é marcada por um padrão de expansão acelerada e dispersa, fortemente dissociado da evolução demográfica. Entre 2010 e 2022, 84% dos municípios ampliaram sua área urbanizada a taxas superiores a 1% ao ano, apesar de um crescimento populacional reduzido ou mesmo negativo, especialmente nos municípios de pequeno porte. Na região, a taxa geométrica de crescimento populacional (0,34%) é significativamente inferior à média estadual (0,63%), enquanto a taxa de crescimento da área urbanizada (1,67%) supera a do estado (1,24%), evidenciando a ampliação do tecido urbano em ritmo muito superior ao aumento do número de habitantes.

Esse processo se expressa em uma configuração espacial heterogênea, organizada a partir da centralidade regional exercida por Presidente Prudente e Araçatuba, combinada à presença de aglomerados esparsos,

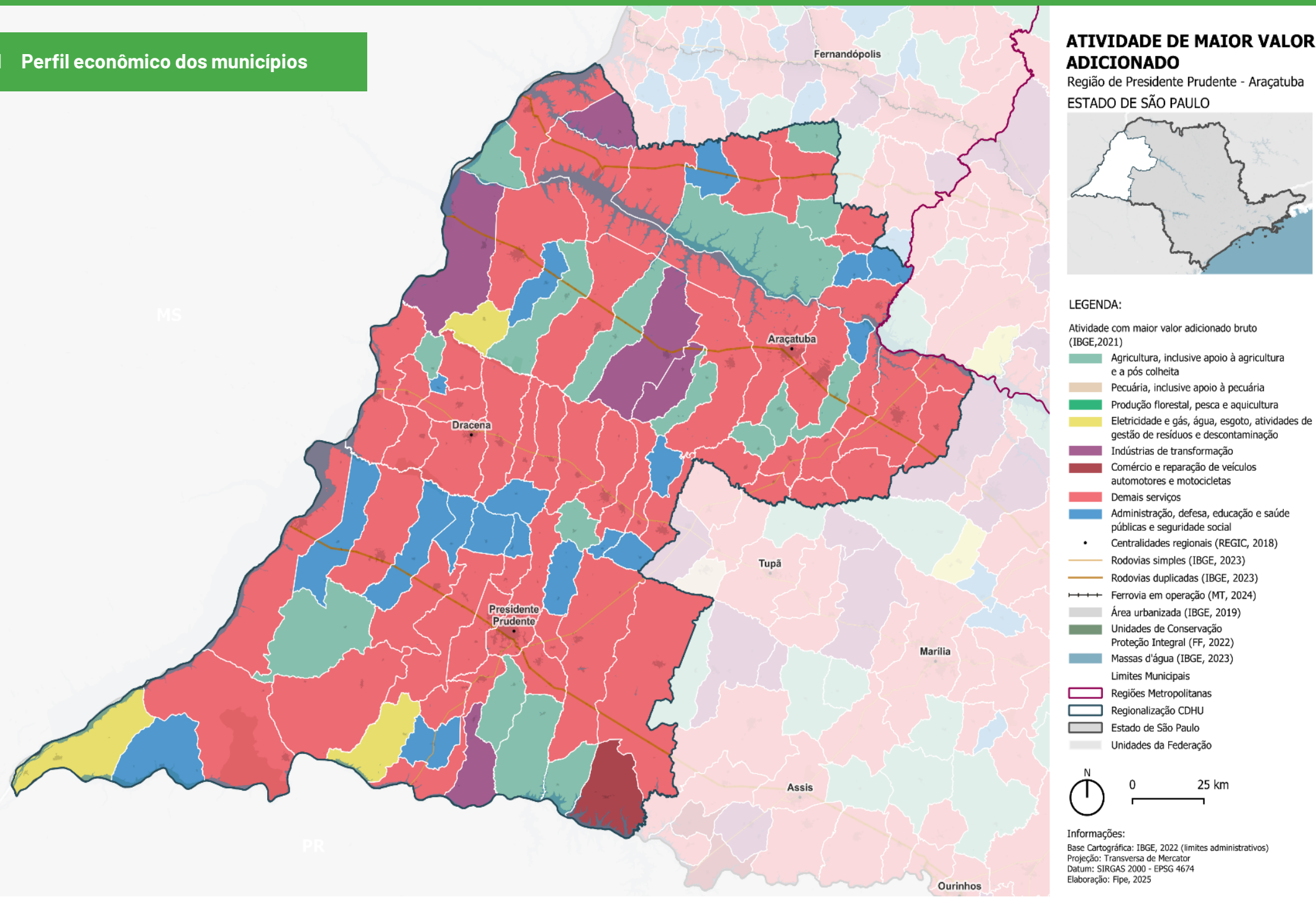
ocupações orientadas por eixos rodoviários — como as SP-300 e SP-294 — e núcleos urbanos isolados, sobretudo nas porções sul e central da região. Observa-se, simultaneamente, a perda populacional em diversos municípios e a proliferação de loteamentos periféricos e ocupações descontínuas, o que resulta em redução das densidades urbanas, aumento dos custos per capita de infraestrutura e maior ineficiência no uso do solo urbano.

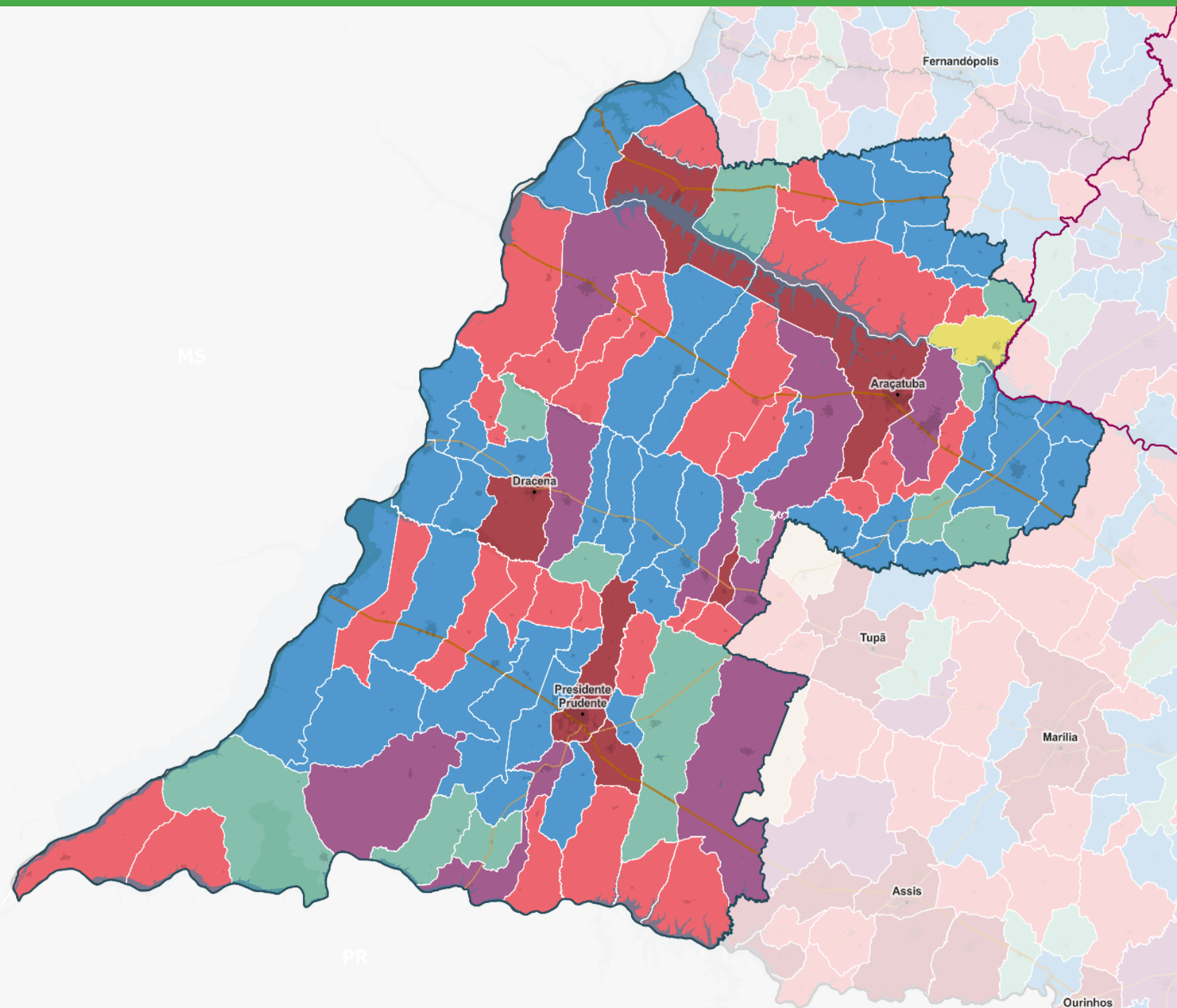
O quadro é agravado por um cenário demográfico crítico, no qual cerca de 60% dos municípios apresentam elevado índice de envelhecimento populacional, bem como por fragilidades institucionais no ordenamento territorial, uma vez que, embora a maioria dos municípios possua Plano Diretor, menos da metade deles foi elaborada ou revisada após 2008, limitando a capacidade de resposta do planejamento urbano aos desafios atuais e futuros da região.



Conjunto Habitacional Floriano Quirino Cavalcante – Mirante de Paranapanema. Fonte: CDHU.

2.2.1 Perfil econômico dos municípios





ATIVIDADE DE SEGUNDO MAIOR VALOR ADICIONADO

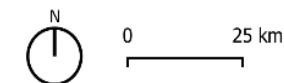
Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Atividade com segundo maior valor adicionado
bruto (IBGE, 2021)

- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Eleticidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Pecuária, inclusive apoio à pecuária
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A região de Presidente Prudente-Araçatuba é a de menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, de apenas 2,2%. Os municípios polo concentram as atividades econômicas, respondendo, em conjunto, por 30,1% do PIB regional e 32% dos empregos formais. A economia local tem base na agropecuária, sendo a região a maior criadora de bovinos do estado, e destacando-se, também, na cultura de cana-de-açúcar.

Analizando o mapa da atividade de maior Valor Adicionado (VA), verifica-se que a categoria *Demais Serviços* é a predominante, o que é natural dada a variedade de segmentos do setor, mas a Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, tem presença importante. A Indústria de Transformação aparece especialmente na região administrativa de Araçatuba.

Ressalta-se, ainda, a importância do setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação nos municípios de Nova Independência, onde encontram-se usinas de produção de etanol, e Rosana e Sandovalina, sedes de hidrelétricas.

Já no mapa da atividade de segundo maior VA, nota-se a predominância da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, o que é característico de municípios de pequeno porte e baixo dinamismo econômico.

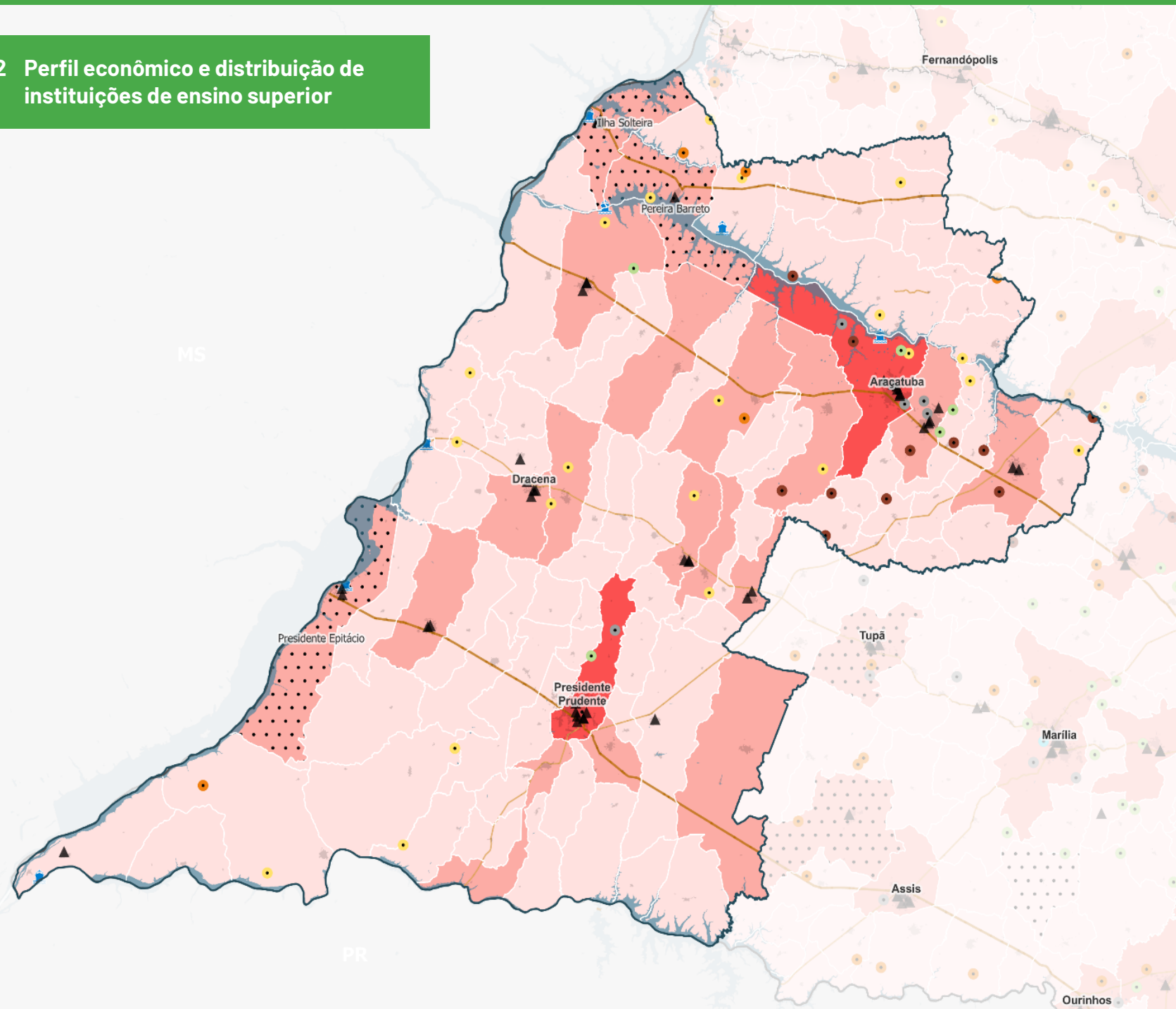
Ainda assim, já há um espraiamento maior da agricultura e da indústria de transformação. Destaca-se, ainda, o município de Buritama com a eletricidade como segundo maior VA, em razão da presença de hidrelétrica.

A análise combinada desses dois mapas permite a identificação de cadeias de complementariedade, revelando a interação entre setores econômicos. Embora o setor de serviços represente o maior VA na maioria dos polos urbanos, essa predominância oculta outras atividades essenciais. O mapeamento do segundo maior VA complementa o diagnóstico ao evidenciar as especializações produtivas locais, fornecendo uma visão mais precisa das cadeias econômicas que estruturam o desenvolvimento socioterritorial do Estado.

2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior

PERFIL ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

▲ Instituições de Ensino Superior (SEADE, 2022)

Polos de Desenvolvimento (SDE, 2019)

● Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI

● Polo de Papel, Celulose e Reflorestamento

● Biocombustíveis

● Alimentos e Bebidas

● Couros e Calçados

● Estâncias Turísticas (SETURV, 2024)

Empregos Formais (% sobre total regional - RAIS, 2021)

0 - 1

1 - 10

10 - 20

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

— Rodovias Secundárias

— Rodovias Principais

■ Área Urbanizada (IBGE, 2019)

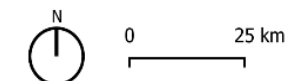
■ Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

— Limites Municipais

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A estrutura regional se organiza a partir de duas centralidades principais, **Presidente Prudente e Araçatuba**, que se destacam pela maior densidade de elementos econômicos e institucionais, configurando-se como polos regionais de articulação do território.

Observa-se que a ocupação e a distribuição das atividades apresentam forte relação com a **infraestrutura viária estruturante**, especialmente ao longo dos principais eixos rodoviários indicados no mapa. As rodovias de maior hierarquia funcionam como vetores de organização territorial, conectando os polos regionais entre si e com outras regiões do estado, ao mesmo tempo em que estruturam corredores de atividades econômicas e urbanas.

Fora dessas centralidades e eixos, predominam municípios com **menor densidade de atividades**, configurando áreas de menor articulação regional. O território apresenta, assim, um padrão espacial desigual, com forte polarização e extensas áreas periféricas com baixa concentração funcional.

O perfil econômico-produtivo regional, conforme representado no mapa, é caracterizado pela **predominância de atividades associadas ao setor agroindustrial e às cadeias produtivas vinculadas ao meio rural**. Os principais polos de desenvolvimento, mapeados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado, estão ligados diretamente à predominância da atividade agropecuária na região.

O polo que engloba o maior número de municípios é o de Biocombustíveis, espalhado por toda a região, condizente com a importância do cultivo de cana-de-açúcar e a consequente presença de usinas. Em seguida, aparece o de Couros e Calçados, todos localizados no entorno do município de Araçatuba. Há, ainda, os polos de Papel, Celulose e Reflorestamento, Alimentos e Bebidas, e Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI, mas, majoritariamente, concentrados em Araçatuba, Presidente Prudente e Birigui.

A região apresenta 12 **Instituições de Ensino Superior Públicas**, que estão localizadas em Adamantina (FATEC), Araçatuba (UNESP e FATEC), Birigui (IFSP), Dracena (UNESP), Ilha Solteira (IFSP e UNESP), Presidente Epitácio (IFSP), Presidente Prudente (FATEC e UNESP) e Rosana (UNESP). Com relação

às Instituições de Ensino Superior Particulares, das 32 existentes na região, 31,2% estão concentradas nos polos regionais de Presidente Prudente e Araçatuba, indicando o forte poder de atração destas localidades para os equipamentos de ensino superior.

2.2.3 Atividade agropecuária

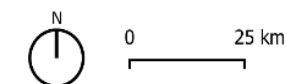
PARTICIPAÇÃO DA CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



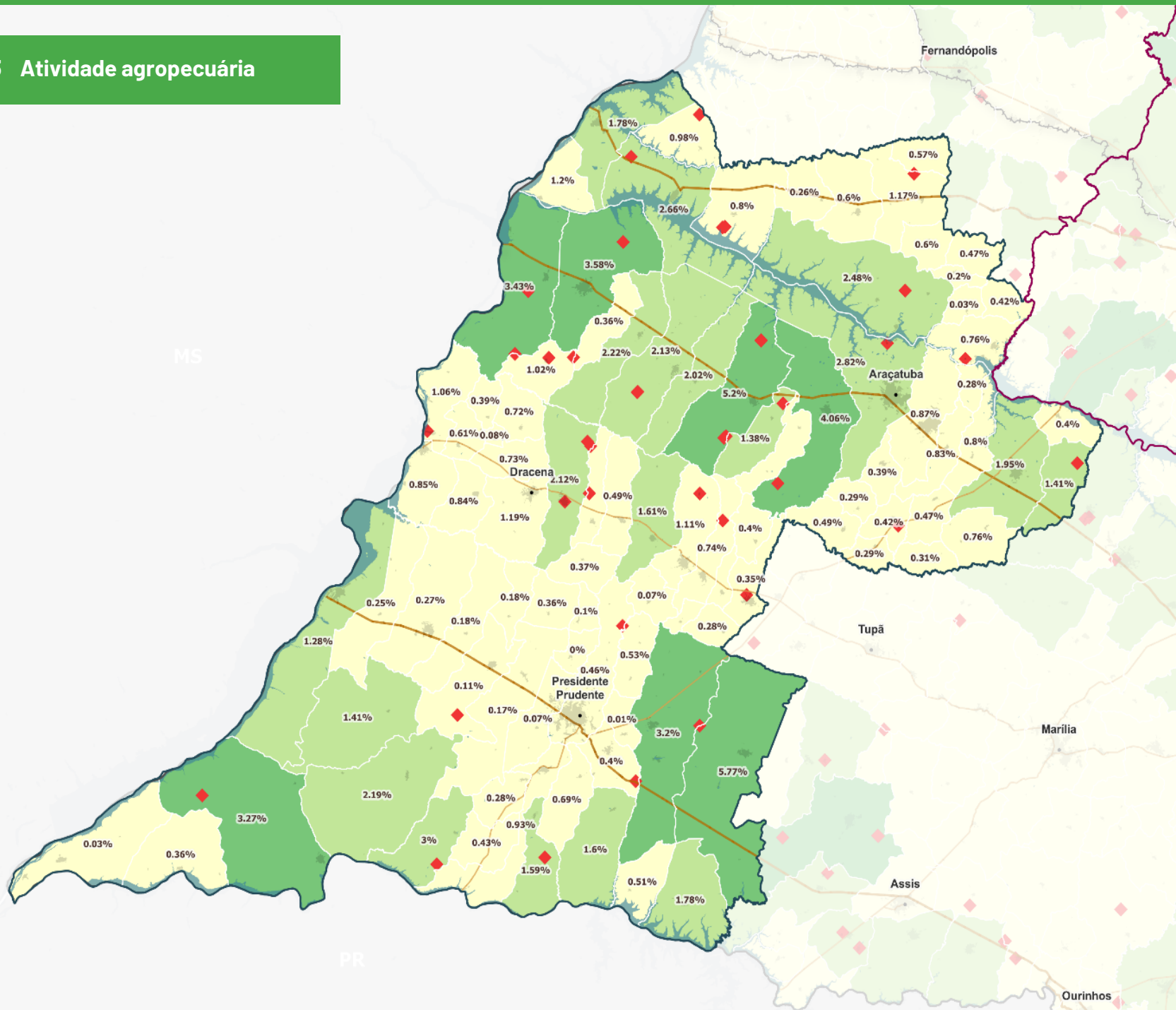
LEGENDA:

- ◆ Geração de Energia Movida a Bagaço de Cana de Açúcar
- Participação da Cultura de Cana na Região (% Área Colhida na Região - IBGE, 2023)
 - 0 - 1,2
 - 1,2 - 3
 - 3 - 8
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



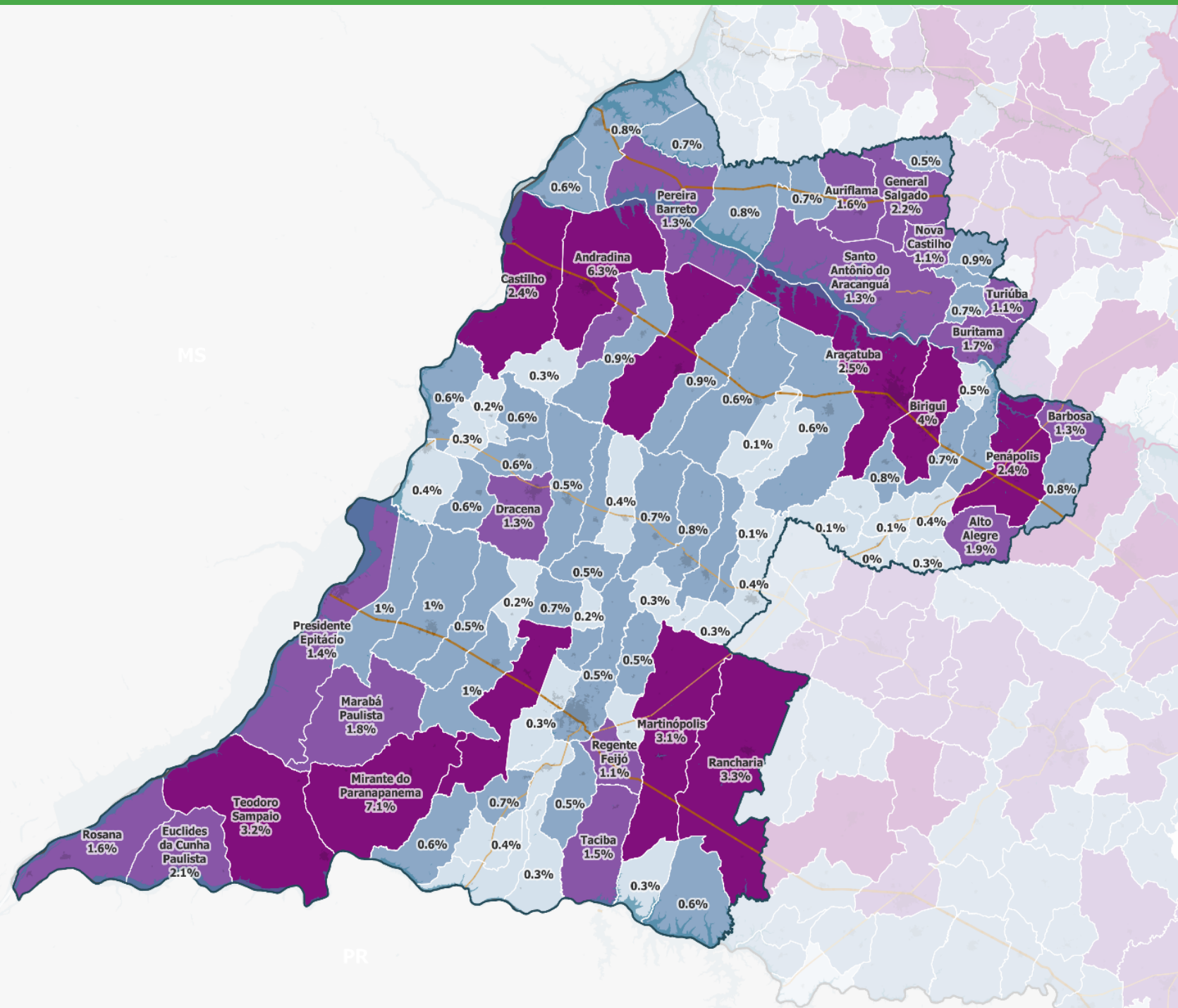
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



PRODUÇÃO LEITEIRA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Produção Leiteira (Pesquisa da Pecuária Municipal, 2023)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Na agricultura, a região destaca-se por ser a terceira maior produtora de cana-de-açúcar do estado, respondendo por 20% da quantidade produzida, que teve aumento, na região, de 243% entre 2003 e 2023. Já a área colhida teve expansão de 254% no mesmo período.

A cultura de cana-de-açúcar, tem forte presença territorial, com elevada participação relativa em diversos municípios. Ainda assim, fica evidente um padrão associado à agricultura em larga escala pela concentração de maior participação percentual de cultivo em municípios que formam manchas contínuas de produção. Existe também uma articulação com cadeias agroindustriais de geração de energia, localizadas predominantemente em porções territoriais conectadas aos principais corredores rodoviários.

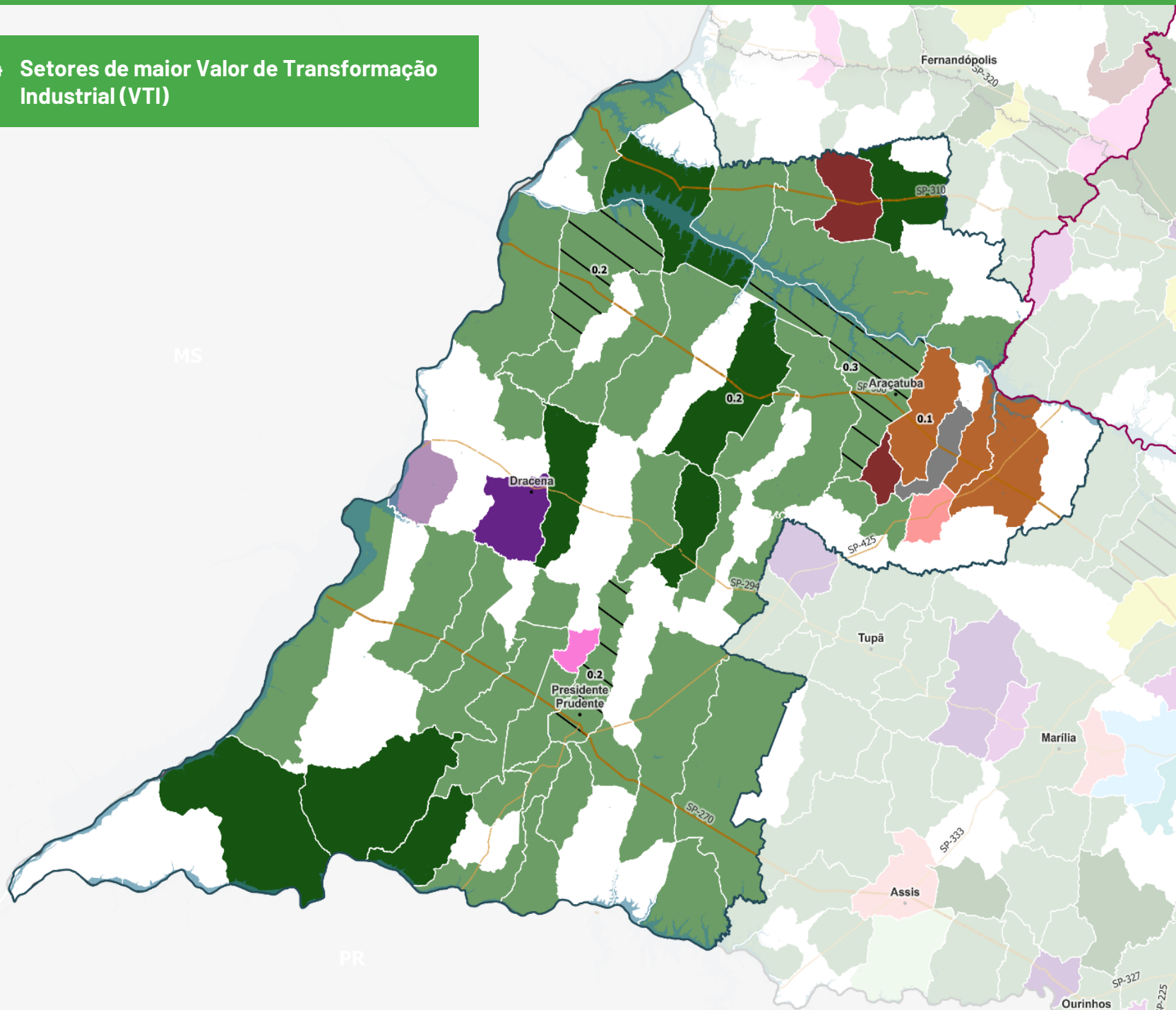
De acordo com os dados do MapBiomas, a cultura de cana-de-açúcar está avançando nas áreas de pastagem, outra importante matriz da base econômica regional.

A criação de bovinos se destaca por representar 32% do efetivo do rebanho estadual e faz com que a região seja a maior produtora de corte e leiteira de São Paulo. Entretanto, houve um decréscimo de 28% no efetivo de bovinos de 2003 para 2023, mesmo assim, a região permanece sendo a maior produtora do estado. A criação é voltada para o abate de reses e a fabricação de produtos de carne e laticínios. Responde pela maior parcela da produção leiteira estadual (18%), com destaque para os municípios de Mirante do Paranapanema, Andradina e Birigui.

2.2.4 Setores de maior Valor de Transformação Industrial (VTI)

SETOR DE MAIOR VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Rótulos - Participação Estadual do VTI Municipal (% acima de 0.1% - SEADE, 2021)
Municípios com Maiores VTIs da Região (SEADE, 2021)

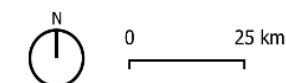
Sector de Maior VTI (SEADE, 2021)

- Sem VTI
- Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel
 - Fabricação de Produtos Alimentícios
 - Fabricação de Biocombustíveis
 - Fabricação de Produtos Químicos
 - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados
 - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios
 - Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos
 - Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos
 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos
 - Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O setor industrial da região representou 2,15% do Valor Adicionado (VA) da indústria do Estado de São Paulo em 2021, menor percentual entre as nove regiões analisadas. Quando analisado o histórico desse indicador, percebe-se manutenção da participação da região no VA da indústria do estado. Em 2010 a região de Presidente Prudente-Araçatuba representava 2,13% do VA industrial do Estado, em 2021 esse valor aumentou 0,02% pontos percentuais, um aumento de 1,3% na participação do PIB industrial do Estado de São Paulo.

Para analisar o setor industrial também utilizamos o Valor de Transformação Industrial (VTI), que é um indicador que representa a diferença entre o valor da produção e o custo dos insumos consumidos no processo produtivo. O VTI de Presidente Prudente-Araçatuba é o menor do estado entre as regiões analisadas, representando 2,07% do VTI estadual.

Os municípios com maior percentual de VTI na região são Araçatuba (16,5%), Presidente Prudente (9,7%) e Andradina (8,8%). Os setores que se destacam são fabricação de produtos alimentícios (52,5%), fabricação de biocombustíveis (27,1%) e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (5,1%). Através do VTI analisou-se o principal setor industrial de cada um dos 96 municípios da região, destacando-se os setores de fabricação de produtos alimentícios, maior setor em 36,5% dos municípios da região, fabricação de biocombustíveis, segundo lugar com maior presença em 8,6% das cidades, seguida pela preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados que prevalece em 3,2% dos municípios.

2.2.5 Saldo do comércio exterior

SALDO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Saldo Comercial (MI US\$ - IBGE, 2023)

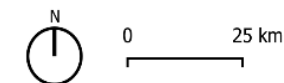
- 100 - -10
- 10 - 0
- 0 - 10
- 10 - 100
- 100 - 1000
- Sem informação

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

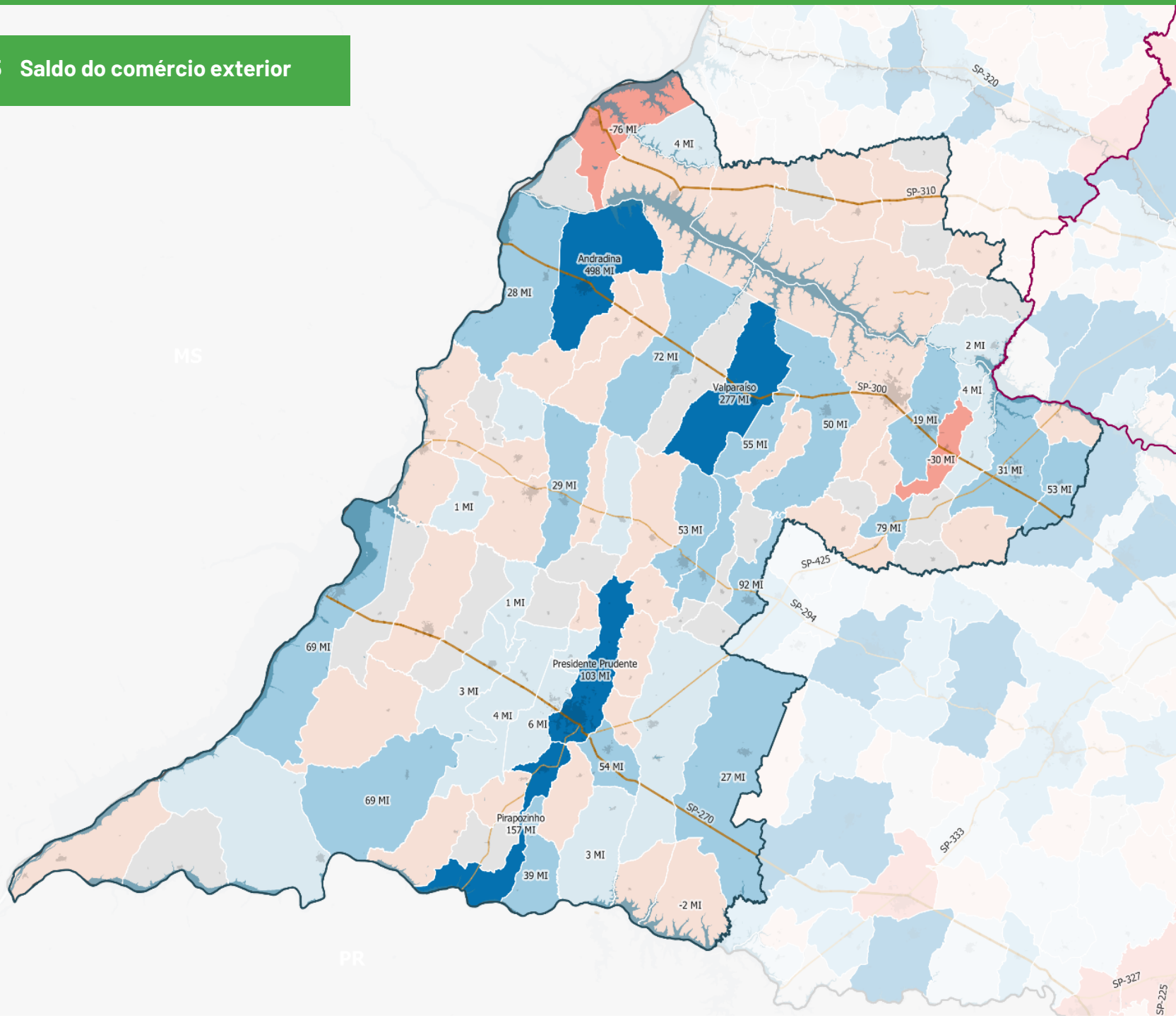
Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

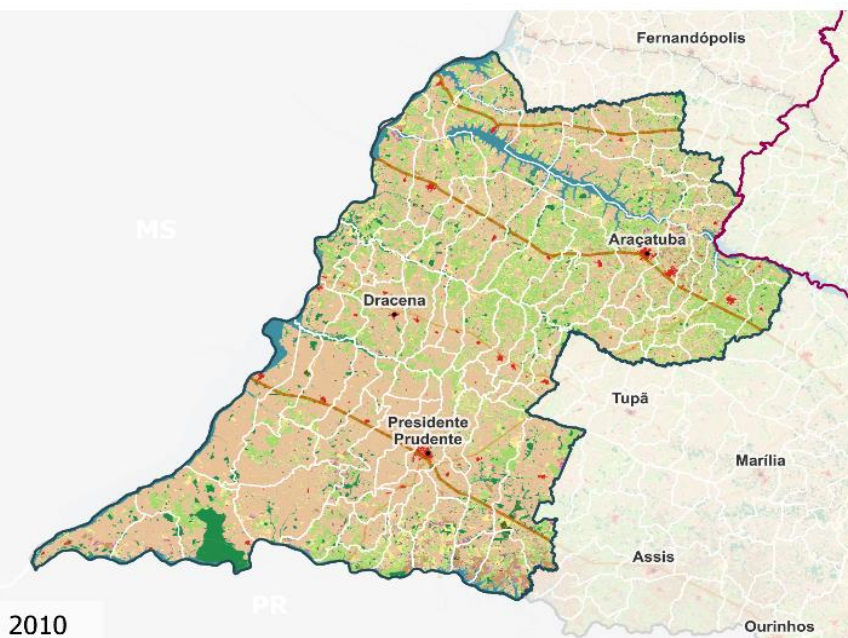
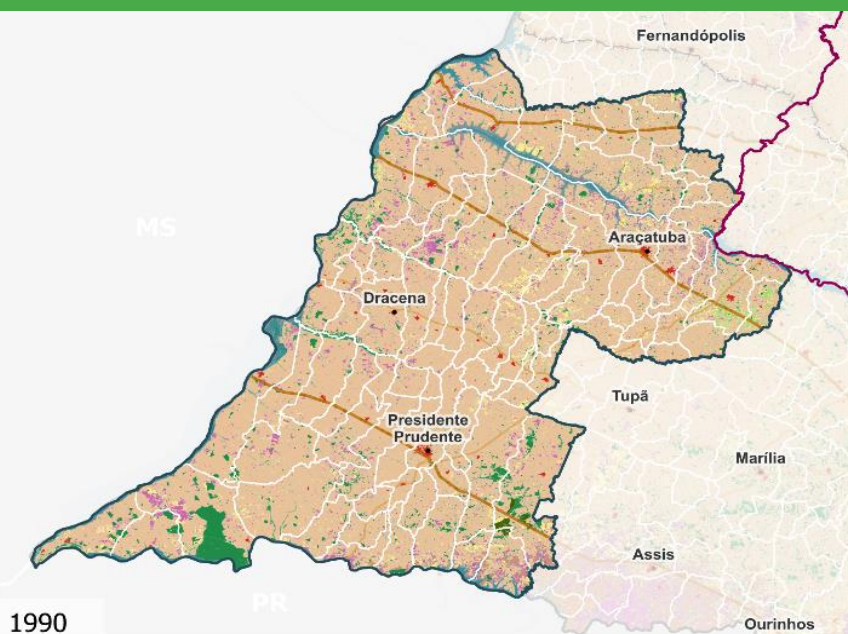
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Em 2023, a região de Presidente Prudente-Araçatuba exportou US\$ 2.122.625.937 e importou US\$ 307.082.916, tendo um superávit na sua balança comercial de US\$ 1.815.543.021. A região representou 2,8% das exportações e 0,4% das importações do Estado de São Paulo, um percentual baixo em comparação com as regiões de análise. As cidades que mais exportam na região são Andradina (US\$ 500.775.140), Valparaíso (US\$ 278.499.357) e Pirapozinho (US\$ 169.925.506). Os municípios que mais importam são Araçatuba (US\$ 76.747.930), Ilha Solteira (76.145.014) e Birigui (US\$ 38.582.432).

A balança comercial do Estado de São Paulo se divide em dois grupos distintos, nas regiões industrializadas (Região Metropolitana de São Paulo, junto das regiões de Piracicaba-Campinas-Jundiaí e Itapeva-Sorocaba) há um forte déficit no saldo do comércio exterior de US\$ -21.340.406.709. Em compensação, as regiões do norte e oeste do estado são superavitárias, com forte presença do agronegócio, que é voltado para exportação e onde há um superávit de US\$ 25.495.383.056, o que gera um saldo positivo para o estado de US\$ 4.154.976.347 na balança comercial.

2.2.6 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada



DINÂMICA DE USO DO SOLO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Uso do Solo (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Silvicultura
- Pastagem
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Mosaico de Usos
- Mineração
- Rio, Lago e Oceano
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Massas d'Água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O território paulista apresenta forte antropização em seus espaços urbanos, rurais e naturais, que se caracterizam pela continuidade e interação entre estas categorias e conformam zonas de transição com dinâmicas econômicas que mesclam produção rural à economia urbana.

A série histórica de uso e cobertura da terra mostra as transformações da paisagem no período de 1990 a 2022, a partir dos dados do MapBiomas Brasil (2024). O levantamento indica um crescimento da agricultura sobre áreas de pastagem em toda região de Presidente Prudente-Araçatuba. As áreas de pasto tiveram um decréscimo anual de -2,3% neste período, sendo substituída majoritariamente pela cana-de-açúcar. Mesmo com esta redução, a pastagem manteve-se como uso de maior extensão territorial na região, totalizando 1.450.512,1 hectares em 2022, e continuando presente em todos os 96 municípios. Com isto, correspondem à 32,5% do total de área de pastagem existente no Estado de São Paulo.

Dentre as lavouras mapeadas, a cana teve o maior crescimento no período entre 1990 e 2022, com taxas anuais de 12,5%. Em função deste crescimento, atinge em 2022, uma área próxima aquela ocupada pelos pastos, 1.173.691,5 hectares, que equivalem a 28% da área regional e representam 21,4% da área estadual destinada à cana-de-açúcar. Nota-se a expansão dessa cultura junto as áreas de várzea dos Rios Paranapanema, do Peixe, Aguapeí e Tietê, em oposição a concentração linear de áreas urbanas junto aos eixos rodoviários da SP-270, SP-294 e SP-300. Outras lavouras com aumento de participação na produção da região são a soja e o café, respectivamente com taxas geométricas de crescimento de 4,3% e 3,6%, ambas com maior amplitude de crescimento no último intervalo de análise (2010 a 2022). Considerando apenas este período a silvicultura também se destaca pelo crescimento representativo na região (4,7%), em especial nos municípios de Rancharia e Caiuá.

Para o período de 1990 a 2022, observa-se uma significativa redução das áreas destinadas à outras lavouras temporárias e perenes¹³, sendo que

13 A legenda detalhada do MapBiomas define a classe Outras Lavouras Temporárias como “Áreas ocupadas com cultivos agrícolas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir”. Em contrapartida, as Outras

ambas foram majoritariamente substituídas pela cana-de-açúcar, pastagens e soja. Este fato, ilustra a transição de cultivos mais diversificados e ligados à pequena produção da agricultura familiar, para um sistema de monocultura, reforçando a pressão sobre assentamentos da reforma agrária, especialmente na área do Pontal do Paranapanema, mencionados anteriormente.

A região de Presidente Prudente-Araçatuba apresenta um baixo percentual de cobertura natural, entendida como o somatório de áreas das classes de formação florestal, formação savânica, formação campestre e campo alagado, totalizando 359.676,9 hectares em 2022. A maior parcela desta vegetação concentra-se no município de Teodoro Sampaio, onde se localiza o Parque Estadual do Morro do Diabo, maior área de proteção integral da região. Também são conjuntos de cobertura natural significativos: Parque Estadual do Rio do Peixe, entre os municípios de Ouro Verde, Dracena, Presidente Venceslau e Piquerobi, e Parque Estadual do Aguapeí, na divisa ente Nova Independência, Monte Castelo, Junqueirópolis e Guaraçaí.

Como abordado anteriormente, este é um fator negativo para resiliência às mudanças climáticas na região. Contudo, entre 2010 e 2022, observa-se um modesto incremento da taxa de crescimento anual da cobertura vegetal natural na região (1%), sobretudo junto aos corpos hídricos, indicando potencial para recuperação e ampliação das áreas de proteção permanentes a fim de ampliar a “capacidade de resposta” para salvaguarda da biodiversidade, como discutido anteriormente.

Lavouras Perenes são definidas como “Áreas ocupadas com cultivos agrícolas de ciclo vegetativo longo (mais de um ano), que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio”. (Disponível em: [Legenda Coleção 9 - Descrição Detalhada](#)).

CARACTERIZAÇÃO DA EXPANSÃO URBANA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Total de Domicílios 2010/2022 (IBGE, 2024)

- Diminuição de Domicílios
- Crescimento de Domicílios Abaixo da Média Regional
- Crescimento de Domicílios Acima da Média Regional

Relação entre TCGA População e Área urbanizada
(IBGE, 2024; Mapbiomas, 2024)

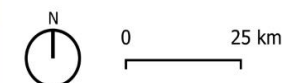
- Decrescimento pop. e expansão urb. alta
- Decrescimento pop. e expansão urb. baixa
- Crescimento pop. baixo e expansão urb. alta
- Crescimento pop. alto e expansão urb. alta
- Crescimento pop. baixo e expansão urb. baixa

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias principais
- Rodovias secundárias
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

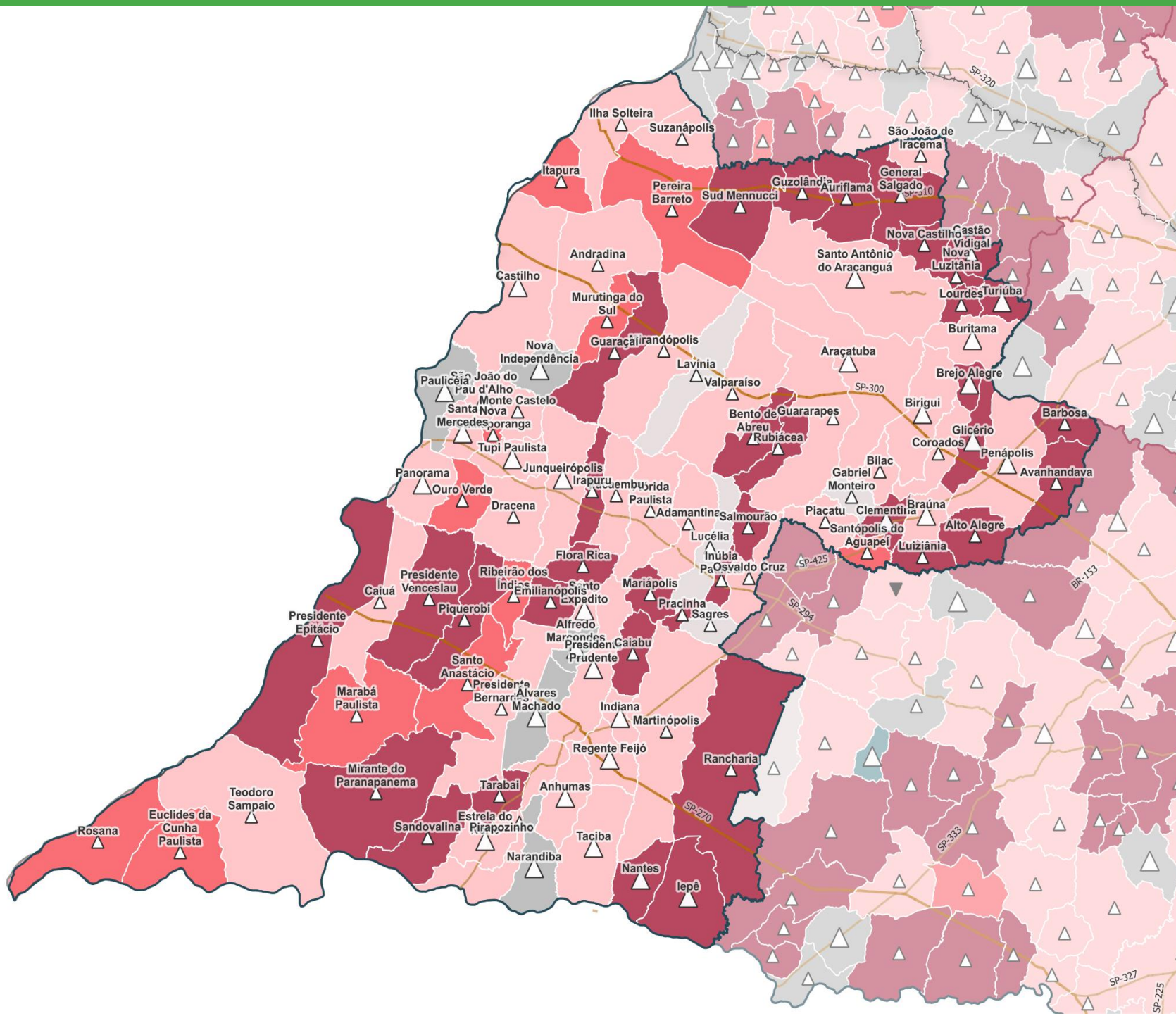
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



O processo de expansão da área urbanizada de um município, não está ligado unicamente às variações da dinâmica populacional e demanda por novas moradias. Uma ampla gama de aspectos sociais, econômicos, de acessibilidade, oferta de infraestrutura, contribuem para consolidação de vetores de crescimento da mancha urbana. Considerando a busca por cenário de **resiliência urbana**, seria esperado que este processo de expansão urbana estivesse pautado por demandas justificáveis. Entretanto, o que se observa em muitos casos é a reprodução de uma lógica de produção do espaço urbano sobre áreas de menor valor da terra, sobretudo através de loteamentos, que prioriza o ganho financeiro individual em detrimento dos ônus públicos gerados pelo espraiamento urbano.

A região de Presidente Prudente-Araçatuba, abrange territórios com dinâmicas demográficas onde predominam o decréscimo e baixo crescimento populacional, aliado ao crescimento urbano acelerado preponderante em 81 dos 96 municípios que compõem a região. Quando analisadas estas duas taxas, em conjunto com o crescimento no número total de domicílio, para o período entre Censos Demográficos, de 2010 a 2022, observam-se três grandes tendências:

I. **Municípios com baixo crescimento da população, crescimento de domicílios abaixo da média regional e alta expansão urbana.**

Localizados no vale do Rio Aguapeí, junto aos limites norte e sul da região, bem como nos centros sub-regionais de Andradina, Adamantina e Dracena, são municípios de pequeno porte (até 50 mil habitantes) com produção de loteamentos e condomínios, abertos e fechados, nas franjas urbanas em detrimento da ocupação dos vazios existentes no tecido consolidado. Enquanto nas centralidades regionais de Presidente Prudente e Araçatuba, e alguns municípios limítrofes, verifica-se um crescimento total de domicílios acima da média regional. Neste conjunto de cidades, nota-se uma maior dispersão da urbanização recente, com a criação de núcleos urbanos descontínuos das áreas consolidadas.

II. **Municípios com decréscimo populacional e crescimento de domicílios abaixo da média regional, mas com alta expansão urbana.**

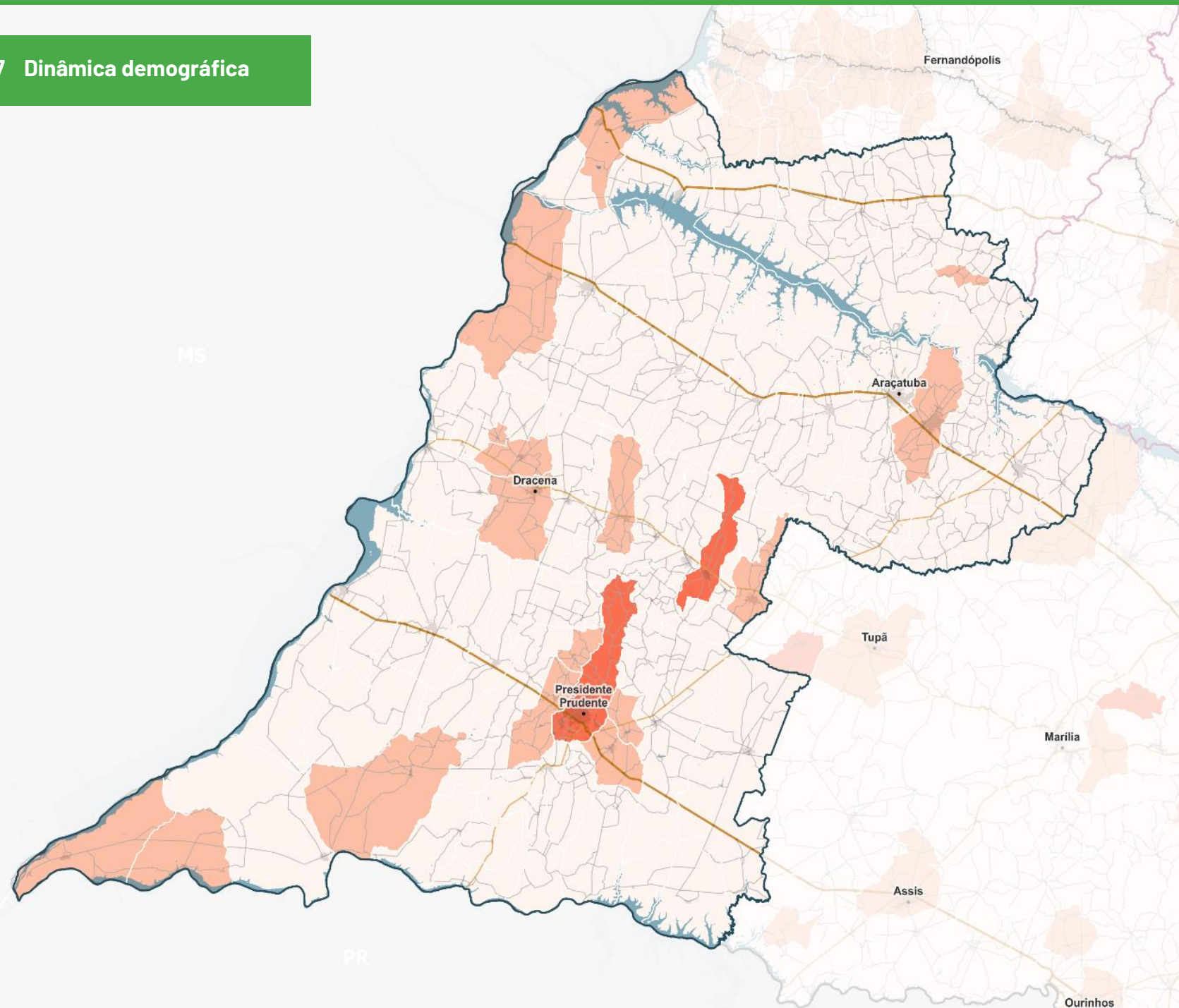
Englobam cidades localizadas junto aos limites norte, sul, leste e oeste da região, bem como na área central entre as rodovias SP-270 e SP-300. São cidades de pequeno porte, com até 20 mil habitantes, a exceção de Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Rancharia, com núcleos urbanos principal reduzidos e presença de pequenos núcleos distritais em meio as áreas rurais ou junto à grandes massas d'água.

III. **Municípios com baixa expansão urbana, crescimento do número de domicílio totais abaixo da média regional e decréscimo ou baixo crescimento populacional.**

Concentradas na porção oeste da região, são cidades de pequeno porte com manchas urbanas de pequena extensão territorial.

Importante destacar, ainda que não configurem um padrão recorrente, a existência de municípios com alto crescimento concomitante da população, dos domicílios e da extensão da mancha urbana no entorno de Presidente Prudente e Andradina.

2.2.7 Dinâmica demográfica



DENSIDADE POPULACIONAL RURAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional Rural (hab/100ha)
(IBGE, 2022)

- 0 - 4,5
- 4,5 - 9
- 9 - 20

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Estradas vicinais (IBGE, 2023)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



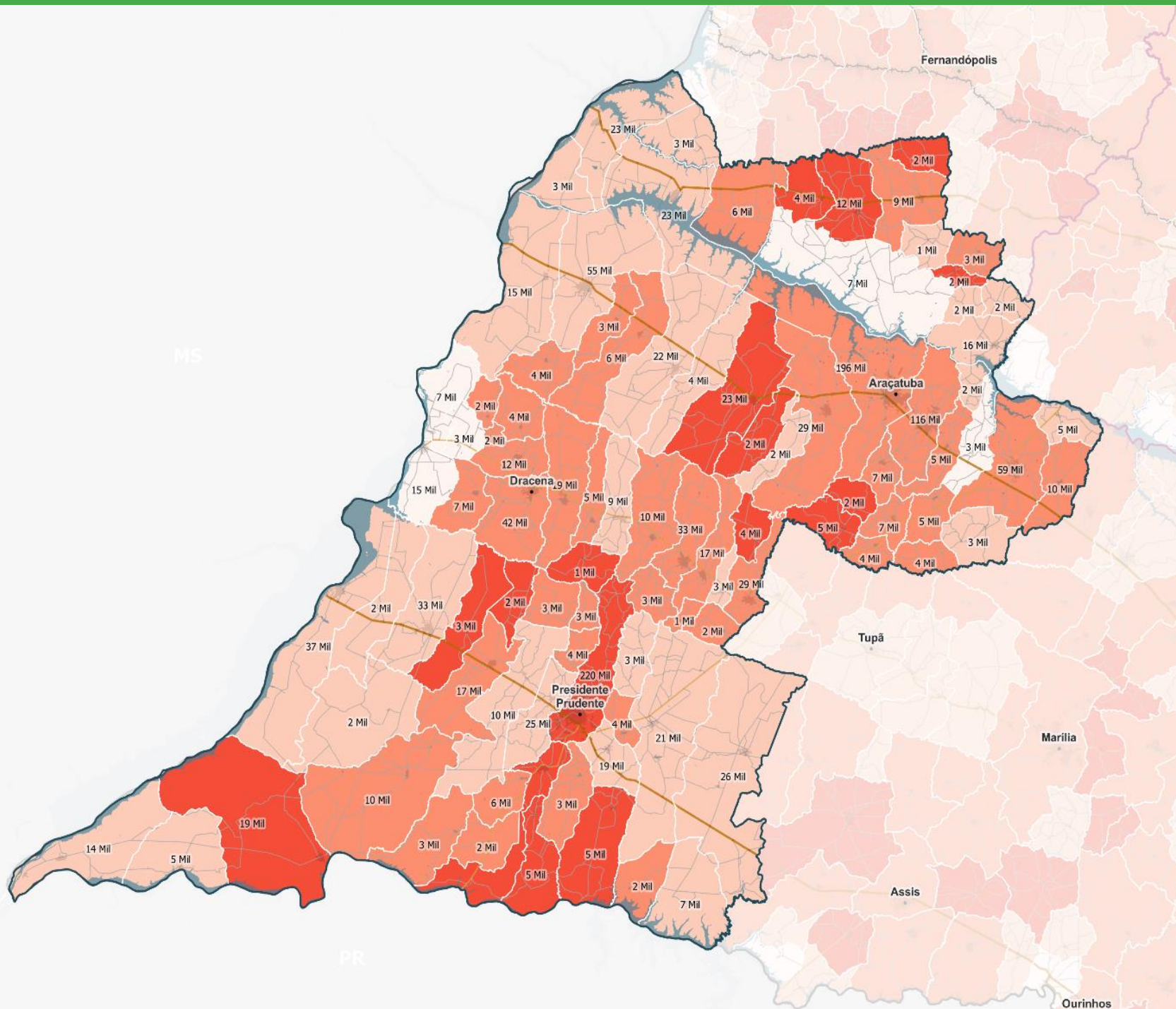
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

DENSIDADE POPULACIONAL URBANA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional urbana (hab/ha - IBGE, 2022)

- 2,5 - 13,5
- 13,5 - 23,5
- 23,5 - 30
- 30 - 50

NNN População urbana (Mil - IBGE, 2022)

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)

Estradas vicinais (IBGE, 2023)

Rodovias simples (IBGE, 2023)

Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)

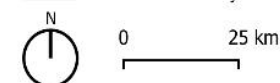
Ferrovias em operação (MT, 2024)

Área urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

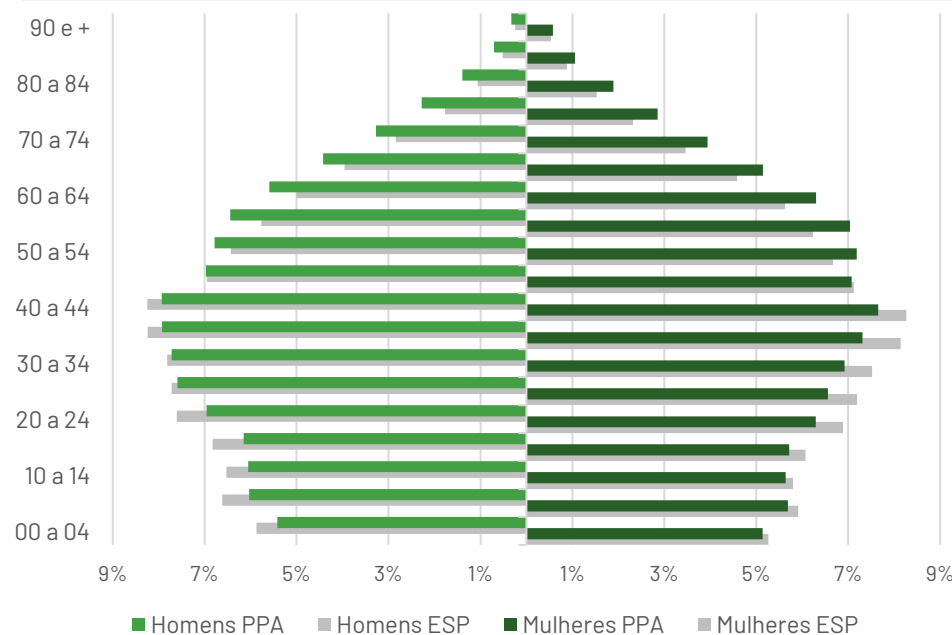
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A região de Presidente Prudente-Araçatuba abriga 3,7% da população estadual e apresentou, entre 2010 e 2022, Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população de 0,34%, **menor taxa entre as regiões analisadas** e 44,7% menor que o crescimento populacional do Estado de São Paulo (0,61%). O perfil demográfico da população é demonstrado pela pirâmide etária a seguir, que compara os dados regionais aos estaduais.

Gráfico 12: Pirâmide etária da região - PPA



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

A região apresenta 13,9% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, segunda maior taxa entre as áreas analisadas e 17,2% maior que a taxa do Estado de São Paulo (11,9%). Entre os jovens, a região detém 17,0% de

população entre 0 e 14 anos, menor taxa entre as áreas analisadas e -5,4% menor que a taxa do Estado de São Paulo (18,0%).

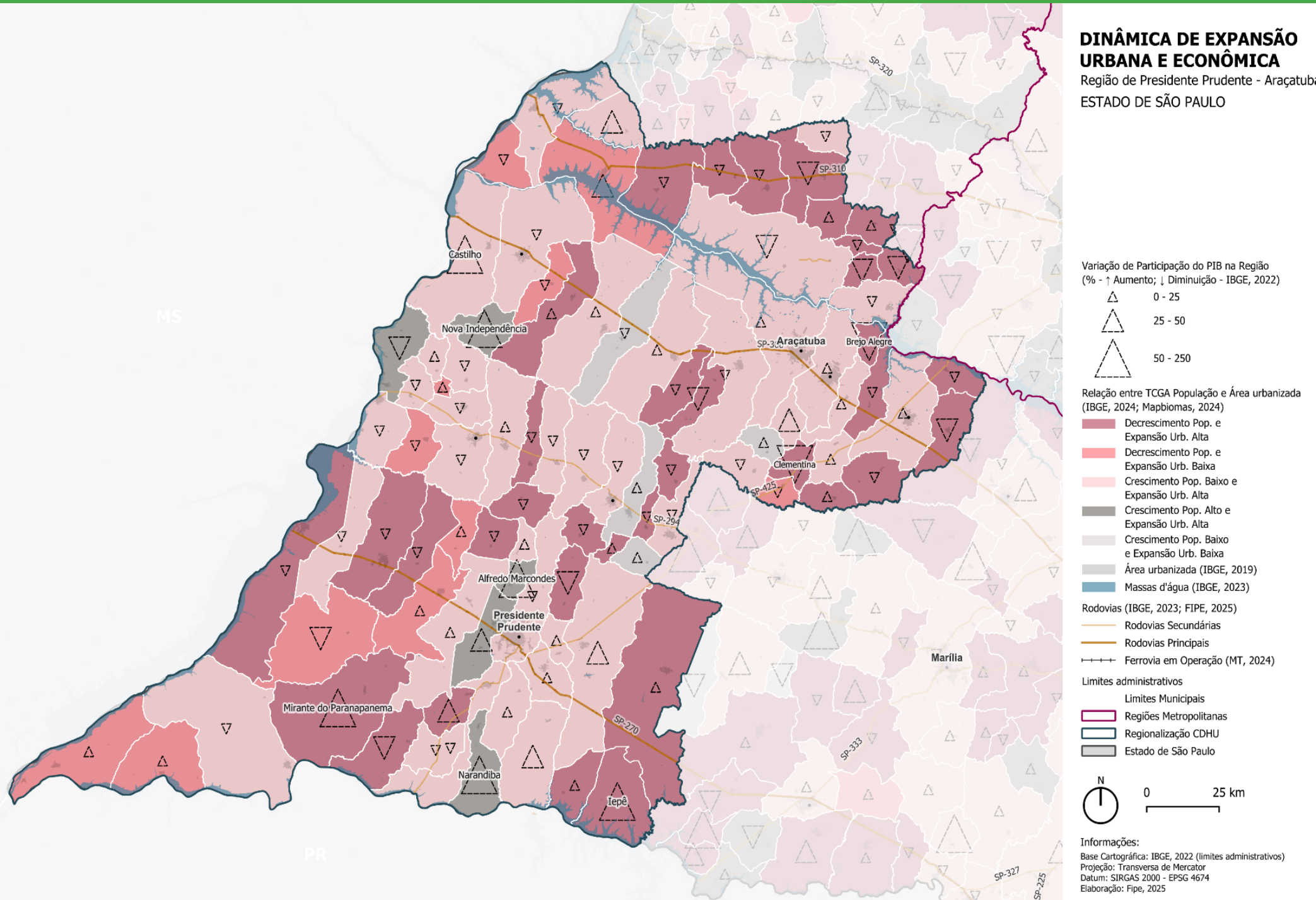
O **Índice de Envelhecimento** da região, indicador que compara o número de idosos com os de crianças e adolescentes, **é de 82,1** idosos para cada 100 crianças, mostrando tratar-se de uma população majoritariamente mais idosa. Na comparação com as outras regiões, Presidente Prudente-Araçatuba apresenta o **maior índice de envelhecimento**, performando entre as quatro regiões cuja população tem mais idosos do que jovens, junto com São José do Rio Preto, Bauru-Marília-Araraquara e Registro-Santos.

Em Presidente Prudente-Araçatuba 92,5% das pessoas vivem em áreas urbanas e 7,5% vivem em áreas rurais, **segundo maior percentual de população rural do estado**. Tanto a análise de situação da população, quanto o cálculo de densidade urbana e rural, consideraram a classificação dos setores censitários do Censo 2022. Importante frisar que as taxas de densidade estão correlacionadas à extensão territorial do município, quanto menor a área do município, maior a tendência a uma elevada densidade.

Na região predominam as cidades com densidades urbanas baixas a intermediárias, sendo que os maiores valores regionais são encontrados nas cidades de Taciba (40,1 hab/ha), Salmourão (38,0 hab/ha) e Gabriel Monteiro (36,9 hab/ha). Quando analisado as regiões com maior densidade rural, se destacam os municípios de Presidente Prudente (0,11 hab/ha), Lucélia (0,11 hab/ha) e Tupi Paulista (0,07 hab/ha).

DINÂMICA DE EXPANSÃO URBANA E ECONÔMICA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



O mapa de dinâmica e expansão urbana e econômica, cruza indicadores populacionais, urbanos e econômicos. Objetiva-se verificar se existem relações entre o aumento populacional, expansão urbana e crescimento econômico.

Para tanto, foram calculadas a taxa geométrica anual de crescimento (TGCA) das áreas urbanizadas, a TGCA da população e a variação da taxa de participação dos municípios no PIB total da região. Presidente Prudente-Araçatuba apresentou TGCA populacional de 0,34%, a menor taxa entre as áreas analisadas, 44,7% menor que a TGCA populacional do Estado de São Paulo (0,61%). Os municípios com maiores taxas anuais de crescimento populacional são Nova Independência (3,45%), Narandiba (2,42%) e Paulicéia (1,91%).

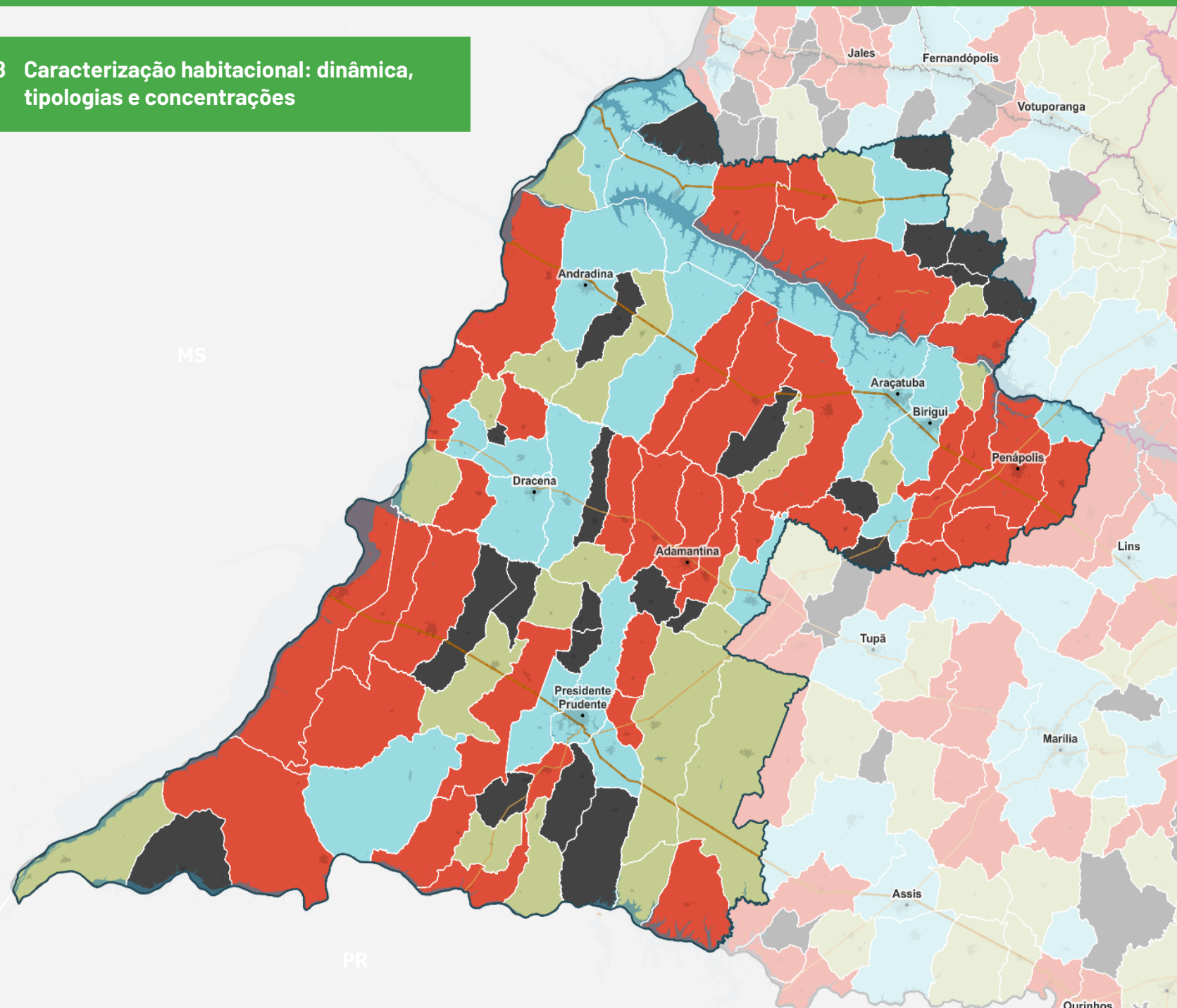
A região se caracteriza pela alta taxa de expansão da mancha urbana, sendo que 84,4% dos municípios tiveram taxas de crescimento das áreas urbanizadas superior a 1,0%, entre 2010 e 2022. Nesse quesito os municípios com maior expansão da área urbana são Paulicéia (4,91%), Narandiba (4,48%) e Nantes (4,48%).

Em 2021, a região representava 2,2% do PIB do Estado de São Paulo, um aumento de 3,6% da sua participação, em relação a 2010. Os municípios cujos PIB tiveram maiores aumentos de participação no PIB da região são: Narandiba (129,6%), Castilho (94,7%) e Iepê (93,0%).

Em síntese, nos municípios em que houve redução da população (TGCA negativa) no período, ocorreu, também, em 64,6% dos casos, queda na parcela de participação do PIB das cidades em relação a região. Já onde a TGCA foi positiva, em 52,1% dos casos, houve crescimento da participação no PIB regional.

Nas localidades em que se verificou forte aumento da expansão urbana, 40,1% dos municípios também apresentaram acréscimo da participação no PIB total. Enquanto, em 40,0% dos municípios que tiveram uma expansão urbana reduzida, houve diminuição da participação no PIB regional.

2.2.8 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações



TIPOLOGIA HABITACIONAL COM MAIOR AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



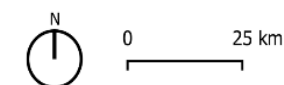
LEGENDA:

Tipologia Habitacional com Maior Aumento Percentual de Participação entre 2010 e 2022 (IBGE 2010; 2022)

- Apartamentos
- Casa
- Casas de Vila e Condomínio
- Sem Variação Positiva
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

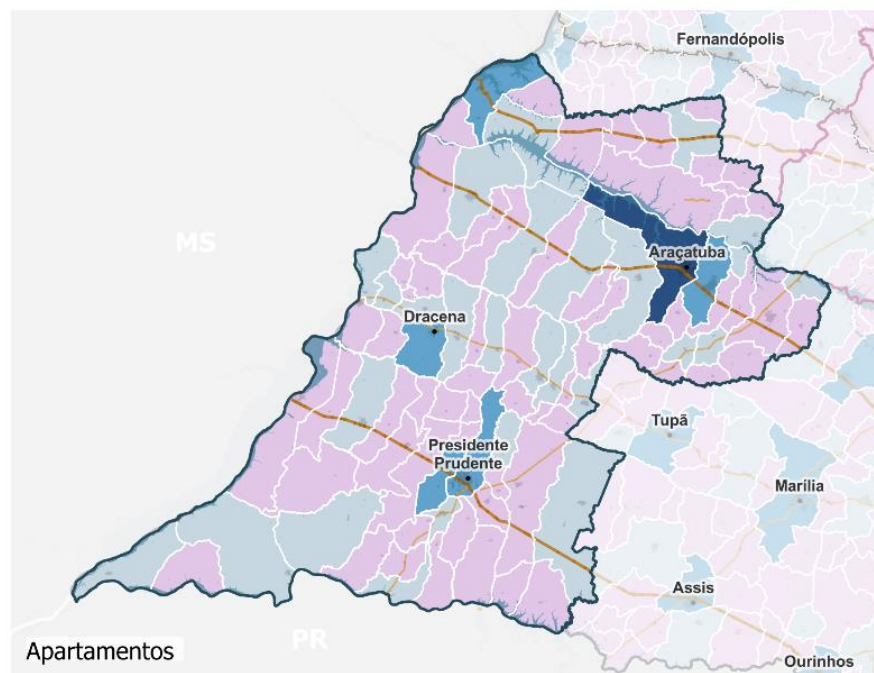
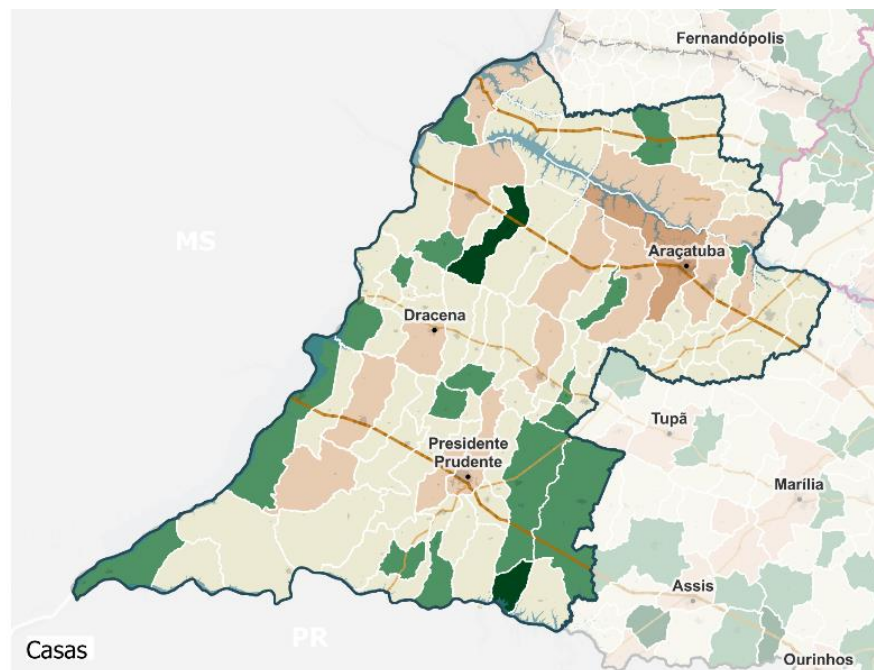
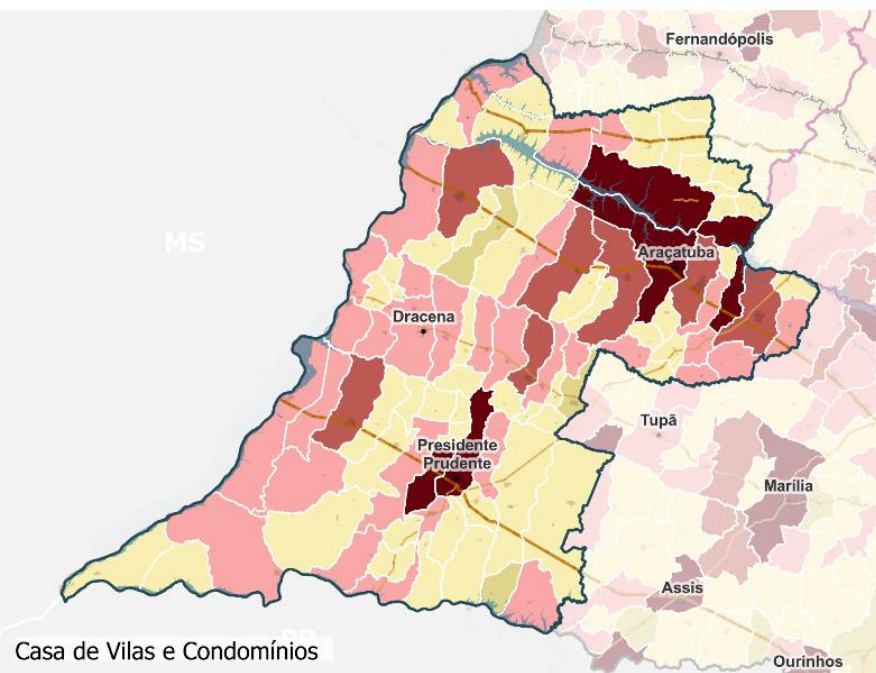
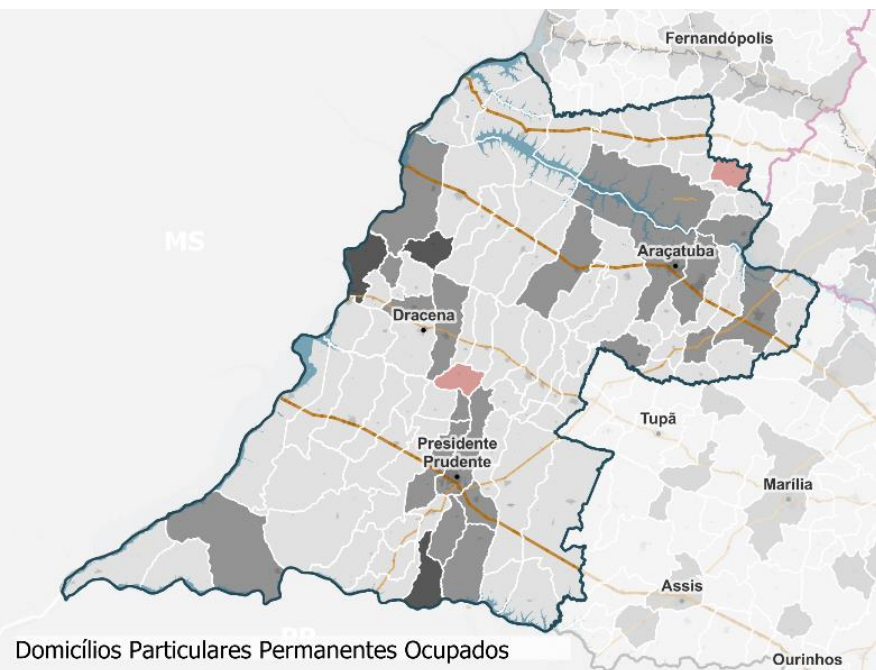
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



VARIAÇÃO DA TIPOLOGIA HABITACIONAL EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

Varição dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (% - IBGE 2010; 2022)

- 2 - 0
- 0 - 22
- 22 - 42
- 42 - 111

Varição de Participação da Tipologia "Casa" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 18,4 - -10,5
- 10,5 - -2
- 2 - 0
- 0 - 1
- 1 - 9,6

Varição de Participação da Tipologia "Casa de Vila e Condomínios" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 9,3 - -0,5
- 0,5 - 0
- 0 - 0,5
- 0,5 - 1,5
- 1,5 - 9,3

Varição de Participação da Tipologia "Apartamentos" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 1 - 0
- 0 - 1
- 1 - 5
- 5 - 17,5

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

Considerando os dados referentes aos Censos de 2010 e 2022, conclui-se que houve aumento no total de domicílios particulares permanentes ocupados dos tipos casas, casas de vila ou condomínio e apartamentos no estado de São Paulo. A tipologia “casas” teve aumento percentual de 16,9%, no Estado de São Paulo, totalizando 12.538.074 domicílios em 2022. A região de Presidente Prudente-Araçatuba representou 4,3% do aumento total do estado, um incremento de 78.551 domicílios do tipo casa na região.

Em todo o estado a tipologia “apartamentos” teve aumento de 76%, totalizando 3.239.424 domicílios em 2022, e a região de Presidente Prudente-Araçatuba representou 1,3% do aumento total do estado, equivalente a um acréscimo de 17.614 domicílios em “apartamento”. Por fim, a tipologia “casas de vila ou condomínio” foi a que teve o maior aumento percentual no Estado de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2022, de 105,7%, totalizando 374.755 domicílios em 2022. A região de Presidente Prudente-Araçatuba representou 3,5% deste aumento com um acréscimo de 6.733 domicílios da tipologia “casas de vila ou condomínio”.

Analisando as tipologias com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios, em 36,45% dos municípios da região PPA o maior aumento percentual foi de domicílios classificados como “casas de vila ou condomínio”. Já em 18,75% das cidades analisadas, houve um maior aumento percentual dos domicílios permanentes ocupados classificados como “apartamentos”. E em 21,8% dos municípios o principal aumento em pontos percentuais foi de “casas”. Ainda, 22 municípios não apresentaram mudanças de participação positivas das tipologias, em todos os casos são municípios em que a tipologia “casa” representa o total dos domicílios e apesar do aumento no estoque de moradias, apenas casas foram construídas.

A análise dos novos dados censitários, sugere que na última década houve ampliação da verticalização nas cidades com maior contingente populacional, Presidente Prudente, Araçatuba, Birigui, Andradina e Dracena, à exceção de Penápolis, que teve um aumento de participação maior no número de condomínios fechados. Estes últimos também ampliaram sua

participação nas adjacências de centralidades regionais, sendo possível observar este padrão em cidades de porte populacional distintos.

O incremento da tipologia de condomínios merece destaque em função de seu modelo de urbanização, predominantemente localizado nas bordas dos municípios, acessíveis por rodovias (que se tornam avenidas urbanas), gerando poucos espaços públicos abertos à população bem como grandes extensões de barreiras físicas (muros e cercas) que desarticulam ou se isolam do tecido urbano preexistente.

Assim, na prática, o que se observa com este espraiamento é um maior ônus da urbanização às gestões municipais, que precisam estender a oferta de serviços públicos – educação, saúde, transporte público, abastecimento e saneamento, coleta de lixo – até áreas mais distantes, ampliando também a demanda pelo uso de meios de transporte individuais. São gastos com novas infraestruturas que não acompanham o aumento de arrecadação municipal gerado pela expansão da mancha, além de pressionarem áreas rurais e de preservação.

O estímulo ao aumento das densidades populacionais, a ocupação dos vazios urbanos e a utilização de tipologias mais verticais, em detrimento ao espraiamento horizontal de baixa densidade, deve ser priorizado como modelo de urbanização, visando ao aumento da eficiência do uso da terra urbana em função da valorização decorrente das novas infraestruturas de mobilidade e equipamentos sociais.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS E DOMICÍLIOS VAGOS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Lançamentos imobiliários 2016-2024 (Geobrain, 2024)

- Horizontal
- Vertical

Empreendimentos hab. 2010-2024 (Graprohab, 2024)

- Condomínios
- Loteamentos e Conjuntos habitacionais

Percentual de domicílios não ocupados (uso ocasional+vagos) em relação ao total de domicílios (IBGE, 2022)

- 6,9 - 17,1%
- 17,1 - 23,9%
- 23,9 - 32,4%
- 32,4 - 44,3%

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Limites Municipais (São Paulo)

- Municípios (Nomes) com buffer
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Estado de São Paulo
- Massas d'água



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A análise da dinâmica imobiliária considera o cruzamento do percentual de domicílios não ocupados, que é composto por domicílios vagos mais domicílios de uso ocasional, segundo dados do Censo 2022, com as solicitações de avaliação de empreendimentos habitacionais no colegiado Graprohab¹⁴, entre 2010 e 2024, e dados dos lançamentos do mercado imobiliário¹⁵, para o período de 2016 a 2024.

Dentre os dados do **Graprohab**, Presidente Prudente-Araçatuba apresenta o terceiro menor montante de empreendimentos avaliados pelo colegiado, uma participação de 6,3% no total do Estado. Em relação aos tipos de empreendimentos, se destaca o percentual de conjuntos habitacionais (18,2%), segunda maior participação no Estado de São Paulo, e de loteamentos (10,9%), equivalendo a quinta maior participação no Estado de São Paulo. A participação no total estadual nos casos de desmembramentos (8,8%) é intermediária no contexto do Estado de São Paulo, entretanto, o maior destaque são os baixos percentuais de condomínios (1%), cuja participação é a menor dentre todas as regiões analisadas.

A cidade de Presidente Prudente tem a maior participação no total regional, 9,4% dos empreendimentos. Destacam-se também Araçatuba e Dracena (6,1%), Adamantina (4,9%) e Birigui (4,7%), que estão entre as cidades com maiores quantidades de novos empreendimentos aprovados na região, indicando uma dinâmica de produção habitacional de baixa intensidade, frente a quantidade de municípios da região, estando mais concentrada nas centralidades regionais e centros sub-regionais.

Alinhado com esta leitura, os dados de **lançamentos de mercado imobiliário** reúnem levantamentos de seis cidades da região: Araçatuba, Presidente Prudente, Penápolis, Birigüi, Dracena e Presidente Epitácio. O tamanho reduzido da amostra já dá indícios de um menor interesse da dinâmica e

produção imobiliária nesta região. Os empreendimentos horizontais, sobretudo os loteamentos abertos e fechados, estão distribuídos em maior volume por todas as cidades, demonstrando a expansão e dispersão das manchas urbanas já relatada anteriormente.

Araçatuba e Presidente Prudente são destaques, respectivamente com 15.208 e 12.803 unidades em empreendimentos horizontais, enquanto Penápolis(7.591) ocupada a terceira posição no *ranking* regional. Para os oitos anos de levantamento, Birigui, no entrono de Araçatuba, e Dracena, no eixo da SP-294, apresentam produção imobiliária horizontal em uma faixa semelhante, próxima de 5 mil unidades. Enquanto em Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul, os lançamentos horizontais foram próximos à 3 mil. Em relação à verticalização, observa-se uma polarização dos lançamentos nas centralidades regionais de Araçatuba e Presidente Prudente, respectivamente 7.982 e 5.585 unidades em empreendimentos verticais. Por outro lado, nas outras quatro cidades levantadas, a produção imobiliária vertical foi inferior à 500 unidades.

Comparando essa análise com dados de número de domicílio do Censo 2022, observa-se uma ocorrência representativa de **vacância e de uso ocasional domiciliar** na região. Considerando a média estadual de domicílios não ocupados, soma dos domicílios particulares permanentes vagos e domicílios particulares permanentes de uso ocasional, em relação aos domicílios totais (17,2%), a região apresenta 75% dos seus municípios com taxas de não ocupação superiores à estadual, sendo que a média para toda a região é igual a 18,8%, a quarta maior do Estado de São Paulo, atrás apenas das duas regiões localizadas no litoral e Itapeva-Sorocaba.

Analisando individualmente, as participações dos domicílios vagos e de uso ocasional no total de domicílios regionais, observa-se que a região tem o

14 Considerando a evolução das ferramentas de geoinformação, os dados fornecidos pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) não estão universalmente georreferenciados, portanto, os mapas refletem uma parcela dos empreendimentos totais. Os dados numéricos, entretanto, se relacionam a toda amostra de análises submetidas ao colegiado.

15 Os dados de lançamentos imobiliários da iniciativa privada são levantados por diferentes empresas e sindicatos da construção civil, apresentando algumas limitações como a abrangência do universo de

cidades estudadas e falta de uma estatística global para todo o Estado de São Paulo. Buscando incorporar um contexto desta dinâmica produtiva no PDUH, utilizou-se como base levantamento da Geobrain (2024) para 100 cidades paulistas abrangendo metrópoles, grandes cidades e cidades médias, em diferentes regiões, a fim de representar um panorama geral da produção imobiliária privada no Estado.

maior percentual de domicílios vagos (12,4%) entre todas as regiões do PDUH analisadas, já entre os usos ocasionais apresenta índice intermediário (6,5%) entre as áreas analisadas.

Os municípios de Paulicéia, Glicério e Santo Antônio do Aracanguá se destacam por apresentar relação entre os domicílios não ocupados e os domicílios ocupados mais próxima de 1,0 (um), ou seja, a quantidade de domicílios permanentes ocupados é quase equivalente à de domicílios não ocupados, o percentual de não ocupação em relação ao total de domicílios, nas cidades, estão entre 43 e 44,3%.

2.2.9 Quadro de regulação urbanística e do ordenamento territorial

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



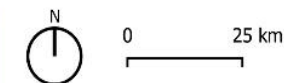
LEGENDA:

Situação dos Planos Diretores (CDHU, 2024)

- × Planos anteriores a 2015 pendentes de revisão
- Sem Plano Diretor
- Com obrigatoriedade e sem Plano Diretor
- Plano Diretor anterior a 2008
- Plano Diretor entre 2009 e 2014
- Plano Diretor posterior a 2015
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

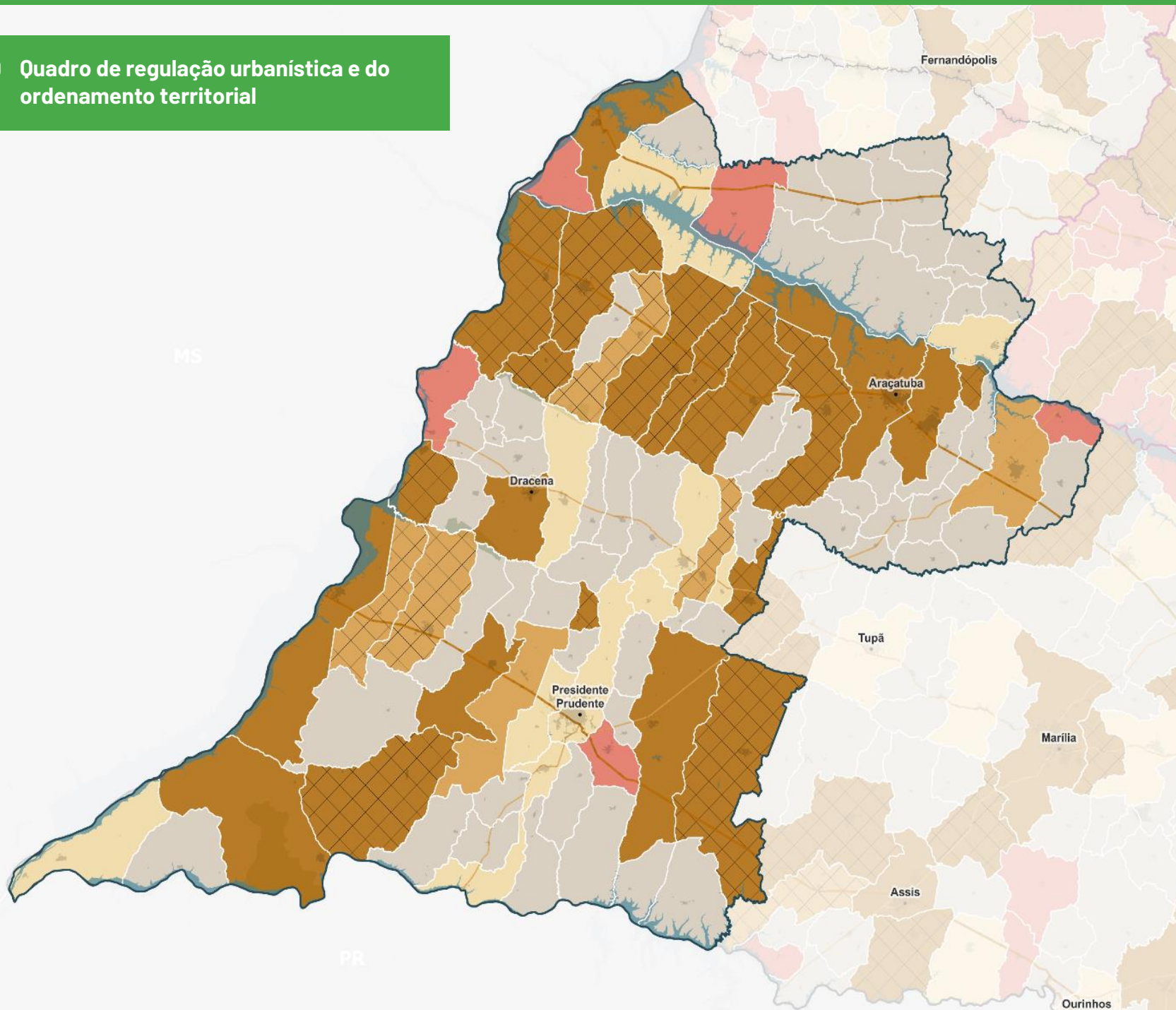
Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



INSTRUMENTOS DE POLÍTICA HABITACIONAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional B

Instrumentos de política habitacional (CDHU, 2024)

- LUOS, PLHIS e ZEIS
- LUOS e PLHIS
- LUOS e ZEIS
- Apenas LUOS
- Apenas ZEIS
- Apenas PLHIS
- Inexistência de LUOS, PLHIS e ZEIS
- Inexistência de Plano Diretor (CDHU, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

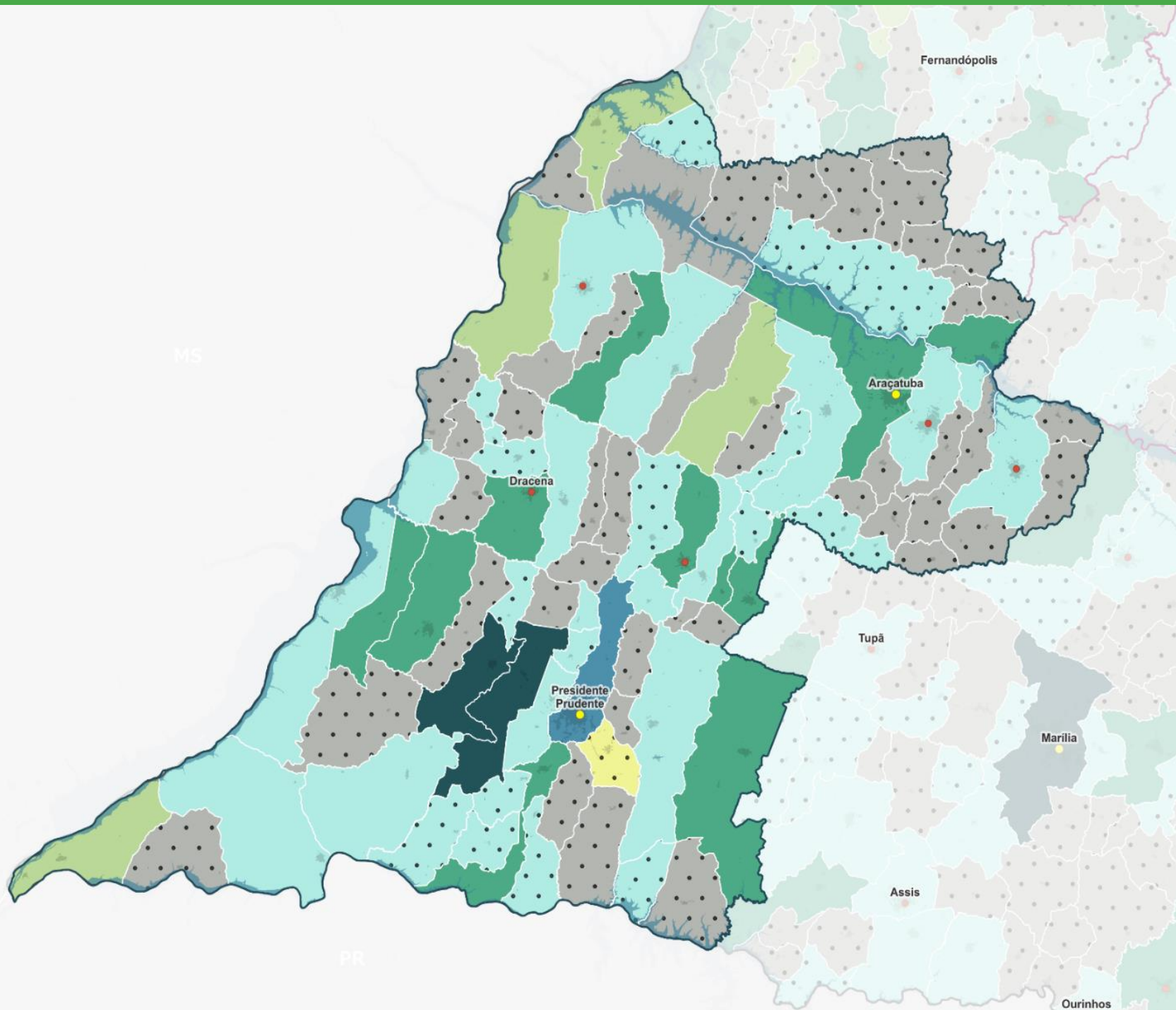
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



Um dos principais desafios da região é a demanda por ampliação dos marcos regulatórios do desenvolvimento urbano, em especial quanto ao ordenamento territorial, já que **43,8% dos municípios não possuem plano diretor (PD) nem lei de uso e ocupação do solo (LUOS).**

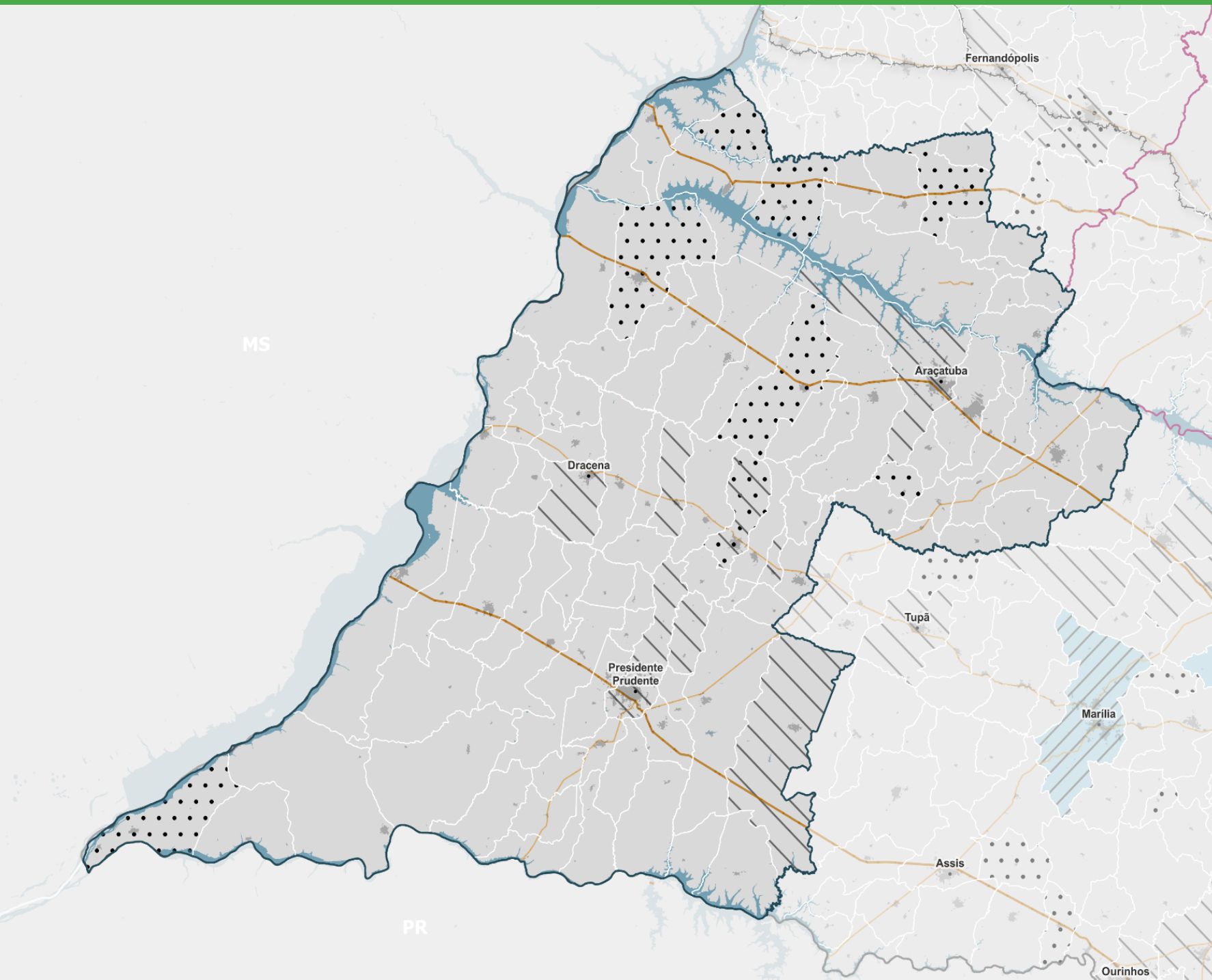
Somente 32% dos municípios estão enquadrados nos critérios de obrigatoriedades de elaboração de PD previstas no Estatuto da Cidade, no entanto, a grande maioria (84%) dos que apresentam essa obrigatoriedade, o possuem. Dos municípios que não apresentam obrigatoriedade de PD, 11 municípios o possuem (17%).

Quando analisada a data de elaboração dos planos diretores, nota-se que 56% deles têm datas anteriores a 2008, indicando também uma forte demanda pela revisão destes marcos. Dos 05 municípios que apresentam taxa geométrica anual de crescimento populacional maior que 1 na região, somente dois possuem PD, Nova Independência e Álvares Machado, sendo que o PD de Nova Independência data do ano de 1972, e deveria ser revisado para melhor atender às demandas atuais da sociedade.

Em relação aos marcos e instrumentos relacionados à habitação, sobretudo a **habitação de interesse social**, a baixa incidência também se destaca. Somente 04 municípios, sendo eles Regente Feijó, Presidente Prudente, Presidente Bernardes e Anto Anastácio apresentam **Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. A demarcação de Zonais Especiais de Interesse Social (ZEIS) é mais comum dentre os municípios da região, mas está presente em apenas 17% dos municípios.

MUNICÍPIOS COM CARTA DE SUSCETIBILIDADE E LEVANTAMENTO DE RISCO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- • • Municípios que Elaboraram um Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR (CDHU, 2024)

Mapeamento de Áreas de Risco 1:3000 (IPA, 2022)

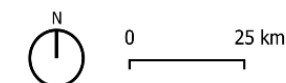
- \\ \\ Municípios que apresentam um levantamento de risco
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Outros marcos regulatórios importantes são as **cartas de suscetibilidade, cartas de aptidão, cartas geotécnicas, levantamentos de risco de desastres municipais ou regionais**. Estes instrumentos servirão de base para a correta mensuração dos riscos geo-hidrológicos presentes no município, dando base para as ações em cada uma das áreas identificadas, de acordo com a classe de riscos e serão uma das bases para a elaboração dos **Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs)**.

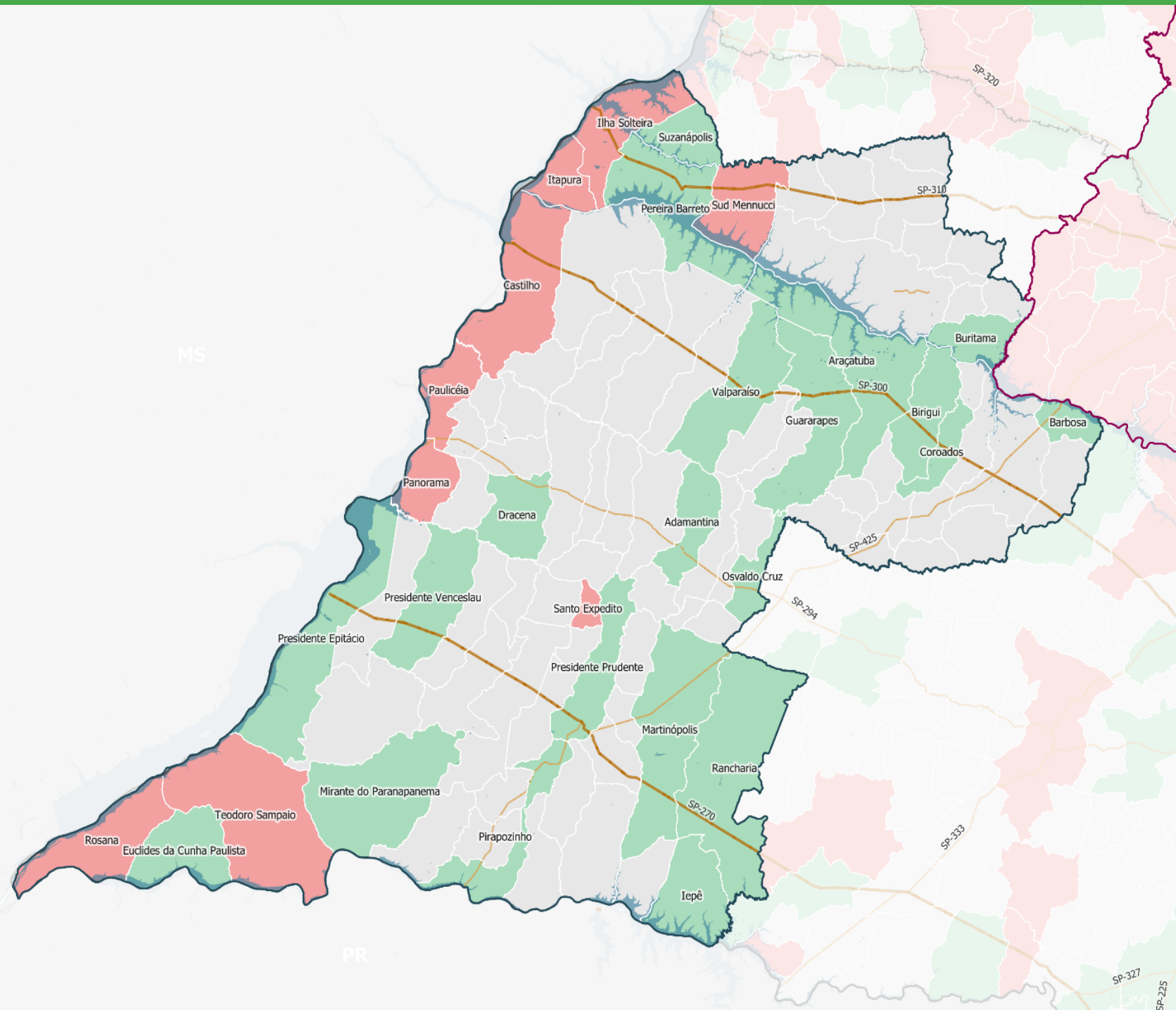
E de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) é necessário ainda que os municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos possuam em seus planos diretores medidas e levantamentos específicos para lidar com essas áreas identificadas.

Na região apenas 7,3% dos municípios possuem instrumentos de levantamento de risco, todos em uma escala mais detalhada do território (1:3000). E são poucos aqueles que possuem Planos Municipais de Redução de Riscos - PMRRs, apenas 8,3%, e destes, só Adamantina já possuía instrumentos de levantamento de risco, com pequena parcela de seus domicílios em áreas de risco.

O fato da maioria dos municípios da região não possuírem instrumentos de levantamento de riscos faz, ainda, com que o não esteja disponível levantamento dos domicílios situados em área de risco.

PLANOS DE MOBILIDADE (PLANMOB)

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação dos Planos de Mobilidade na Região
(CDHU, 2024)

- Elaborado
- Não Elaborado
- Sem Obrigatoriedade

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A integração do desenvolvimento urbano às infraestruturas de transporte e mobilidade é uma estratégia de planejamento que busca criar cidades mais compactas, incentivando o uso do transporte público, a caminhabilidade e o uso misto do solo.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012) estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana municipais (PlanMob) para municípios com mais de 20 mil habitantes, municípios inseridos em Regiões Metropolitanas e municípios turísticos, entre outros.

Entre outras questões, seu artigo sexto coloca como diretrizes a prioridade dos meios não motorizados sobre os motorizados e do coletivo sobre o individual. Além disso, explicita a necessidade de integração com a política de desenvolvimento urbano, o que acarreta um desejável diálogo entre os PlanMobs e os Planos Diretores.

A mesma legislação vincula a obtenção de recursos federais para o setor (como do Orçamento Geral da União - OGU), à existência desses planos, representando sua elaboração um importante instrumento de viabilização de obras e ações.

A ausência de região metropolitana na área analisada e a alta incidência de pequenos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, acarreta uma baixa exigência de elaboração de **planos de mobilidade** pela legislação federal.

O panorama verificado aponta que poucas cidades contam com essa legislação já elaborada e apenas onde há exigência legal.

Sendo assim, percebe-se no mapa que são os municípios localizados majoritariamente próximos à divisa do Estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul aqueles que não atendem a essa obrigação legal. Enquadram-se nesse grupo oito municípios: Rosana, Teodoro Sampaio, Panorama, Paulicéia, Castilho, Itapura, Ilha Solteira e Sud Mennucci. Apenas o segundo e o último município dessa lista, embora próximos, não estão na divisa interestadual.

Como exceção, no centro territorial na área analisada, tem-se ainda o município de Santo Expedito.

Em contrapartida, um conjunto de pouco mais de vinte municípios já possuem Planos de Mobilidade, incluindo as principais centralidades como Araçatuba e Presidente Prudente.

2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE

O eixo “Infraestrutura Urbana e Social e Mobilidade” é baseado nas interrelações entre **equipamentos sociais, transporte, mobilidade e dinâmica urbana**, seguindo a premissa de que estes elementos estão diretamente conectados.

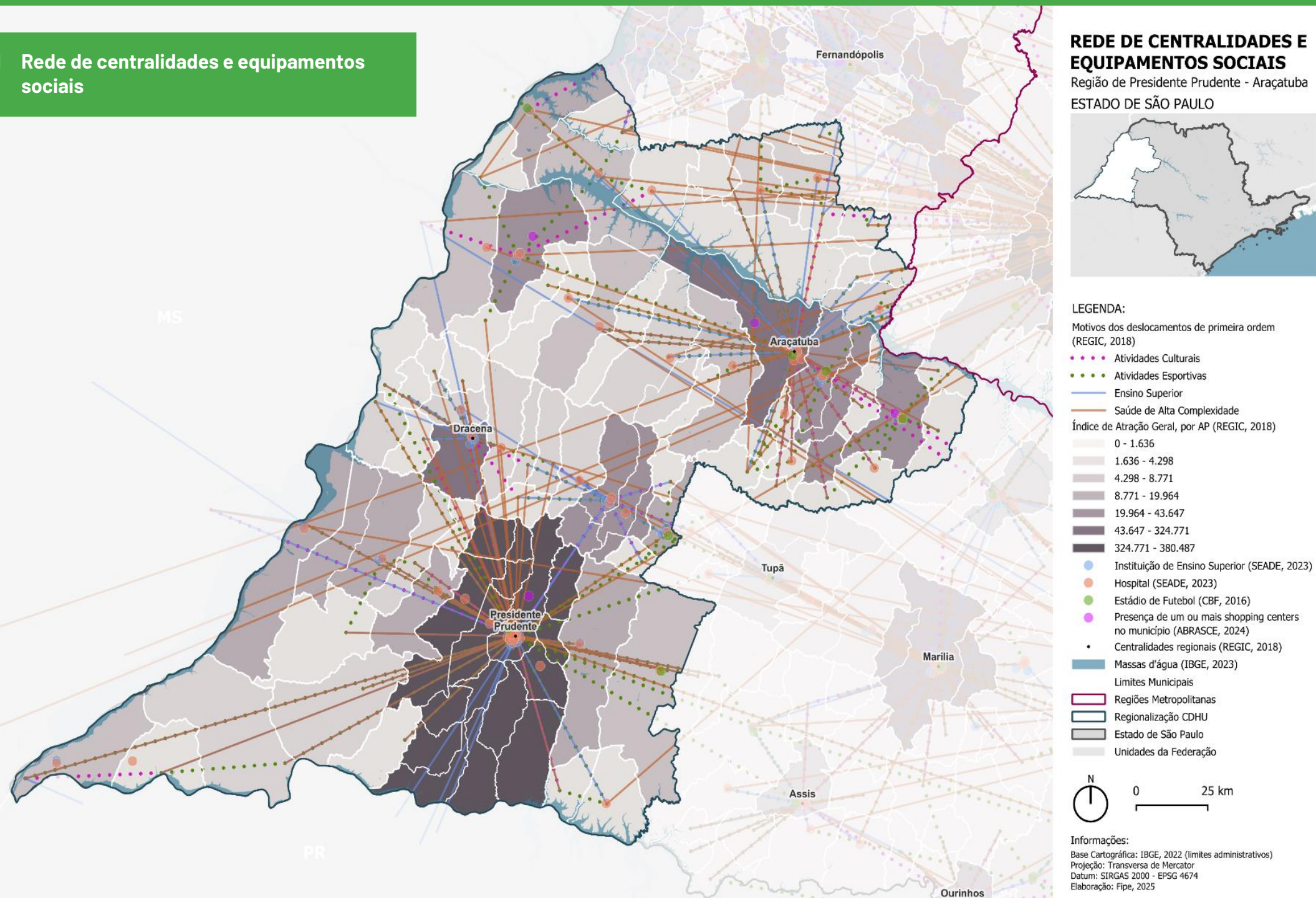
A própria estruturação territorial na área analisada se dá a partir da lógica rodoviária com os municípios se sucedendo perpendicularmente aos principais eixos daquele modo.

Outrossim, pela presença do Rio Tietê e do Rio Paraná, já na divisa com o Mato Grosso do Sul, o transporte hidroviário, assume aqui maior relevância, assim como, em menor grau, os aeroportos de Araçatuba e Presidente Prudente, sendo essas uma das peculiaridades fundamentais identificadas para a região Presidente Prudente-Araçatuba.



Vista da hidrovia Tietê-Paraná - Disponível em <https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/hidrovia-tiete-parana-passa-por-obras-para-ter-profundidade-aumentada> . Acesso em junho de 2025.

2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais



A análise dos **equipamentos sociais**, integrada aos **fluxos** identificados pela Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018), mostra que o Arranjo Populacional (AP) de Presidente Prudente e o município de Araçatuba são as principais centralidades dessa região do PDUH, que apresentam as maiores concentrações de equipamentos sociais e atraem o maior número de deslocamentos de pessoas dos municípios vizinhos (pertencentes ou não à região).

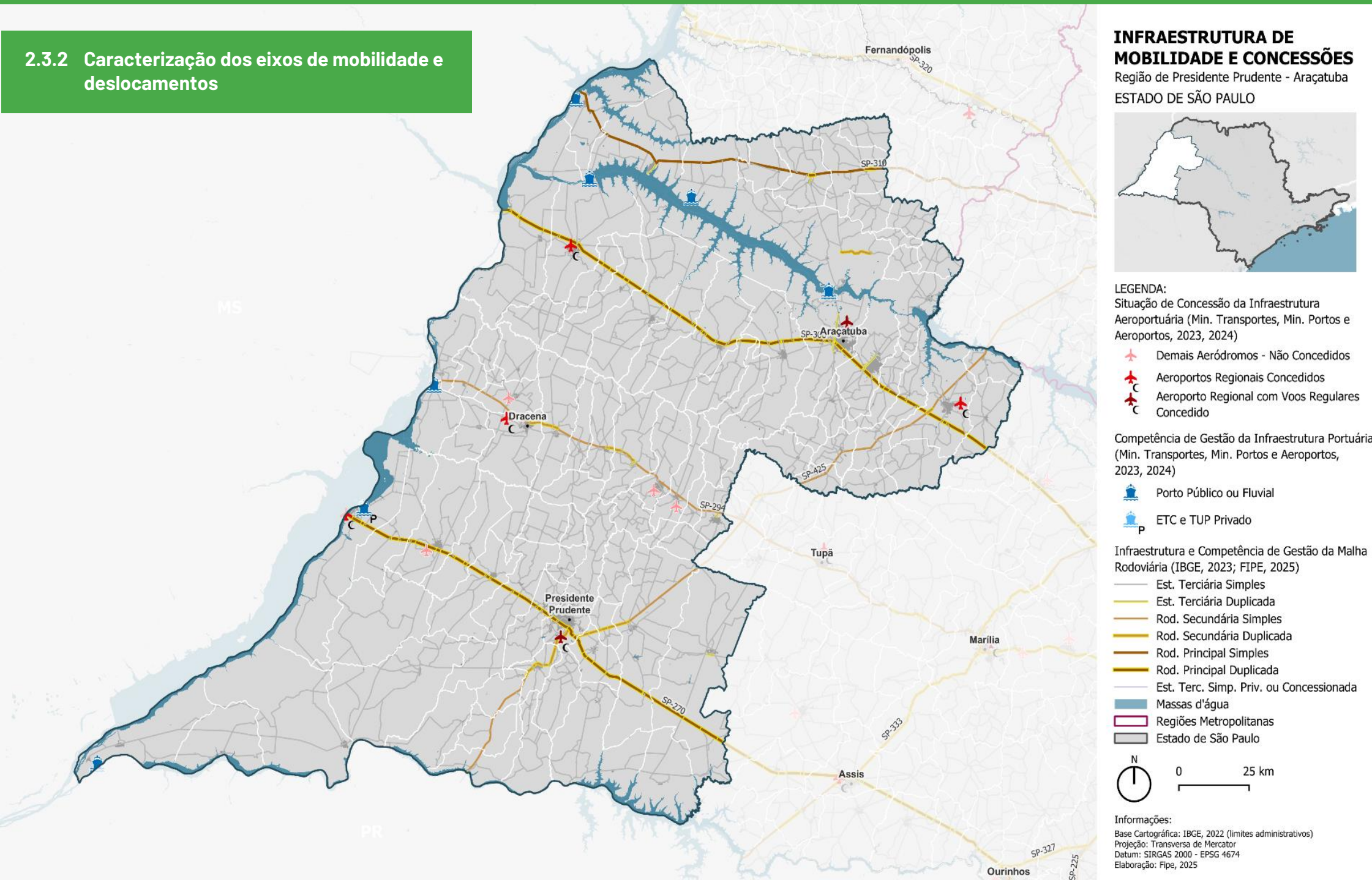
De forma geral, além das localidades mencionadas, outras centralidades são relevantes no contexto regional, tais como o Arranjo Populacional de Adamantina-Lucélia e o município de Dracena.

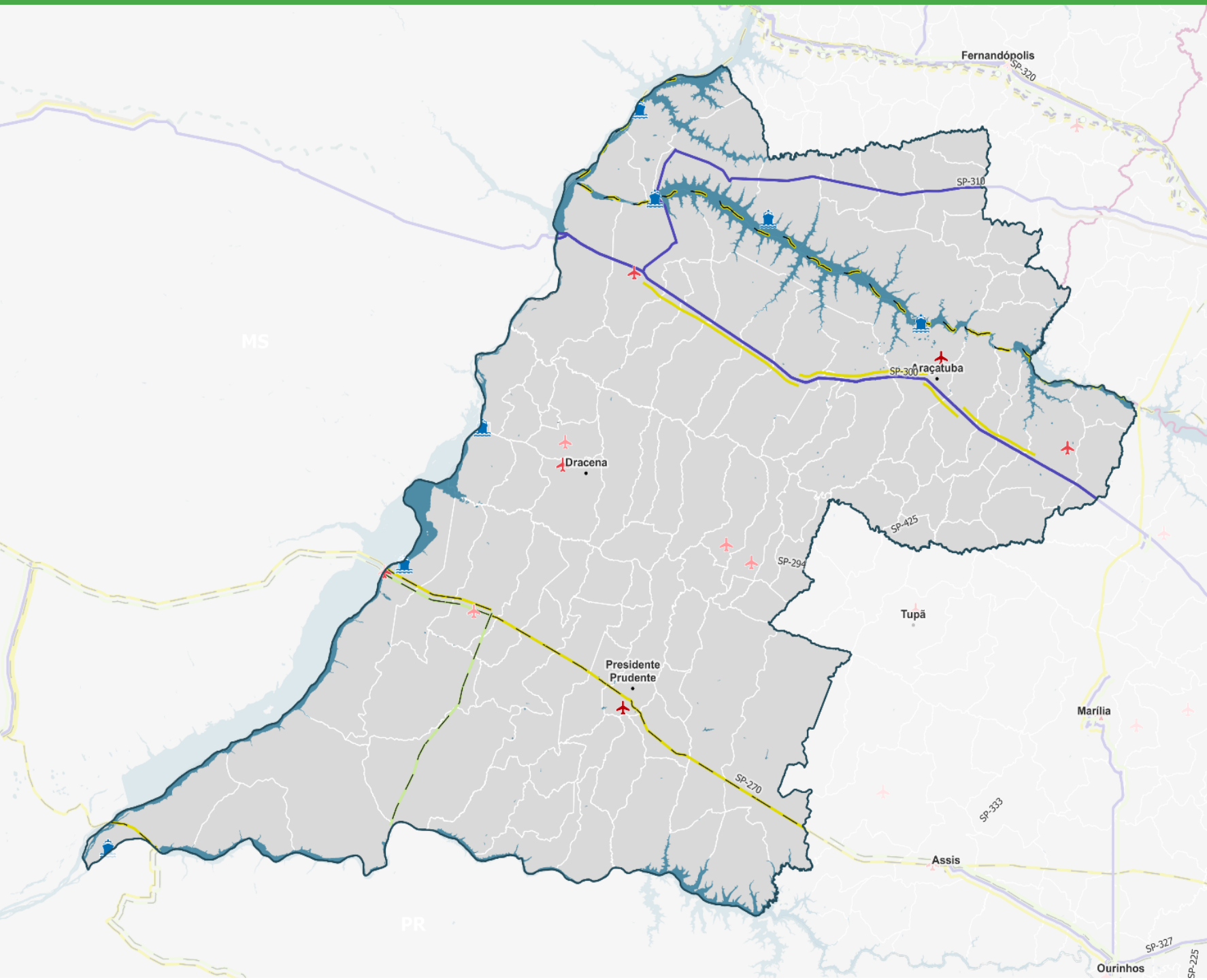
Dos 96 municípios da região, todos apresentam, ao menos, uma UBS em seu território, porém somente 37 apresentam hospitais que realizam atendimento de alta complexidade. Os deslocamentos por motivo de saúde de alta complexidade na região concentram-se no AP Presidente Prudente (55%) e no município de Araçatuba (38%), que também concentram a maior parte dos hospitais (05 em Araçatuba e 16 no AP Presidente Prudente).

A região dispõe de 06 campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP), além de 03 FATECs, 3 campi de Universidades Federais e 32 Universidades Particulares, que estão localizadas, majoritariamente, em Araçatuba, Presidente Prudente, Dracena, Penápolis e Andradina. As localizações que mais atraem deslocamentos para ensino superior na região são Araçatuba (38%), AP Presidente Prudente (33%) e AP Adamantina-Lucélia (14%).

Com relação aos deslocamentos por motivos de esporte e de cultura e lazer na região, as localidades que mais atraem pessoas são o AP Presidente Prudente, o município de Araçatuba e Dracena.

2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos





CORREDORES LOGÍSTICOS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Demais Aeródromos
- Aeroportos Regionais
- Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Estação de transbordo de cargas
- Porto Público e Fluvial

Corredores Logísticos Rodoviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Combustíveis

Corredor Logístico Hidroviário (Min. Transportes, 2017-2020)

- Soja e Milho para Exportação
- Massas d'água
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A estruturação territorial acontece no sentido sudeste-noroeste através da Raposo Tavares (SP-270), que passa por Presidente Prudente e da Rodovia Marechal Rondon (SP-300), que atravessa Araçatuba; além de demarcarem a passagem pelas principais centralidades, exercem um papel estratégico no escoamento da produção oriunda tanto da região como dos estados do Centro-Oeste do Brasil.

Enquanto pela primeira rodovia se destaca a passagem da soja e do milho voltados para a exportação, pela segunda passam os mesmos produtos só que mais voltados para o mercado interno além de combustíveis que, nesse caso, apresenta uma relação com a Rodovia Washington Luís (SP-310) que atravessando o extremo norte da área.

O **sistema hidroviário**, conforme mencionado, exerce importante papel na região, que contém grande parte da hidrovia viabilizada pela presença dos rios Tietê e Paraná.

Nessa área existem portos públicos nas cidades de Araçatuba, Sud Mennucci, Presidente Wenceslau, Ilha Solteira (essa com dois portos), Panorama e Presidente Epitácio. A hidrovia assume papel vital no escoamento da produção agrícola dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e parte de Rondônia, Tocantins e Minas Gerais, totalizando o deslocamento anual de aproximadamente 4 milhões de toneladas de cargas, impulsionando, ademais, a implantação de polos industriais, turísticos e de distribuição.

O **modo aeroviário**, com papel bem menos relevante para o escoamento da carga, ainda sim representa um importante indicador de atividade econômica. Há que se apontar a existência de Aeroportos Regionais em Presidente Prudente e Araçatuba (ratificando o papel de centralidade destas cidades) com voos regulares, além das cidades de Andradina, Dracena e Penápolis que possuem aeroportos regionais, mas sem regularidade nos voos.

2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional

SÍNTESE DO POTENCIAL DE CONECTIVIDADE E ACESSIBILIDADE - MÉDIA REGIONAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Potencial de Conectividade e Acessibilidade (FIPE, 2024)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Na Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Demais Aeródromos
- Aeroportos Regionais
- Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Portuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

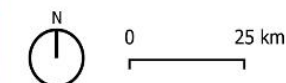
- TUP e ETC
- Porto Público

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Estradas Terciárias
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

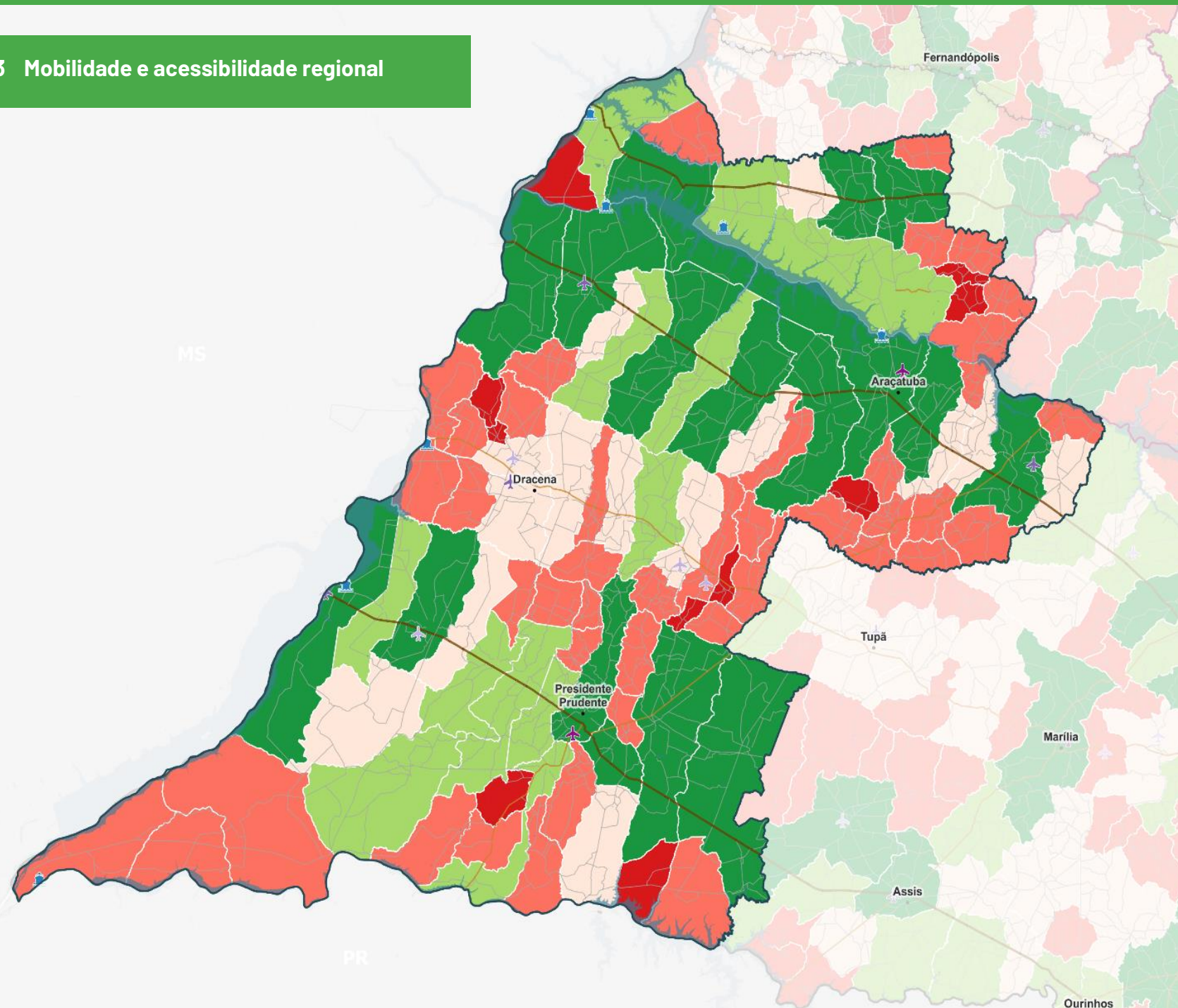
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Nesse estudo buscou-se mensurar os níveis de potencial de mobilidade e acessibilidade do ponto de vista da infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroportuária e hidroportuária.

Foram considerados aqui tanto os **fatores de indução** (presença de rodovias e entroncamentos rodoviários, paradas ferroviárias, portos e aeroportos) quanto as **barreiras inibidoras** da mobilidade como as rodovias e ferrovias que cortam a mancha urbana dos municípios da região.

Objetivou-se a construção de um índice que contemplasse, concomitantemente, a “acessibilidade” (enquanto possibilidade de alcance e acesso), como a “conectividade” (que considera aspectos que fragmentam o território, dificultando esses deslocamentos).

O resultado traz um panorama que permite identificar os locais com maiores propensões a ter seus deslocamentos intra e inter-regionais facilitados.

A localização da Região de Presidente Prudente – Araçatuba no extremo oeste do Estado de São Paulo imprime a ela um papel estratégico de escoamento da produção local e do Centro Oeste brasileiro, acarretando uma lógica de deslocamentos bastante influenciada pelas rodovias que atravessam este território.

Sobre a média regional, evidencia-se que todos os municípios com índice “muito acima da média regional” são atravessados por uma das três Rodovias Principais: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e Rodovia Washington Luís (SP-310), que passam, respectivamente, por Presidente Prudente, Araçatuba e Pereira Barreto. Esses municípios apresentam os melhores índices, sendo os dois primeiros os principais polos urbanos dessa região.

Contribui, ainda, para a elevação desse índice a presença de Portos Públicos pertencentes à Hidrovia Tietê-Paraná e Aeroportos Regionais com ou sem voos regulares.

Em comparação, a influência dos fatores mencionados contrasta com outras regiões que contemplam uma malha de Estradas Terciárias menos capilarizada no território.

Elaboração: Fipe, 2025

ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NA REGIÃO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes
Atualizados (Infosiga, 2015-2023)

- Sem Óbitos
- Óbitos Muito Abaixo da Média Regional
- Óbitos Abaixo da Média Regional
- Óbitos Acima da Média Regional
- Óbitos Muito Acima da Média Regional
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

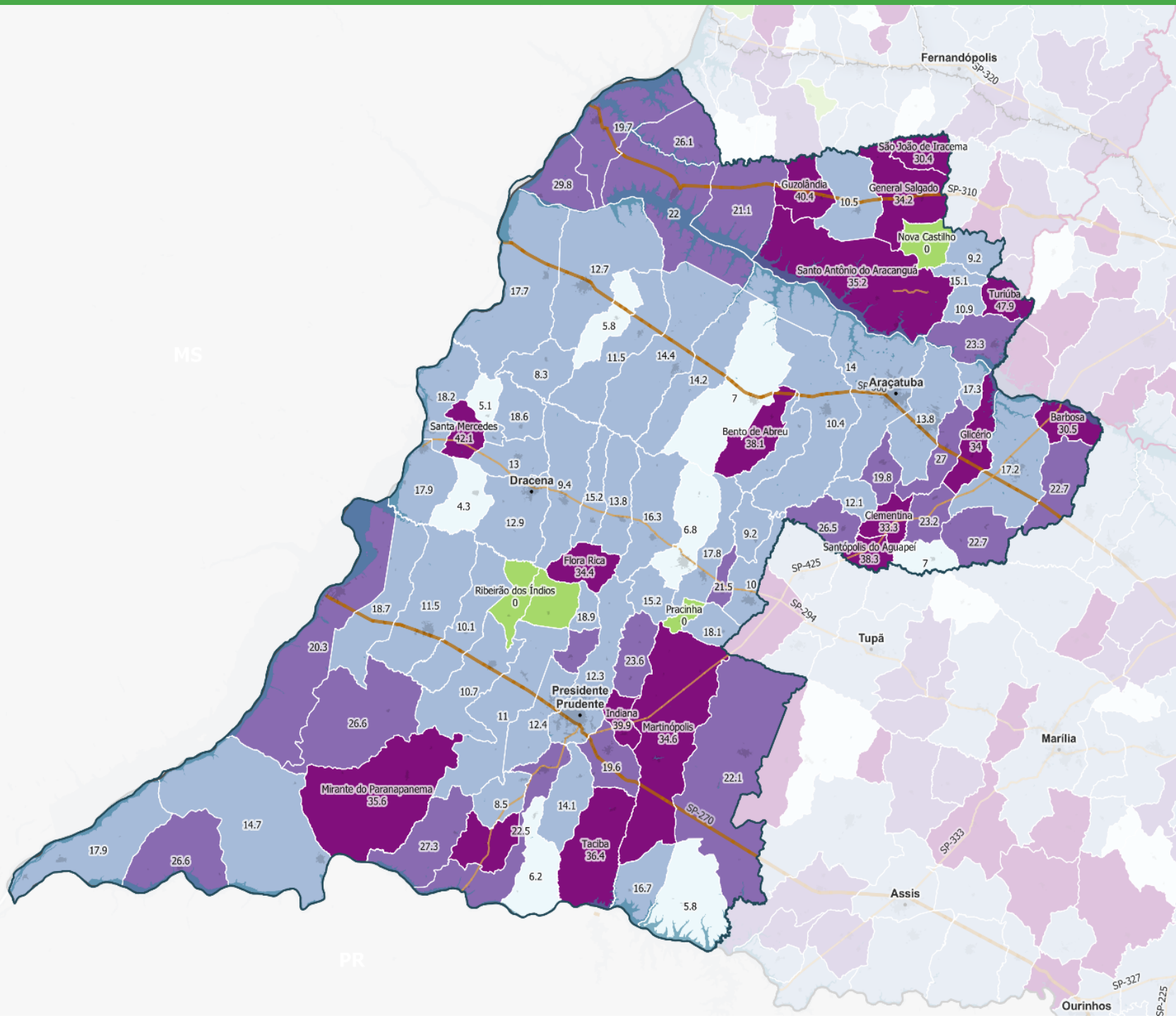
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025





A análise de acidentes no sistema viário da região foi realizada levando-se em consideração os seguintes dados: óbitos em acidentes de trânsito por população em relação à média estadual; o mesmo índice em relação à média regional; e a predominância da tipologia viária do local destes acidentes, sendo em vias urbanas ou rodovias.

Tem-se assim que, inicialmente, em relação à média de óbitos em acidentes de trânsito por população, se observa uma clara predominância de “óbitos abaixo da média estadual”.

A incidência de médias de óbitos acima ou muito acima da média ocorre predominantemente no extremo sudeste das principais rodovias já mencionadas, com algumas exceções isoladas em municípios pequenos como Bento de Abreu, Flora Rica e Santópolis do Aguapeí, entre outros.

Nesses casos, como já observados em outras análises regionais, o baixo contingente populacional pode influenciar no aumento da média, trazendo uma distorção devidamente considerada.

No extremo oposto, quatro municípios, Emilianópolis, Ribeirão dos Índios, Pracinha e Nova Castilha, não apresentaram óbitos no período analisado.

De uma forma geral, a mesma dinâmica é verificada em relação à média regional.

Nos municípios onde essas médias são maiores, há uma predominância de acidentes em rodovias, configurando-se um desafio a ser enfrentado nesse território.

2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

A inserção da lente climática para a leitura da vulnerabilidade socioterritorial tem uma importância crescente no período atual. As análises feitas no Diagnóstico do **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC** dão um quadro da situação no Estado e pode ser consultado para um maior aprofundamento e para compreensão das bases da política climática no Estado, que é composta também pelo **Plano de Ação Climática - PAC 2050** que trata principalmente das estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa visando atingir emissões líquidas zero até 2050.

Essas análises podem ser complementadas pela síntese feita no **Índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas - ICAR** e pelos cruzamentos de informações feitos para alguns dos passos realizados neste Índice, referência para a seleção e priorização de municípios no Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

Outro subsídio para o tema de adaptação às mudanças climáticas é o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**, que para essa região é representado por parte dos municípios da Zona de Gestão 2 (RA de Presidente Prudente) e da Zona de Gestão 3 (RA de Araçatuba). O ZEE apresenta diretrizes para as Zonas indicadas, levando em conta projeções climáticas feitas para o Estado de São Paulo. São apresentados aqui, brevemente, duas projeções climáticas para 2050 em um cenário pessimista (RCP 8,5), de altas emissões de gases de efeito estufa, para todo o Estado de São Paulo. Nos mapas a seguir está destacada a Região em comparação com o conjunto do Estado, para uma compreensão dos cenários críticos e principais desafios a serem enfrentados.

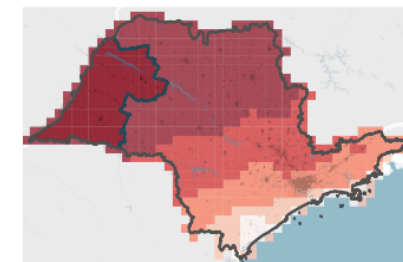
O primeiro mapa apresenta um aumento de temperatura média de 4 °C para o conjunto do território. Já o segundo mostra uma diminuição da precipitação total anual de até 400 mm associado a um aumento de 9 a 12 dias no período de estiagem em partes do território. Somam-se à essas projeções um aumento de até 178 dias na duração das ondas de calor e uma redução que pode variar de 5 a 7 dias na duração das ondas de frio.

Essas projeções indicam que a elevação das temperaturas médias, a redução de precipitação e aumento de estiagem para a região e **podem ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica e na provisão de serviços ecossistêmicos**. Consequentemente também impactam na produção agropecuária e na produção de alimentos e matéria-prima para o setor produtivo e a saúde pública da população da região.

2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas

PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - TEMPERATURA MÉDIA DO AR CENÁRIO 2050

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Temperatura média do ar: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

3 - 3,5

3,5 - 3,98

----- Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

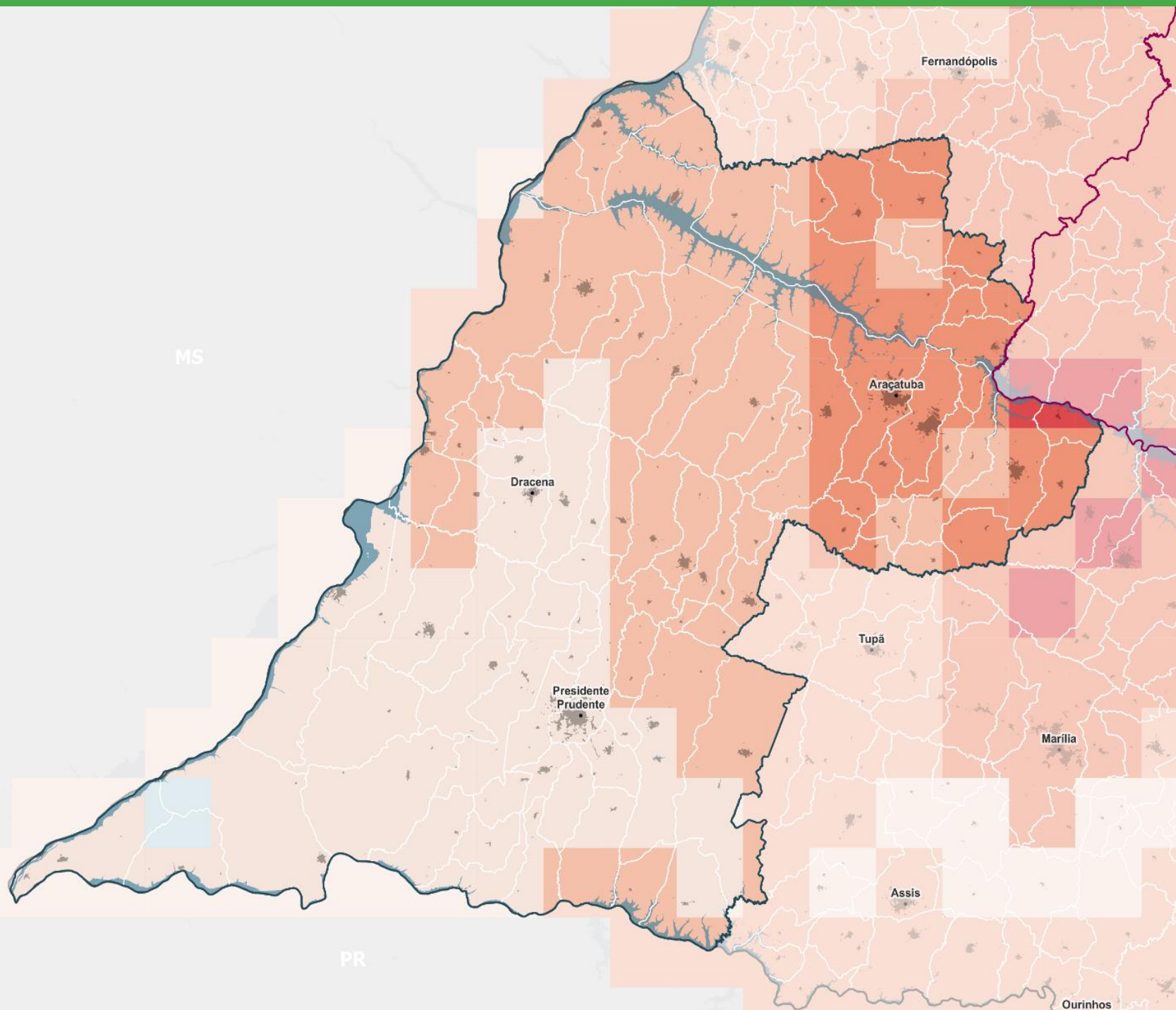
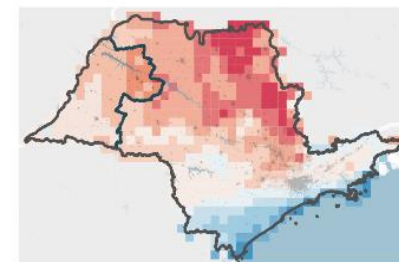
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - PRECIPITAÇÃO ANUAL CENÁRIO 2050

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



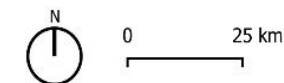
LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Precipitação anual: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

- 274 - -212
- 212 - -156
- 156 - -99
- 99 - -34
- 34 - 68
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

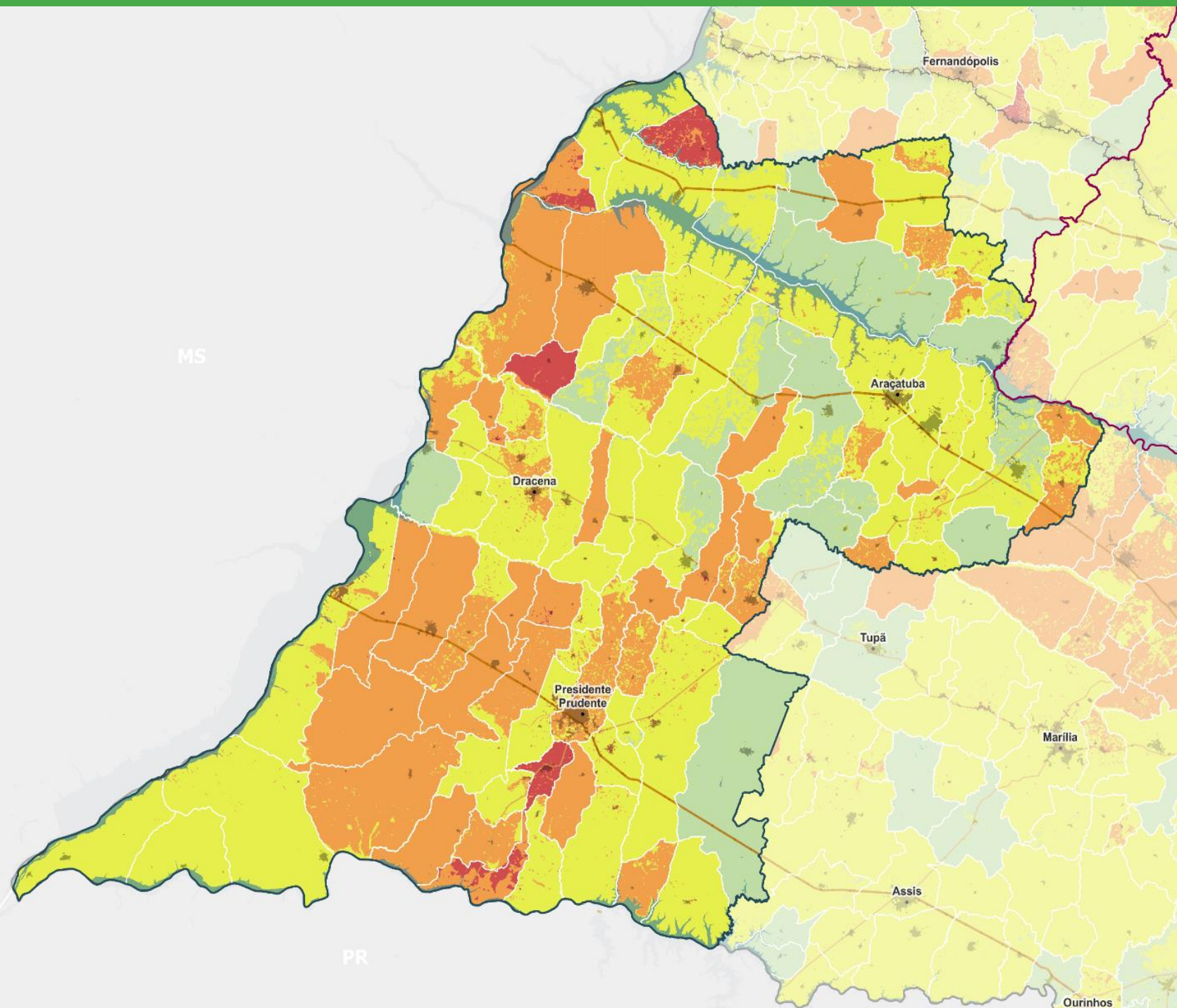


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

CARTA SÍNTESE ZEE - RESILIÊNCIA À MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



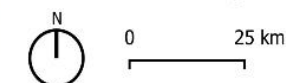
LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Resiliência às Mudanças Climáticas (SEMIL, 2022)

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Boa
- Ótima
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como já mencionado na seção sobre o Patrimônio Ambiental e Paisagístico, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo apresenta cartas síntese, sinalizadas por classes que vão de 1 a 5 e representam respectivamente níveis de criticidade, de atenção, situação intermediária, favorável e muito favorável em relação ao alcance de cada uma das diretrizes estratégicas mapeadas. A carta síntese da Diretriz 1 - Resiliência às mudanças climáticas está estruturada em três dimensões: “situação atual”, “pressões” e “capacidade de resposta”.

De modo geral a região apresenta situação favorável, intermediária e de atenção quanto a **resiliência às mudanças climáticas**, com os municípios de Presidente Prudente e Andradina em nível de *atenção* e os municípios de Suzanápolis, Nova Independência e partes dos municípios de Itapura e Pirapozinho apresentando situação de *criticidade*. Por essa metodologia, a situação mais crítica dos indicadores se deve principalmente a fatores relativos à **capacidade de resposta**. No entanto, na **situação atual** o indicador relativo a pontos de erosão em 2012 se encontra em *atenção*.

Em **pressões** é possível destacar para a RA de Araçatuba a situação crítica dos indicadores relativos à produção agropecuária, e para o conjunto da região os indicadores de tamanho de fragmento de vegetação nativa e de razão de dependência.

Em toda a região, quanto à **capacidade de resposta** são destacados como estando em situação de *criticidade* ou de *atenção* o Índice de governança do Projeto Construindo Cidades Resilientes, o indicador de Investimentos do Plano Agricultura de Baixo Carbono, o de Áreas prioritárias para restauração do Programa Nascentes, o de Instrumentos de gestão de risco (TIG) e o relativo ao programa corta-fogo.

Essa análise pode ser reforçada pelas projeções climáticas que indicam principalmente riscos associados ao aumento de temperaturas e estiagem, preocupante ao analisar conjuntamente com a condição de segurança hídrica da região, que possui territórios em situação intermediária e de atenção principalmente no entorno de Araçatuba e Andradina. E ainda, para um adequado planejamento desse território é necessário considerar

indicadores de suscetibilidade ambiental e de riscos geo-hidrológicos, como veremos adiante.

A análise sobre a resiliência pode, além disso, apresentar diferentes enfoques, sendo composta por elementos que deem peso maior à governança ou à pressão exercida, por exemplo. Para essa região, foi analisado também o **Índice de Capacidade de Resiliência às Mudanças Climáticas - ICAR**, elaborado no âmbito do Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

No mapa síntese, elementos com peso para a *menor capacidade de resiliência* tiveram relação direta com a condição de governança, recursos financeiros, educação e percepção, e proteção dos ecossistemas naturais,

Estas condições, que possuem relação com o tamanho e condições socioeconômicas dos municípios da região, trazem destaque para *muito alta capacidade de resiliência* nos municípios de Presidente Prudente e Birigui, e *alta capacidade* no município de Araçatuba, em contraponto ao levantamento da Diretriz 1 do ZEE, apontada anteriormente.

Como processo complementar desse projeto foram elencados municípios nos quais foram elaborados **Planos de Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima**, que na região foram feitos para os municípios de Gabriel Monteiro e Rosana, nos quais foram indicadas a diminuição da precipitação anual e o aumento da temperatura como as principais ameaças climáticas para as quais estes municípios precisam se adaptar.

SUSCETIBILIDADE AMBIENTAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Suscetibilidade Ambiental (IPA, 2022)

- Muito Alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito Baixa

++++ Ferrovias em Operação (MT, 2024)

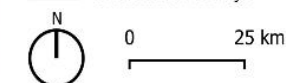
Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

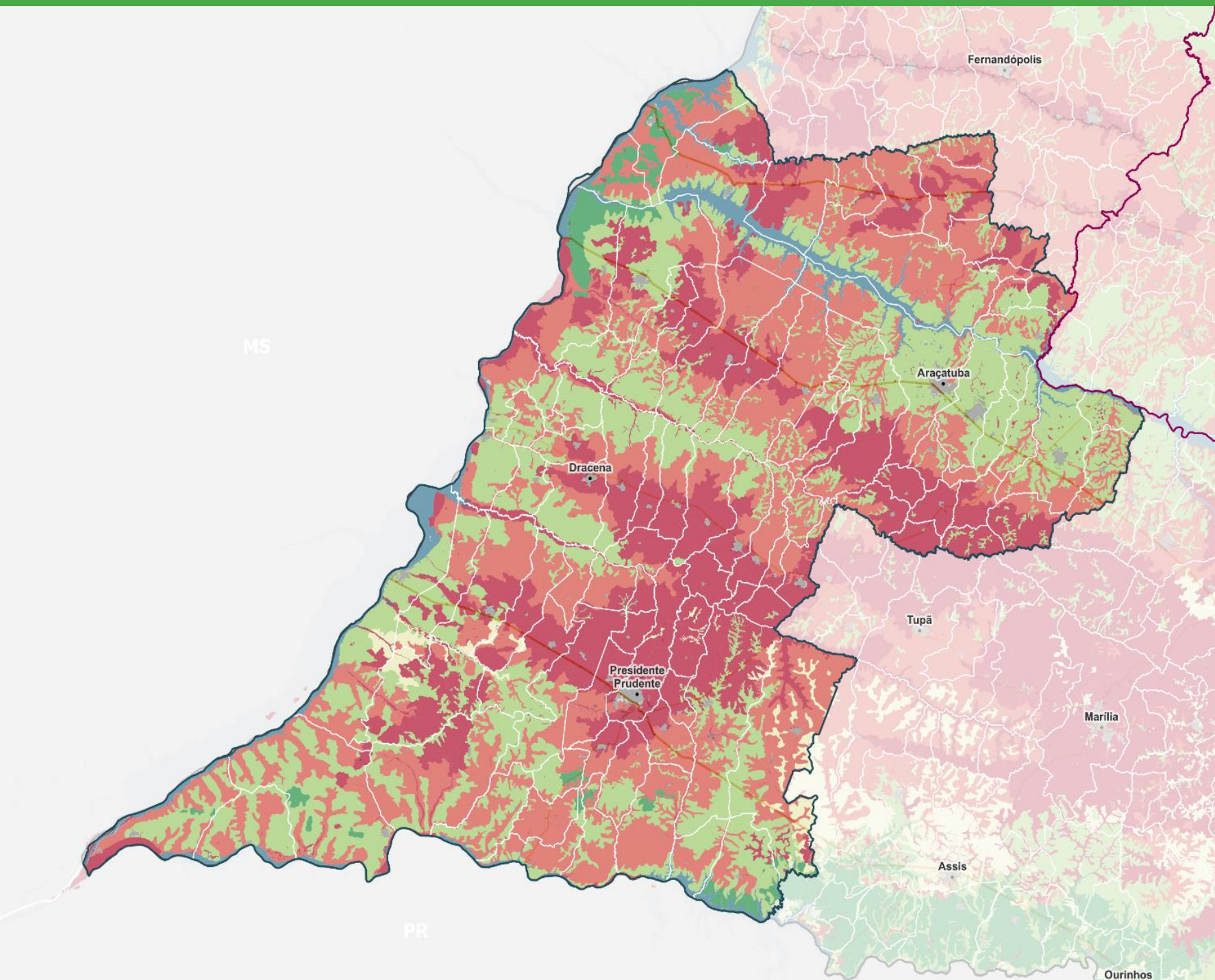
Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Enquanto análise mais ampla, é apresentado o mapa de classes de suscetibilidade ambiental retirado do **Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo**.

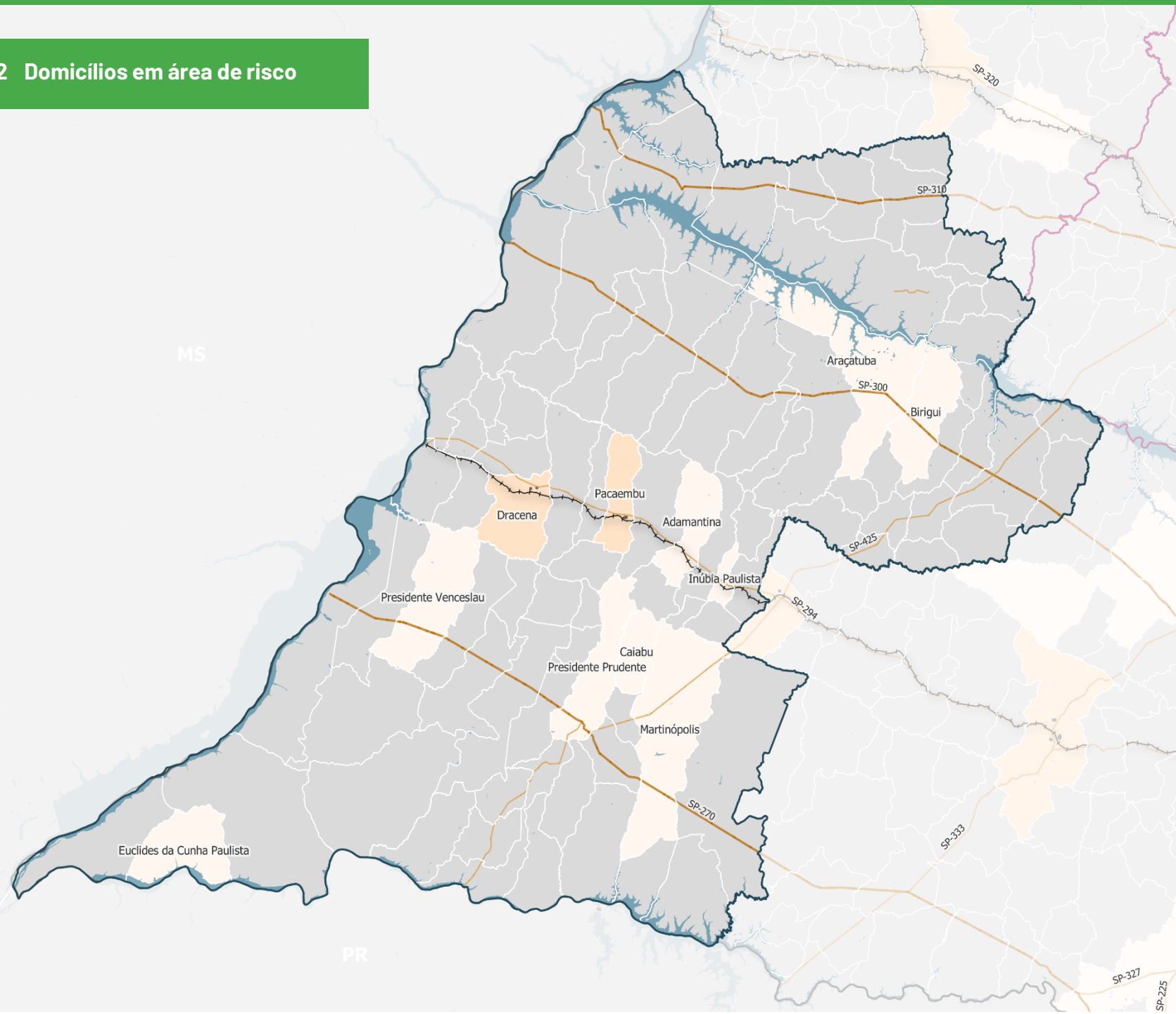
Neste mapa as áreas classificadas como de *muito alta* suscetibilidade estão delimitadas principalmente em três faixas de leste a oeste: acompanhando trechos do entorno da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, próximo à Andradina; acompanhando o entorno da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, passando por Adamantina e Dracena, e em região próxima à Rodovia Raposo Tavares - SP 270, passando por Presidente Prudente. As razões dessa classificação se devem, principalmente à erosão e diferentes classes de erodibilidade dos solos.

Além de uma leitura em conjunto com a exposição às diferentes classes de risco e ao levantamento de domicílios em áreas de risco, cabe destacar que, para uma análise mais precisa da suscetibilidade ambiental é necessário analisar o território em outra escala, mais aproximada, na qual aparecem pontualmente suscetibilidades à ocorrência de movimento de massa e à inundação.

2.4.2 Domicílios em área de risco

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

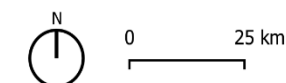
- Áreas de Risco Geológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: Rede GRD, 2024; CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Geológico R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

- 0
 - 0 - 1
 - Sem Mapeamento
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovias em Operação (MT, 2024)
 - Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

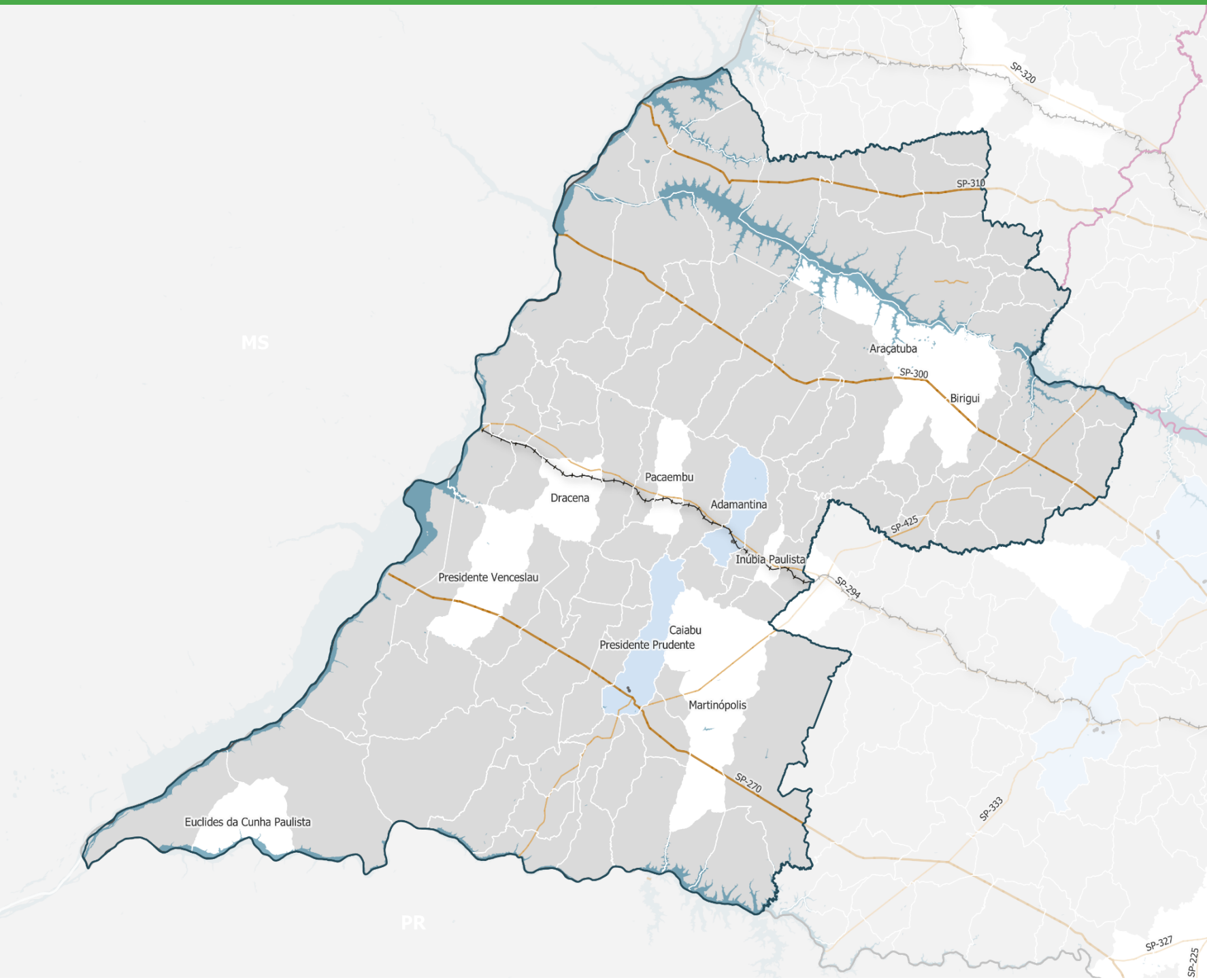


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Áreas de Risco Hidrológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Hidrológicos R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

0

0 - 1

Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

Limites Municipais

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

MUNICÍPIOS COM FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS EM ÁREAS DE RISCO ALTO E MUITO ALTO (R3 e R4)

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Risco e FCU (IBGE, 2022 e CDHU, 2026)

- Municípios com Domicílios em Área de Risco Alto e Muito Alto
- Municípios com Favelas e Comunidades Urbanas em Áreas de Risco
- Municípios com Favelas e Comunidades Urbanas não situadas em áreas de risco
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Associado aos riscos climáticos e a suscetibilidade ambiental, é fundamental realizar uma análise dos riscos geo-hidrológicos, para tanto foram utilizados os levantamentos apresentados na Nota Técnica Domicílios em áreas de risco para atendimento habitacional¹⁶, elaborada pela CDHU. A metodologia contou com a comparação de diferentes fontes disponíveis e escalas de abordagem para a revisão do mapeamento das áreas de risco do Estado de São Paulo. A partir de diferentes fontes de informação¹⁷ foram realizados processamentos para a comparação das imagens e o recorte de domicílios dentro das áreas de risco, perigo e suscetibilidade¹⁸. O resultado apresentou 220 municípios com pelo menos um domicílio situado em setorização de risco alto ou muito alto (R3 e R4), as análises municipalizadas apresentam o percentual de domicílios em áreas de risco sobre o total dos domicílios do município.

Os resultados de domicílios em risco são apresentados nos dois mapas apresentados acima, de riscos geológicos e de riscos hidrológicos, e em ambos os mapas, nos casos de municípios indicados em cinza que não possuem mapeamento de risco, as análises podem ser complementadas pelos dados de perigo de escorregamento para os processos geológicos e pelos dados de suscetibilidade à inundação para os processos hidrológicos. E os dados de ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos também servirá como fonte complementar, tanto nos casos em não houver outros dados como para reforçar os dados já existentes.

E o mapa seguinte, que apresenta a análise conjunta dos domicílios em risco e localizados em favelas, é um avanço no sentido de fazer com que as informações disponíveis sobre áreas de risco se tornem instrumentais para a formulação da política de desenvolvimento urbano e habitacional. Estes levantamentos, associados aos anteriores, permitem compreender a realidade atual dos municípios e porcentagem de domicílios mais expostos a riscos de desastres, para uma análise regional que posteriormente

contribuirá para ações de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos em escala local.

Para aprofundamento, a análise dessa região deve ser complementada devido ao grande número de municípios que não possuem mapeamento de riscos geológicos nem hidrológicos. Dos 96 municípios que compõem a região, apenas 11,5% apresentam levantamentos de risco e só os municípios de Pacaembu e Dracena apresentam percentual de domicílios em área de risco geológico R3 e R4 e apenas os municípios de Adamantina e Presidente Prudente apresentam percentual de domicílios em área de risco hidrológico R3 e R4, nos quatro casos com menos de 1% de domicílios.

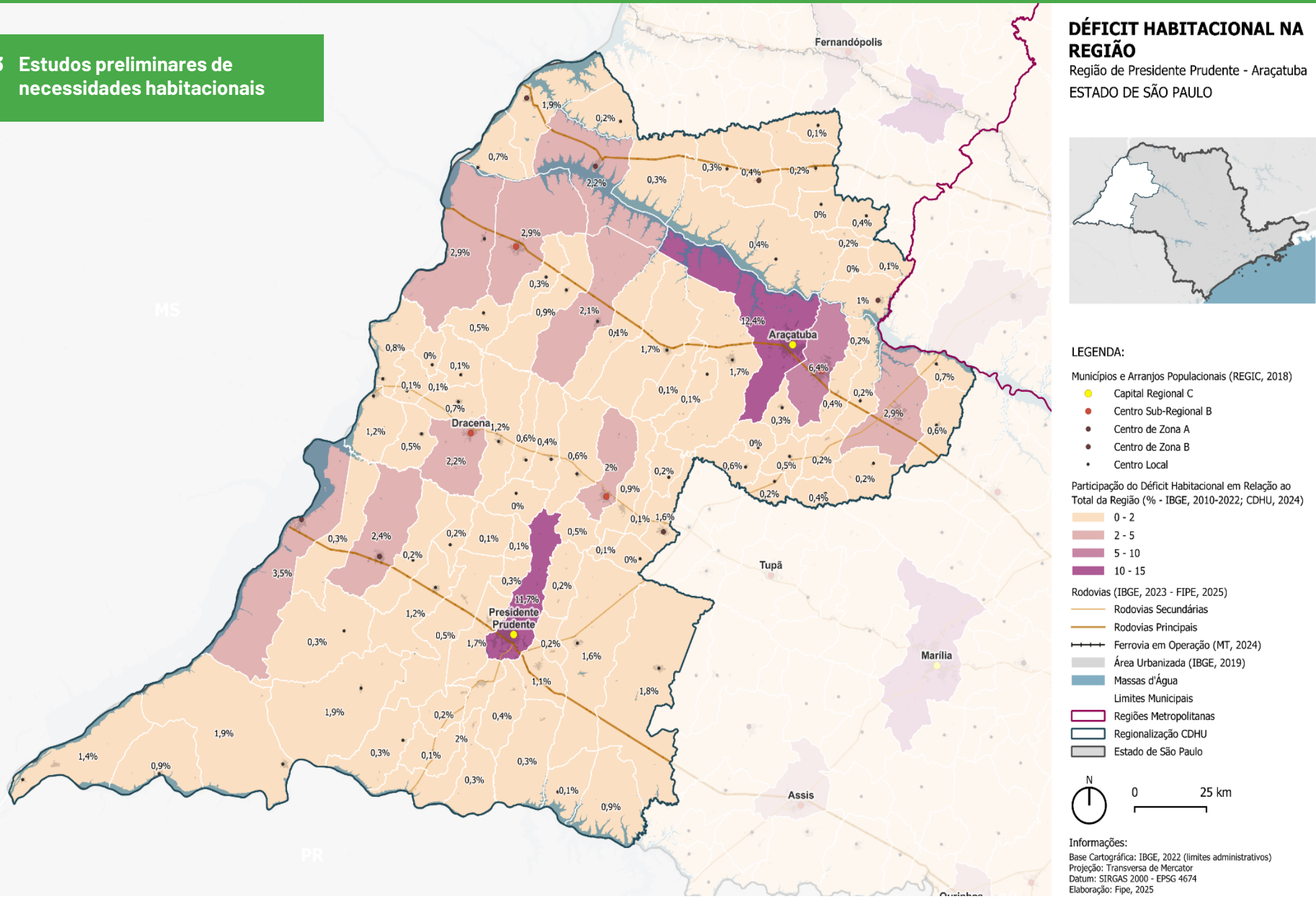
E, por fim, dos municípios da região, apenas o município de Presidente Epitácio possui favelas e comunidades urbanas identificadas, e como é um município que não possui levantamento de riscos não é possível verificar se há favelas e comunidades urbanas em área de risco, mais uma justificativa para se ampliar o mapeamento de riscos na região.

16 DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO PARA ATENDIMENTO HABITACIONAL. Fonte: DPDU/CDHU, 2025. Análise sobre domicílios em áreas de risco alto e muito alto no Estado de São Paulo para fins habitacionais. Dados originais de: Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

17 Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

18 Os principais conceitos utilizados neste material, como por exemplo, risco, perigo e suscetibilidade, encontram-se detalhados na Nota Técnica.

2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional B

Participação da Inadequação Habitacional em Relação ao Total da Região (% - IBGE, 2010-2022; CDHU, 2024)

- 0 - 1
- 1 - 4
- 4 - 8
- 8 - 45,9

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

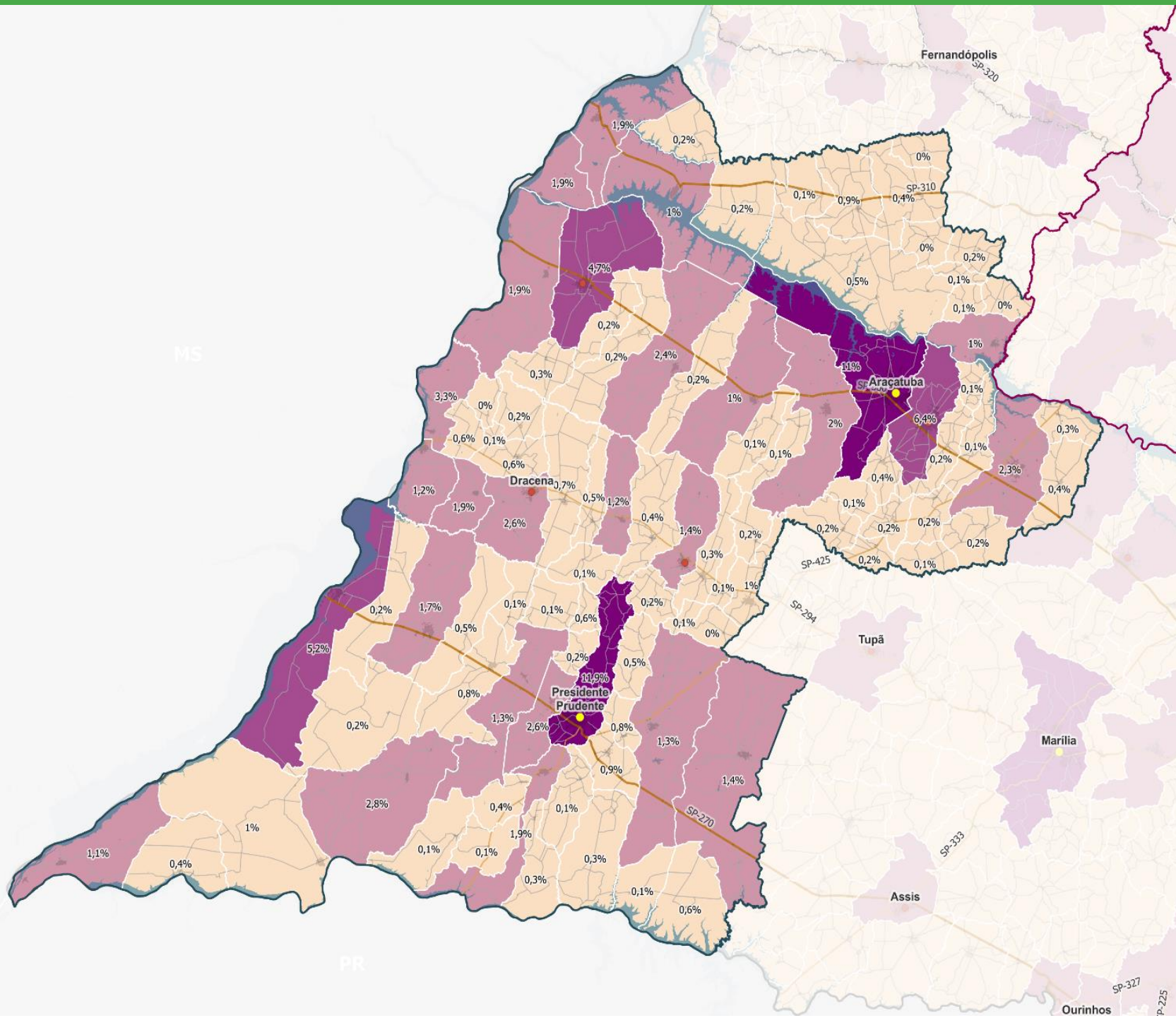
- Estradas Vicinais
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A identificação e o dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionados ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território, podendo ser de **provisão habitacional**, no caso do déficit, ou de **adequações urbanísticas e edículas** para garantir qualidade habitacional aos domicílios inadequados.

A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar da metodologia MAPPA, desenvolvida por CDHU/UFABC, com estimativa quantitativa de projeções do censo 2010 para cálculo de **Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado**, tendo como unidade de análise o próprio domicílio, cuja precariedade é definida a partir da análise detalhada de suas características.

Os domicílios em situação de déficit habitacional são os que apresentam inadequações graves, que não podem ser sanadas por intervenções de melhoria, e demandam uma nova moradia para seu equacionamento.

Em contrapartida, os domicílios em situação de inadequação habitacional, por mais que apresentem mais de uma inadequação, podem ser solucionadas com a realização de obras de melhoria das condições habitacionais, não sendo necessária a construção de nova moradia.

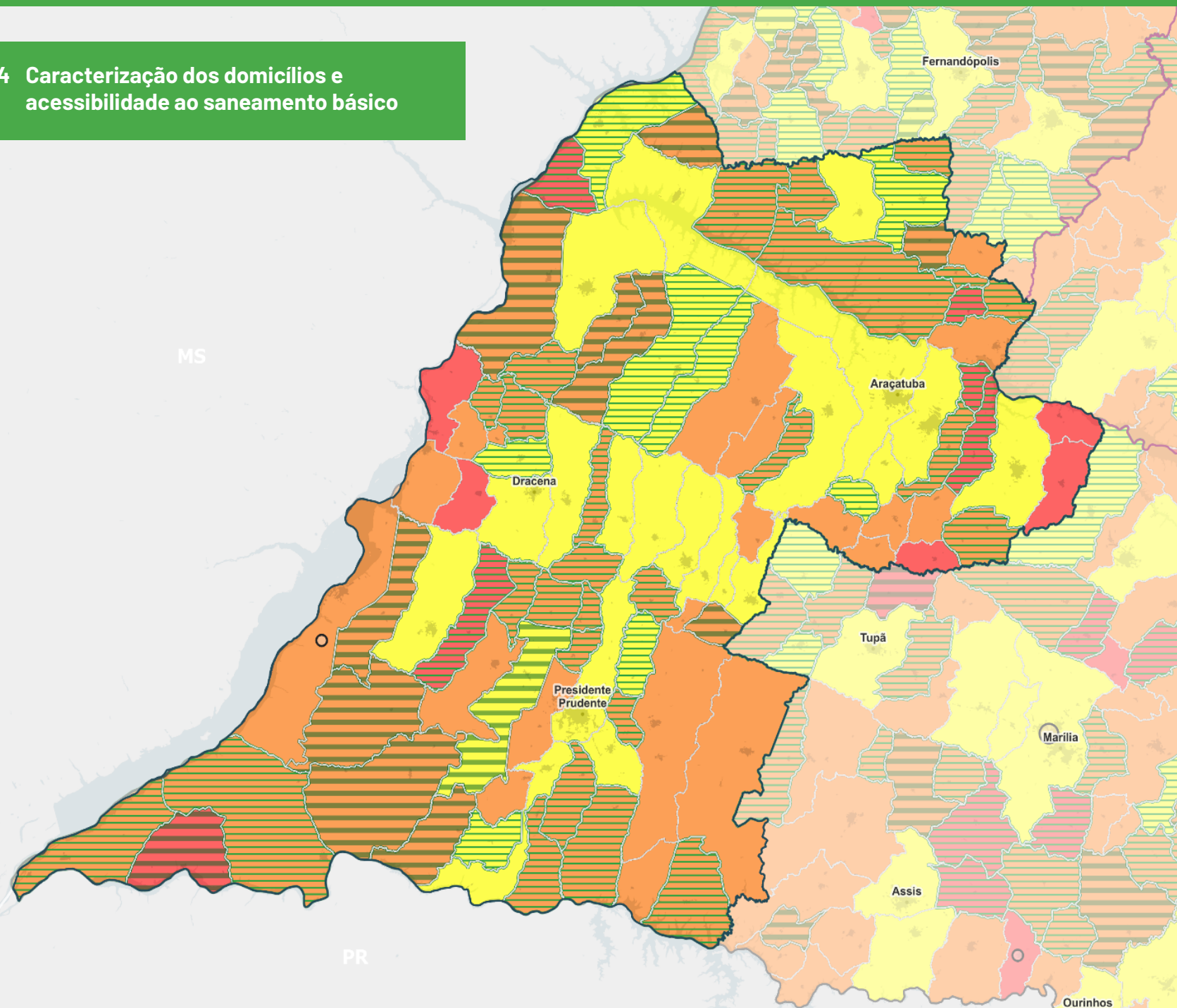
A avaliação de necessidades habitacionais, seguindo essa metodologia, utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna, são elas: custo da moradia, adequação física da edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

Analisando a região de Presidente Prudente-Araçatuba tem-se que os municípios com maior **percentual de déficit** na região Presidente Prudente-Araçatuba são as cidades de Araçatuba (12,4%), Presidente Prudente (11,6%) e Birigui (6,4%).

Em relação aos domicílios em **inadequação habitacional**, a Região abriga 5,2% dos municípios em situação de inadequação do estado, e a maior

concentração de inadequação regional encontra-se no município de Presidente Prudente que detêm 11,9% do total regional. Em seguida aparece Araçatuba com 11% dos domicílios inadequados da região, Birigui com 6,4%, e Presidente Epitácio com 5,1%.

2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico



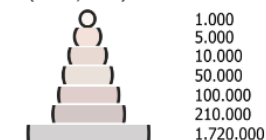
VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

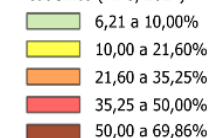
População em favelas e comunidades urbanas
(Censo, 2022)



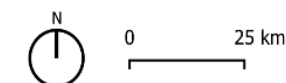
Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)



Percentual da população do município inscrita no
CadÚnico (MDS, 2024)



- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE RURAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Territórios Indígenas (Censo, 2022)
- Territórios Quilombolas (Censo, 2022)

IPVS (SEADE, 2010)

- Alta vulnerabilidade rural

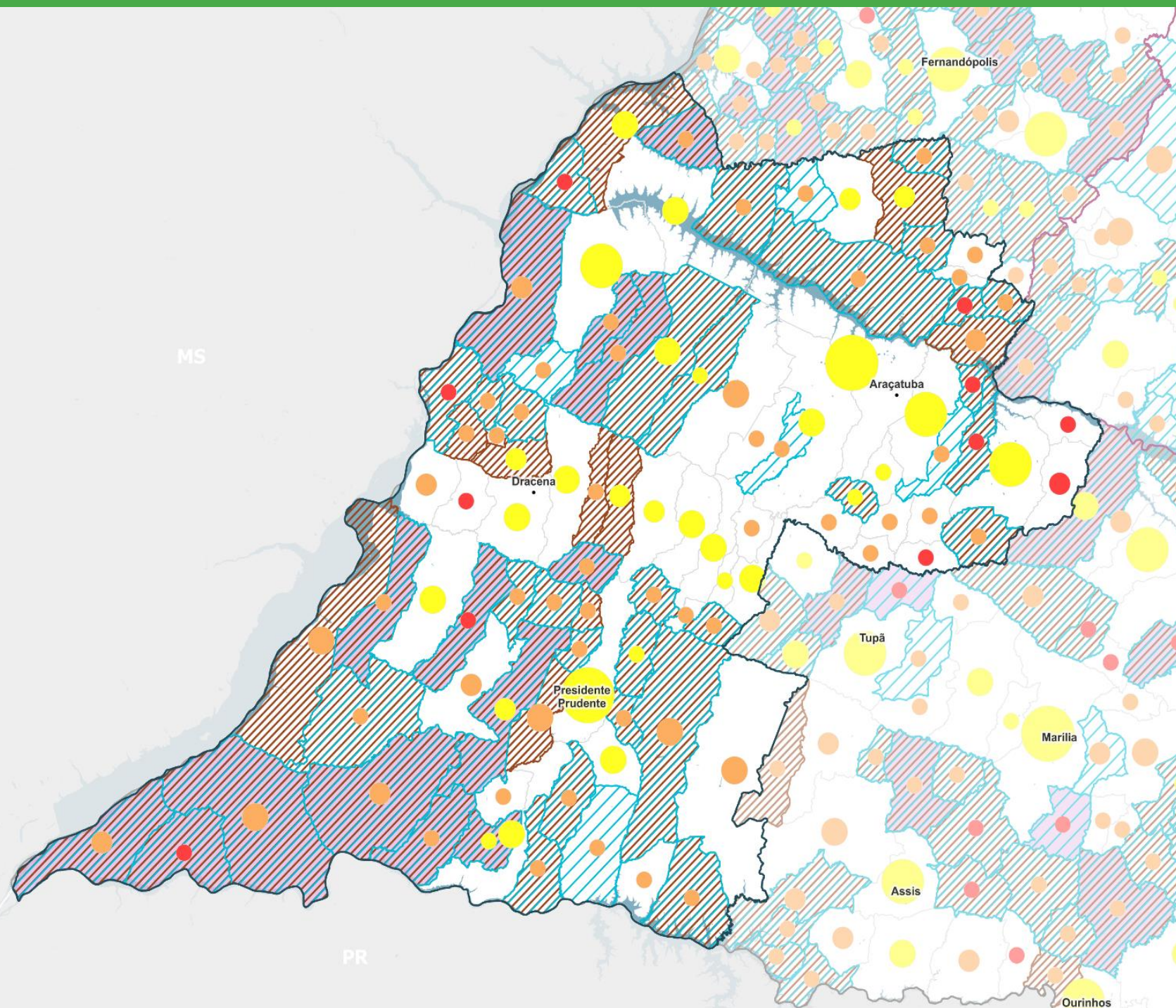
- Rodovias (DNIT, 2016)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação - Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025



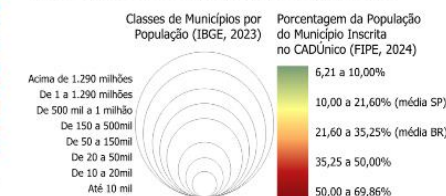
SANEAMENTO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita
no CADÚnico e Classes de Municípios por População



Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água
(Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 95,74%)

Domicílios ligados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada
à rede de esgotamento (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 91,30%)

Domicílios cujo lixo é coletado na residência ou em
caçamba (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 99,01%)

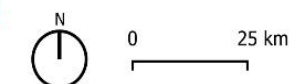
Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A região que se estende desde Presidente Prudente até Araçatuba sintetiza alguns dos mais persistentes dilemas do desenvolvimento desigual do Estado de São Paulo, onde a precariedade dos serviços de saneamento ambiental atinge níveis críticos justamente em territórios já marcados por vulnerabilidades sociais históricas, em muito relacionadas à ocupação rural.

Como exemplo, os pequenos municípios rurais do Pontal do Paranapanema e do Baixo Tietê com deficiências no abastecimento de água, esgotamento

sanitário e gestão de resíduos sólidos, que convivem com alarmantes e contínuos indicadores de pobreza e qualidade de vida (como a alta mortalidade por doenças de veiculação hídrica ali constatada), em uma superposição de vulnerabilidades.

Quadro das características da população e do atendimento ao saneamento básico

		População Residente (ESP: % do Brasil; Outros: % do ESP até Região, % da Região restantes)	Homens	Mulheres	Crianças (0-14 anos)	Idosos (> 65 anos)	Pretos e Pardos	Indígenas	Inscritos no CadÚnico	Domicílios	Domicílios rurais	Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água	Domicílios ligados à rede pluvial ou rede geral de esgotamento sanitário	Domicílios em apartamento	Domicílios em favelas
Brasil (5.571)		203.080.756	48,5%	51,5%	19,8%	10,9%	55,5%	0,60%	35,3%	72.456.368	11,7%	83,9%	60,4%	14,9%	7,7%
Estado de São Paulo (645)		44.411.238 - 21,9%	48,2%	51,8%	18,0%	11,9%	40,9%	0,11%	21,6%	22,4%	2,9%	95,7%	90,4%	20,0%	7,5%
Cidade de São Paulo (01)		11.451.999 - 25,8%	47,0%	53,0%	17,1%	12,4%	43,5%	0,15%	22,5%	26,6%	0,1%	99,2%	94,6%	33,3%	13,6%
Região de Presidente Prudente-Araçatuba (96)		1.634.678 - 3,7%	49,6%	50,4%	17,0%	13,9%	42,1%	0,08%	20,7%	3,7%	6,9%	93,0%	91,4%	4,9%	0,0%
Presidente Prudente-Araçatuba	RM (0)	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Municípios até 20 mil hab. (73)	28,2%	51,5%	48,5%	17,1%	14,1%	46,4%	0,10%	27,0%	27,5%	13,9%	86,2%	83,3%	0,2%	N/C
	Municípios de 20-50 mil hab. (18)	31,1%	50,0%	50,0%	16,8%	14,2%	43,4%	0,06%	19,7%	30,8%	6,8%	93,4%	91,2%	1,3%	0,02%
	Municípios de 50-100 mil hab. (02)	7,4%	48,9%	51,1%	17,4%	14,3%	39,5%	0,04%	19,9%	7,4%	4,8%	95,7%	94,6%	1,4%	N/C
	Municípios de 100-500 mil hab. (03)	33,3%	47,8%	52,2%	17,0%	13,5%	38,0%	0,08%	16,4%	34,3%	1,7%	97,4%	97,5%	12,7%	N/C
	Presidente Prudente (01)	225.668 - 13,8%	47,8%	52,2%	16,9%	13,8%	38,2%	0,09%	16,8%	14,0%	1,7%	98,0%	97,7%	11,7%	N/C
	Favelas e Comunidades Urbanas (01)	96 - 0,01%	51,0%	49,0%	14,6%	13,5%	68,8%	0,00%	N/A	0,0%	N/A	100,0%	48,5%	N/C	N/A
	Quilombolas (01)	8 - 0,00%	62,5%	37,5%	12,5%	25,0%	N/A	N/A	N/A	0,00%	N/A	100,0%	100,0%	N/A	N/A
	Indígenas (70)	1.446 - 0,09%	47,1%	52,9%	11,3%	17,2%	N/A	N/A	N/A	0,18%	N/A	88,8%	N/C	N/A	N/A

Fonte: Censo, 2022; MDS, 2024. Elaboração: Fipec, 2025.

Em 60% dos municípios (58) o acesso dos domicílios à rede de esgotamento ainda não alcançou 90%, situação que atinge seu ápice na única favela da região catalogada pelo Censo 2022. Trata-se de um aglomerado de 96 habitantes na estância turística de Presidente Epitácio, onde apenas 48% dos domicílios dispõem de coleta adequada de esgoto.

A dimensão racial dessa exclusão também se destaca: se 69% dos moradores dessa comunidade autodeclararam-se pretos ou pardos, o percentual regional não ultrapassa 42%, revelando como a desigualdade ambiental se manifesta mesmo em contextos de baixa densidade urbana.

Ao se analisar a distribuição espacial da pobreza, tendo como base os cadastros no CadÚnico, confirma-se que os polos dinâmicos de Araçatuba, Birigui e Presidente Prudente, bem articulados com as redes urbanas de São José do Rio Preto e Bauru, respectivamente, apresentam índices inferiores a 16,4% de sua população em situação de pobreza, enquanto nos municípios com menos de 20 mil habitantes essa média salta para 27%, superando tanto a marca regional (20,7%) quanto a estadual (21,6%).

Essa dualidade reflete a própria gênese da ocupação desse território, em que a concentração de investimentos em poucos núcleos urbanos, muitas vezes voltados à exportação de commodities agropecuárias, deixou como legado uma rede de cidades pequenas, economicamente frágeis e socialmente desassistidas.

É sintomático, assim, que essa mesma região, responsável por parte significativa da produção de grãos e carne bovina no estado, conviva igualmente com bolsões de pobreza rural e urbana onde soluções individuais (como as fossas sépticas improvisadas) ainda predominam, apesar dos riscos que representam para a saúde pública e aos ecossistemas locais.

Nesse contexto, o novo Marco Legal do Saneamento surge como oportunidade para superar essa lógica fragmentária, permitindo a estruturação de arranjos regionais capazes de atrair investimentos privados sem perder de vista as especificidades dos territórios mais vulneráveis. Onde a aplicação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) poderia oferecer

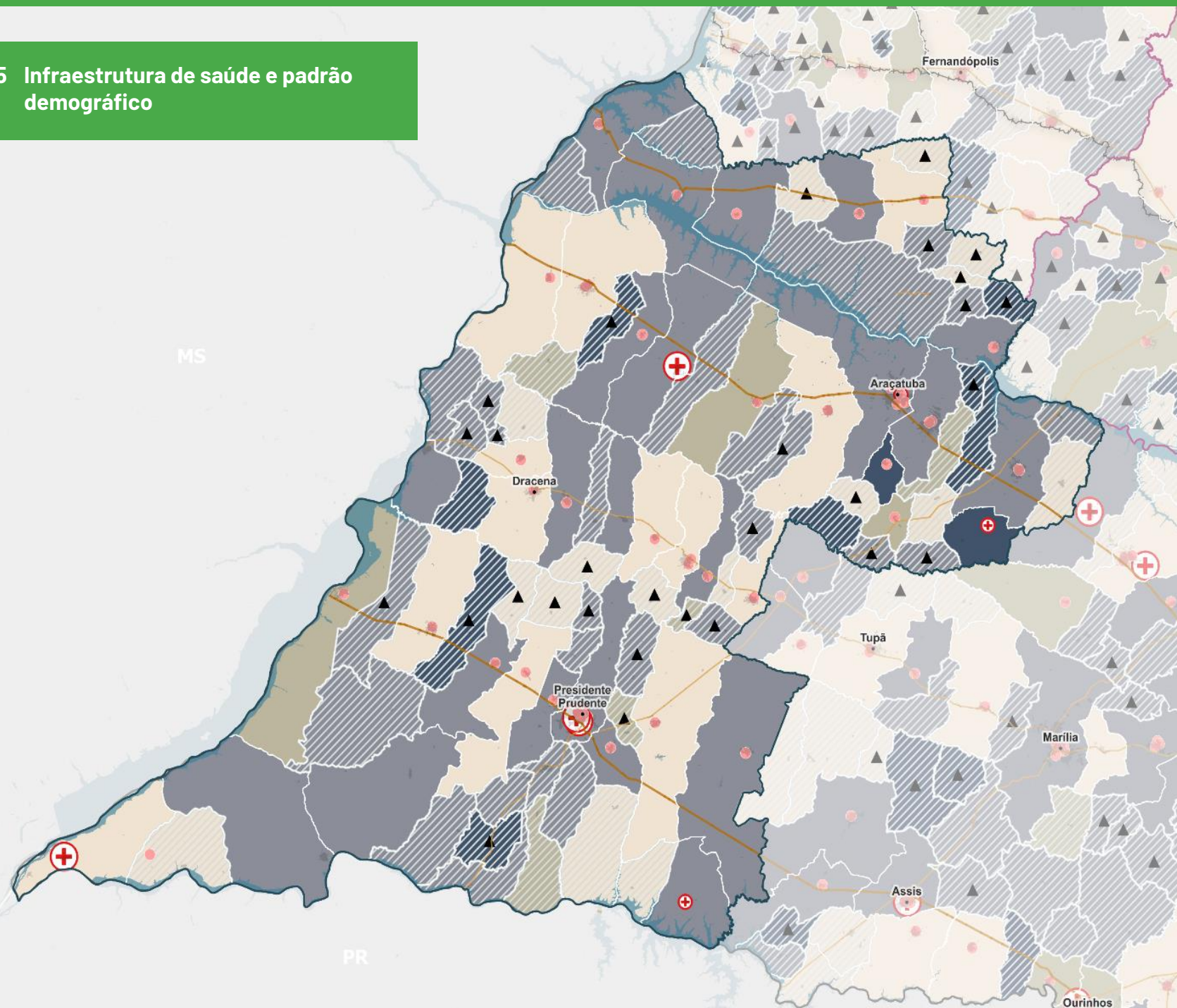
respostas tanto para o saneamento rural quanto para a recuperação de áreas degradadas próximas aos centros urbanos.

A universalização dos serviços básicos, ainda que insuficiente por si só para equacionar as desigualdades históricas dessa região, é condição preliminar para qualquer agenda de desenvolvimento inclusivo, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação acelerada dos recursos hídricos.

2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E MORTALIDADE INFANTIL

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Mortalidade Infantil até 5 anos
(óbitos por nascidos vivos - DataSUS, 2023)

- maior que 37,12
- 14,02 - 37,12 (Global)
- 11,31 - 14,02 (BR)
- 0 - 11,31 (ESP)

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$ 100 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

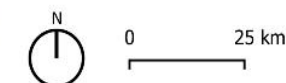
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E ENVELHECIMENTO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Índice de Envelhecimento - razão entre a população com 65 anos ou mais e a população de 15 anos ou menos (IBGE, 2023)

- 31,8 - 49,3
- 49,3 - 78,0
- 78,0 - 95,2
- 95,2 - 205,4

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$ 100 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

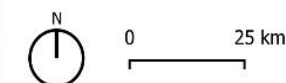
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

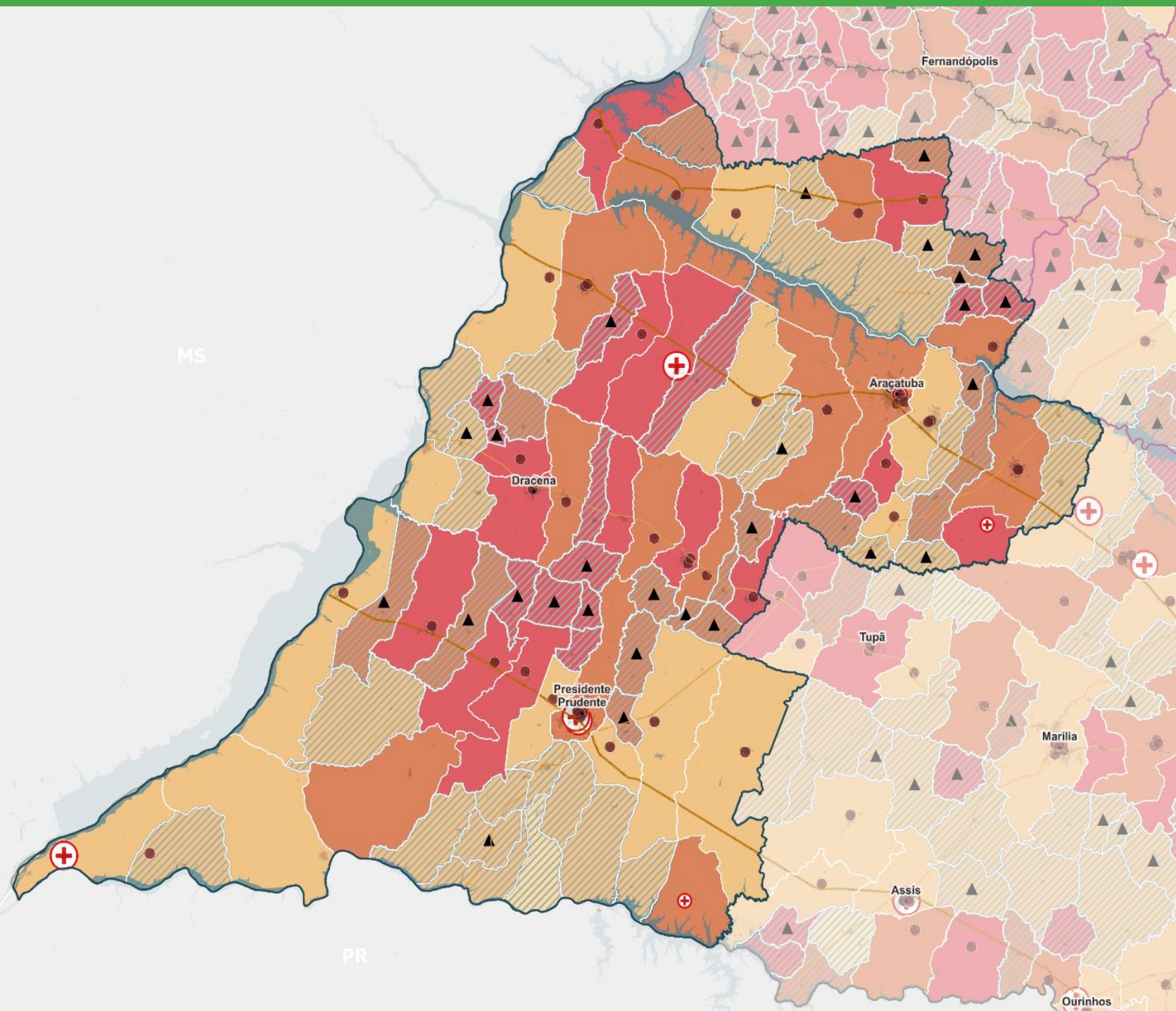
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A região de Presidente Prudente-Araçatuba tem a sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de bovinos e de cana-de-açúcar. Os municípios-polo concentram as atividades econômicas, grande parte da população regional e os equipamentos públicos que realizam o atendimento às necessidades desta população.

De todos os hospitais existentes na região, somente 12,3% são públicos. Dos hospitais privados, 19,2% concentram-se em Presidente Prudente, o município que mais atrai deslocamentos para fins de atendimento de saúde de alta complexidade. Araçatuba é o segundo município com maior concentração de hospitais, sendo três públicos e quatro privados, e é o segundo local que mais atrai pessoas com esta finalidade.

Mais da metade dos municípios (61,4%) apresentam taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira (14,02), uma porcentagem considerada alta. Entre todos os municípios com taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira, trinta e nove não dispõem, ainda, de nenhum hospital (público ou privado) em seus territórios, evidenciando a fragilidade no atendimento de saúde de alta complexidade da população local.

Dos vinte e nove municípios com os menores PIB da região, nenhum apresenta leitos hospitalares disponíveis para o atendimento da população, o que representa **61,7% de todos os municípios sem leitos hospitalares**. São municípios cujas populações são altamente vulneráveis, carecendo não somente de maior disponibilidade de equipamentos públicos de saúde de alta complexidade como também de investimentos em políticas públicas que visam o incremento do desenvolvimento urbano e da diminuição das desigualdades sociais regionais.

Ainda, cinquenta e oito (60,4%) apresentam alto índice de envelhecimento (acima de 78), incluindo Presidente Prudente e Araçatuba. Destes municípios, trinta e dois não apresentam nenhum hospital em seus territórios, um fator de alta vulnerabilidade para o atendimento da população idosa.

Devido à predominância da atividade agropecuária e da existência de poucas áreas de vegetação legalmente protegidas, a Região está em um território

com baixa cobertura vegetal e problemas relacionados ao gerenciamento dos recursos hídricos. Além disso, também apresenta uma alta taxa de expansão urbana, concentrando, no Pontal do Parapanema, o maior número de assentamentos e pessoas assentadas do estado de São Paulo, refletindo na vulnerabilidade territorial local.

De forma geral, a dinâmica regional indica que o território em questão apresenta diversas vulnerabilidades, que se inter-relacionam, resultando em uma região com grandes desafios a serem enfrentados pelo poder público. Os desequilíbrios regionais, tanto com relação à infraestrutura urbana quanto ao desenvolvimento econômico, são resultado da polarização exercida pelos municípios-sede sobre os demais, o que indica a necessidade de políticas que reduzam, primordialmente, as desigualdades entre eles.

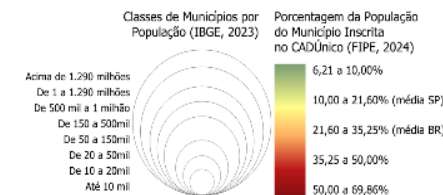
2.4.6 Violência urbana

VIOLÊNCIA URBANA

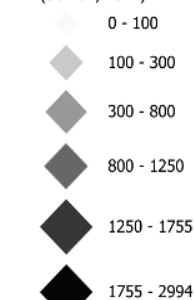
Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

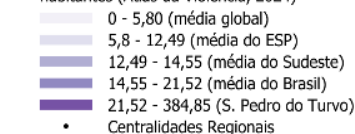
Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



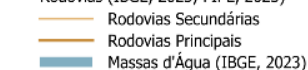
Tamanho das Unidades Prisionais - População presa (SSP-SP, 2024)



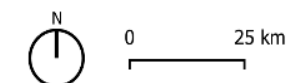
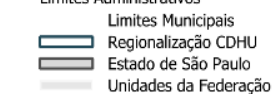
Média Anual de Homicídios, de 2010 a 2022, por 100 mil habitantes (Atlas da Violência, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A análise da violência urbana na região de Presidente Prudente- Araçatuba indica que 41,7% dos municípios encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes (12,49).

São cinco os municípios que apresentam quantidade de homicídios por 100 mil habitantes acima da média brasileira (21,52), a saber: Lourdes (36,94 homicídios para cada 100 mil habitantes), Brejo Alegre (24,79/100 mil habitantes), Gabriel Monteiro (58,18/100 mil habitantes), Osvaldo Cruz (22,47/100 mil habitantes) e Álvares Machado (22,07/100 mil habitantes). Em contraponto, existem dezessete municípios que apresentam taxas muito baixas de homicídios, localizados entre o centro e na porção noroeste da região.

É considerável a parte da população que se encontra em situação de pobreza, inscrita no CADÚnico, vivendo com até 1/2 salário-mínimo per capita ao mês. As vulnerabilidades regionais se correlacionam, e, em muitos municípios com altas taxas de homicídios, nota-se também um elevado índice de população em situação de pobreza. Destaque para Brejo Alegre (40,8%), Lourdes (37,9%) e Itapura (36,1%), que apresentam mais de um terço de suas populações nesta situação.

Das trinta e seis unidades prisionais presentes na região, oito operam abaixo da capacidade máxima, incluindo dois Centros de Ressocialização. Das vinte e oito unidades restantes, 68% excedem em mais de 40% a sua capacidade e estão localizadas por toda a região. Nota-se que, apesar dessas unidades prisionais apresentarem excesso de pessoas encarceradas, este fato não reflete no aumento de homicídios nos municípios que as abrigam, sendo que grande parte destas unidades prisionais superlotadas se encontra em municípios com baixas taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o excesso de pessoas encarceradas favorece rebeliões, fortalece facções e precariza ainda mais essa população encarcerada, reduzindo sua capacidade de ressocialização, e é uma questão urgente a ser tratada pelo poder público.

O panorama da violência urbana na região de Presidente Prudente-Araçatuba demonstra que, ao mesmo tempo em que existem municípios com baixos índices de violência, outros apresentam valores bem acima das médias

estadual e nacional. Esta dualidade reflete nas dificuldades enfrentadas pelos municípios da região em se trabalhar a segurança pública de maneira eficiente.

2.4.7 Desigualdades socioterritoriais

DESIGUALDADE DE RENDA

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Domicílios com rendimento mensal per capita de até 01 S.M. (Censo, 2010):

- 0 a 6
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108
- 108 a 694

Domicílios com rendimento mensal per capita maior do que 10 S.M. (Censo, 2010):

- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



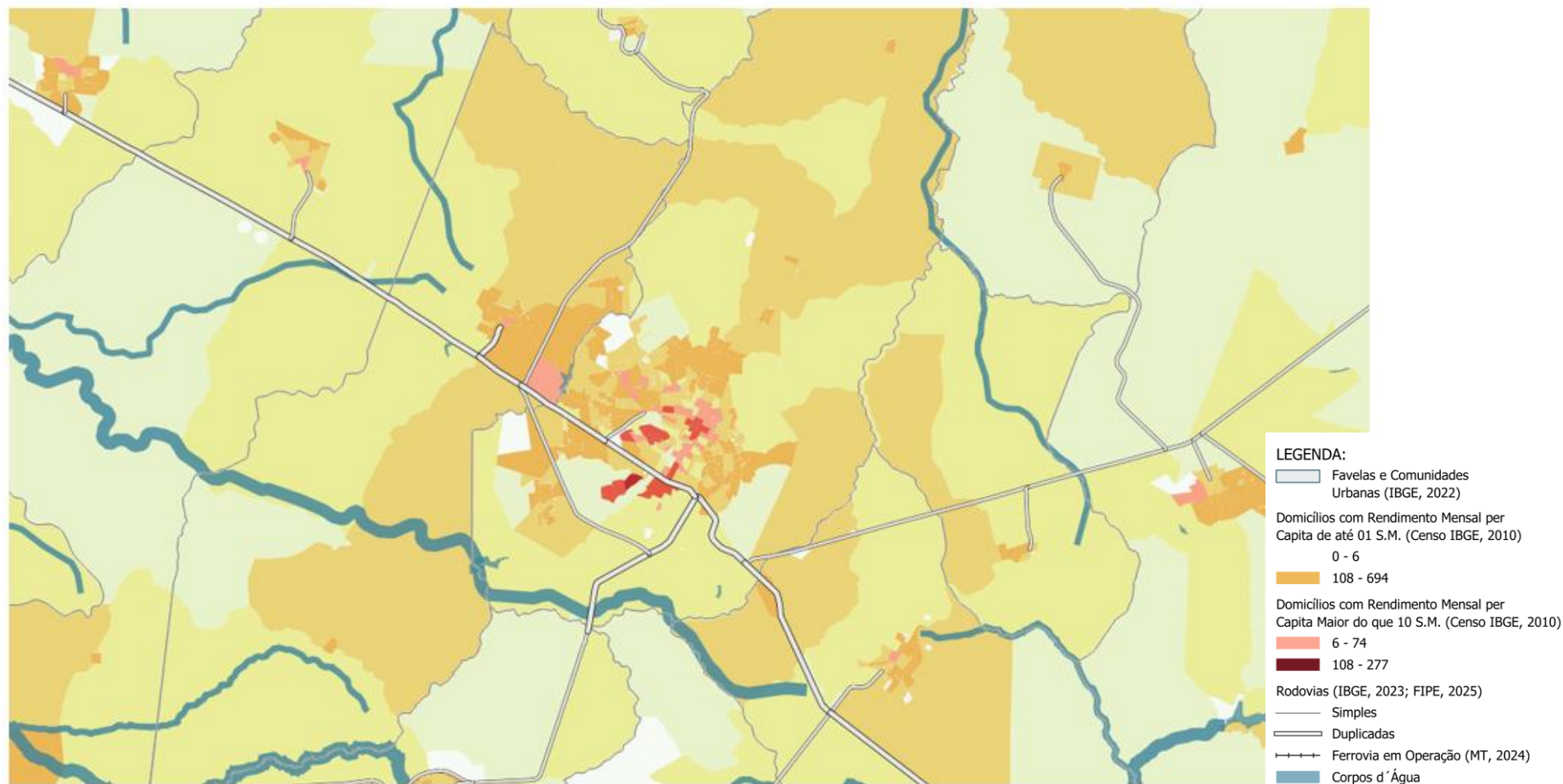
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Destaques da Região:

Renda dos domicílios por setor censitário



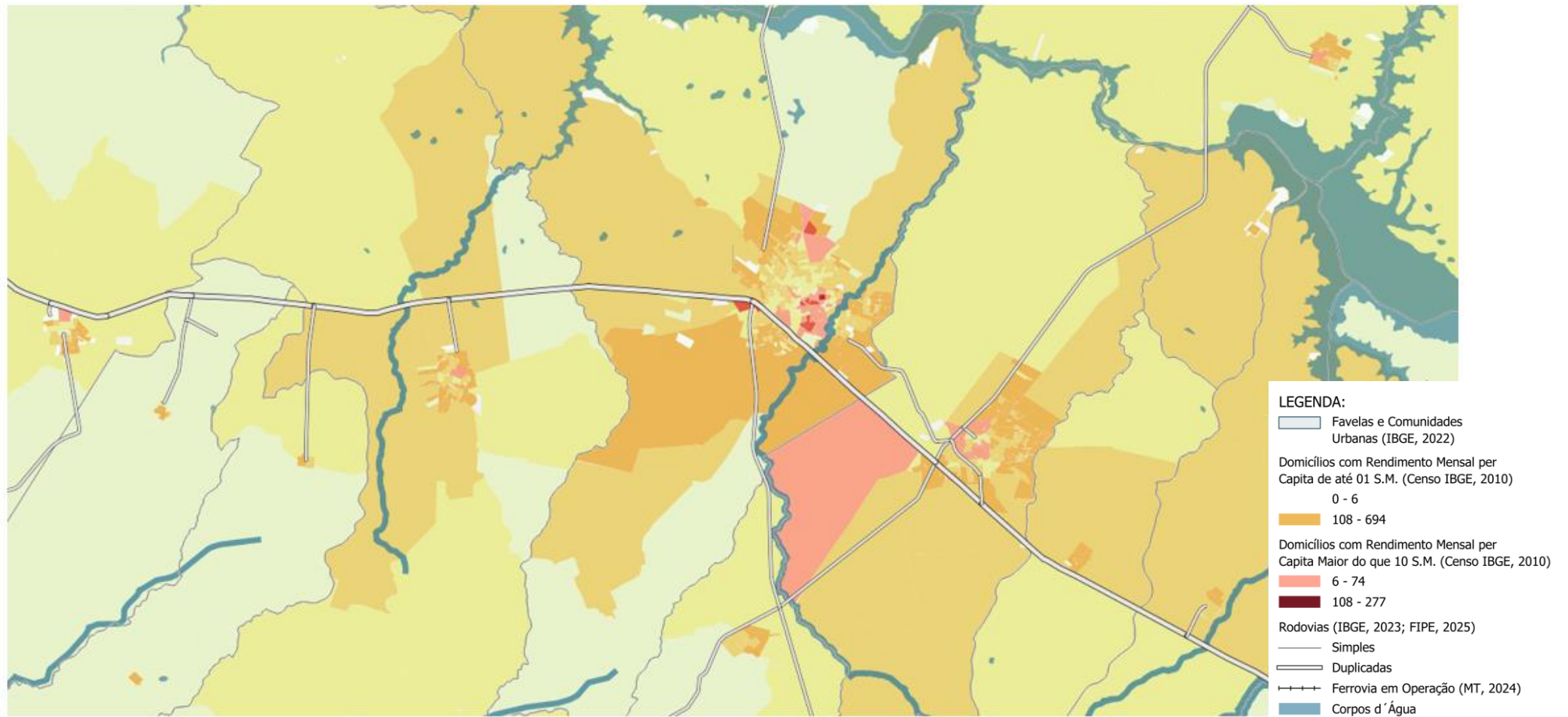
Presidente Prudente – 225 mil habitantes

Fonte: Renda dos domicílios, Censo 2010; Favelas – em relevo por polígonos, Censo 2022.

Elaboração: Fipec, 2025

Destaques da Região:

Renda dos domicílios por setor censitário



Araçatuba e Birigui – 319 mil habitantes

Fonte: Renda dos domicílios, Censo 2010; Favelas – em relevo por polígonos, Censo 2022.

Elaboração: Fipec, 2025

A região que se estende desde Presidente Prudente até Araçatuba configura um panorama privilegiado para compreender os mecanismos de perpetuação das desigualdades regionais no estado de São Paulo, onde a riqueza não apenas se concentra em poucos polos urbanos, mas assume padrões espaciais cada vez mais excludentes.

Os dados do Censo 2010 são elucidativos: as duas cidades-sedes, que juntas abrigam 26% da população regional, concentram 66% dos domicílios de alta renda. Uma distorção que adquire ainda maior relevância quando se considera que a região como um todo responde por apenas 0,9% das famílias mais ricas do estado, embora agregue 3,7% de sua população.

A análise da distribuição geográfica dessa riqueza revela três eixos principais nesse território, todos radialmente conectados ao Mato Grosso do Sul através de pontes sobre o rio Paraná, uma significativa barreira local. Ao Norte, a ocupação ao longo da Rodovia Marechal Rondon concentra 41% dos domicílios mais abastados, especialmente nos núcleos urbanos de Araçatuba e Birigui, onde se observa um processo crescente de periferização da elite em condomínios horizontais, já reproduzindo um padrão de crescimento urbano típico das cidades médias paulistas.

No extremo oposto, ao longo da Rodovia Raposo Tavares, Presidente Prudente e seus municípios limítrofes agregam 45% da riqueza regional, mantendo ainda uma forte correlação entre centralidade urbana e aqueles locais de residência das famílias mais ricas, embora com sinais incipientes de expansão ao longo das principais rodovias e em torno do campus universitário local.

Entre esses dois polos, o eixo central dessa região, atravessado pela Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, destaca-se não pela quantidade absoluta de domicílios mais ricos (concentrando apenas 8% desse total), mas por seu perfil socioeconômico singular: herdando a estrutura urbana reflexo das antigas estações ferroviárias outrora ali existentes, cidades como Dracena e Adamantina preservam um padrão de ocupação mais compacto, com menores índices de desigualdade e pobreza quando comparados à média regional. Em um processo também reflexo da dinâmica econômica de Marília, situada a leste e com forte conexão com esse vetor.

O contraponto a essa relativa homogeneidade encontra-se na fronteira com o Mato Grosso do Sul, onde a cidade de Presidente Epitácio, a única na região a registrar a presença de favelas segundo o Censo 2022, abriga uma pequena comunidade urbana com 95 habitantes instalada em área de várzea, a poucos quilômetros de seu centro urbano. Tal discrepância, longe de ser um acidente geográfico, reflete as contradições de uma estância turística cuja economia sazonal convive com bolsões de pobreza estrutural regionais, replicando em microescala os mesmos processos de exclusão observados em metrópoles e cidades maiores do estado.

Não por acaso, essa mesma região que concentra o maior número de assentamentos da reforma agrária no estado vê-se atualmente pressionada pela expansão do agronegócio, que redefine não apenas o uso do solo rural, mas as próprias dinâmicas de ocupação do território dessa região, aprofundando a segregação socioterritorial entre enclaves modernizados e áreas estagnadas.

O resultado é um mosaico espacial fragmentado, onde a riqueza se condensa em poucos núcleos urbanos dinâmicos, muitos deles advindos da era ferroviária, enquanto vastas extensões rurais enfrentam processos combinados de vulnerabilidade ambiental e exclusão social crescente.

Reverter essa lógica exige mais do que intervenções pontuais. Demanda uma reestruturação profunda do modelo de gestão territorial regional, capaz de conciliar a atração de investimentos com uma qualificação urbana integrada, rompendo os atuais círculos viciosos que opõem desenvolvimento econômico a equidade social.

O grande desafio está, assim, em fazer com que a prosperidade gerada pelos polos regionais se irradie para o conjunto de seu território, dissolvendo as fronteiras invisíveis que hoje separam ilhas de progresso em um mar, ou sertão, de vulnerabilidades.

3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS



Vários cruzamentos foram realizados regionalmente em cada subeixo. Neste capítulo pretende-se realizar uma análise integrada entre os diferentes destaques identificados em cada um dos temas, considerando as relações entre o porte populacional, sua localização na região e as regulações urbanísticas que o influenciam.

Inicialmente é apresentado um quadro síntese, onde serão exibidos os temas dentro de cada subeixo, uma indicação dos principais destaques identificados no diagnóstico, desafios e oportunidades¹⁹ no tema em análise²⁰.

Após esse quadro, é realizada uma análise integrada das principais questões apresentadas, com o apoio de informações básicas sobre os municípios por porte populacional, para finalizar com uma mediação entre as principais questões identificadas e as diretrizes propostas no ZEE-SP para esta região.

19 As oportunidades não foram indicadas para todos os temas, pois em alguns não foram identificadas, até mesmo pela ausência de regulação específica sobre o tema, reforçando o avanço necessário na temática e justificando a necessidade de ações para reverter a situação.

20 Em alguns casos os desafios e oportunidades estão em consonância com o que foi indicado no ZEE-SP para a região, essa correspondência será apresentada mais detalhadamente adiante.

DINÂMICA AMBIENTAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Patrimônio Ambiental e Paisagístico	Índices pouco expressivos de cobertura vegetal nativa e remanescentes fragmentados. Baixos índices de cobertura vegetal nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas.	Proteger e recuperar a cobertura vegetal nativa, sobretudo nas APPs hídricas.	
Instrumentos de proteção e conectividade	Baixa incidência de Unidades de Conservação. Maior concentração de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo.	Ampliar a rede de Unidades de Conservação e melhorar sua gestão. Conter o “cercamento” dos assentamentos pela cultura da cana de açúcar.	Proteger as áreas prioritárias para incremento da conectividade. Garantir a produção agroecológica dos assentamentos da reforma agrária.
Recursos hídricos	Crescente pressão sobre os mananciais de água, tanto superficiais quanto subterrâneos. Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos ao longo das calhas dos principais rios da região.	Recuperar as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos, sobretudo os hidrológicos.	
Abastecimento de água e esgotamento sanitário	Baixo atendimento de água e esgoto em alguns municípios, sobretudo no Pontal do Paranapanema.	Melhorar os índices de saneamento rural.	Aproveitar a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão para avançar nos índices de saneamento rural.
Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	95% dos 96 municípios dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor correspondente à média estadual.	Implantar soluções de gestão de resíduos sólidos regionalizadas.	Aproveitar-se da existência dos consórcios intermunicipais presentes na região para

	No que diz respeito à quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados, 93% do total da região é depositado em locais adequados, abaixo da média estadual.		estabelecer soluções de gestão de resíduos sólidos regionalizadas. Executar as propostas de ação existentes no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista (CIRSOP).
Consumo, geração e diversificação da matriz energética	Utilização de fontes alternativas de energia, como a geração por biomassa, fotovoltaicas e uso de gás natural. Usinas hidrelétricas de alto desempenho operacional na produção de energia.	Necessidade de ampliação de fontes alternativas que não gerem grandes impactos ambientais, como a queima da biomassa.	Fomentar o incentivo à utilização de energia limpa, com fontes alternativas de energia renovável como a Biomassa e Solar (PDUI e PAC 2050).

DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Perfil econômico	Região com menor participação no PIB estadual. Concentração do PIB regional e dos empregos formais em Araçatuba e Presidente Prudente. Economia de base agropecuária.	Concentração de atividades produtivas em poucos municípios, especialmente nas sedes regionais. Pouca diversificação de atividades produtivas. Grande número de municípios com baixo dinamismo econômico, tornando-os dependentes da Administração Pública para movimentação da economia local.	Estimular a cadeia produtiva do agronegócio, já em expansão na região.
Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior	Polos de desenvolvimento ligados à atividade agropecuária. Concentração no entorno de Araçatuba.	Pequena diversificação de tipos de polos. Predominância dos polos ligados a setores de baixa intensidade tecnológica.	Explorar o potencial do polo de desenvolvimento de Biocombustíveis, incentivando o espraiamento ainda maior na região. Estimular o desenvolvimento de mais polos, a partir dos já existentes nas centralidades regionais, em outros municípios da região.
Atividade Agropecuária	Boa representatividade estadual na produção de cana-de-açúcar, que vem se expandindo na região. Maior criadora de bovinos do estado.	Atividade agropecuária pode causar danos ambientais (poluição por pesticidas, desgaste do solo, etc). Baixa diversificação de culturas e perda de área de pastagem para a cana-de-açúcar.	Estimular práticas sustentáveis na atividade agropecuária, objetivando equilíbrio entre produção e conservação ambiental.

Caracterização da mudança do uso da terra e expansão da área urbanizada	Maior extensão territorial de pastos do ESP, mesmo com decréscimo e substituição pela cana-de-açúcar. Transição de lavouras mais diversificadas para monocultura de cana. Pressão sobre assentamentos da reforma agrária, no Pontal do Paranapanema.	Compatibilizar a expansão agropecuária com a preservação ambiental, especialmente junto aos corpos hídricos. Manutenção da agricultura familiar de produção alimentícia nos assentamentos de reforma agrária evitando êxodo rural. Suscetibilidade a pragas e vulnerabilidade às alterações climáticas associadas à produção em monocultura.	Incentivar uma cadeia de valores e suprimentos alimentares confiável e conectada entre as demandas e ofertas urbanas e rurais visando um desenvolvimento equitativo das regiões com forte sinergia entre os espaços urbano-rural. Fomentar o potencial de aumento de cobertura natural a partir da necessidade de áreas de reserva legal e APPs hídricas.
	Concentração linear de áreas urbanas junto aos principais eixos rodoviários. Predomínio de municípios com decréscimo e baixo crescimento populacional, aliado ao crescimento urbano acelerado. Maior crescimento no número total de domicílios próximo as centralidades regionais.	Equalização da expansão urbana às dinâmicas demográficas, em especial nos municípios com expansão urbana acima do crescimento populacional. Aumento no custo de manutenção e implementação de infraestrutura urbana desalinhado com dinâmica demográfica e econômica, em retração, pode gerar um cenário de recessão e endividamento da administração pública	Alinhar o processo de urbanização ao processo demográfico e socioeconômico a partir do porte populacional e baixa proporção de área urbana dos municípios; diversificar a economia desses municípios visando mitigar atual tendência de evasão populacional.
Dinâmica demográfica	Municípios de pequeno porte com núcleos urbanos reduzidos que induzem uma elevação da densidade populacional urbana. Região com menor crescimento populacional no ESP, passando por processo de envelhecimento da população.	Real conhecimento do número de idosos, distribuição geográfica, projeções de crescimento e disponibilização de equipamentos e serviços para atender suas demandas.	Criar equipamentos e serviços de atendimento das demandas da terceira idade, entre elas de saúde, lazer e cultura.

Dinâmica demográfica	Queda na parcela de participação do PIB regional na maioria dos municípios em que houve redução da população entre 2010 e 2022. Municípios de pequeno porte com pequena produção industrial ligada ao beneficiamento da produção agropecuária.	Desenvolver a economia local nas pequenas cidades, ou nas cidades que estão com TGCA negativos. Fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas locais.	Desenvolvimento da economia sustentável e turismo ecológico junto aos assentamentos da reforma agrária e fortalecimento das cadeias produtivas locais nas áreas urbanizadas. Desenvolver o setor produtivo das centralidades regionais, a partir da cadeia agrícola, e fortalecer a sinergia entre as empresas, universidades e centros de pesquisa da região.
Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	Menor dinâmica imobiliária em comparação as demais. A tipologia com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios foi “casas de vila ou condomínio”, em 36,45% dos municípios. Região com maior número de municípios (22,9%) que não apresentaram mudanças de participação positivas das tipologias, são municípios em que todo aumento no estoque de moradias se deu na tipologia “casas”.	Direcionar o crescimento imobiliário para minimizar o aumento das demandas pela oferta de serviços públicos e preservar as áreas naturais, evitando a dispersão urbana e ampliação da não ocupação de domicílios.	Orientar o crescimento equilibrado das cidades, controlando a dispersão da mancha urbana e incentivando o adensamento, conforme a capacidade da infraestrutura.
	Dentre os dados do Graprohab é a segunda região com maior número de conjuntos habitacionais, apesar da baixa intensidade de produção global. Quarta maior taxa de não ocupação (soma dos domicílios vagos e domicílios de uso ocasional) do ESP, atrás das regiões litorâneas e Itapeva-Sorocaba. Em 75% dos	Dispersão da mancha urbana impulsionada pelo crescimento de loteamentos e conjuntos habitacionais nas franjas urbanas, que geram ampliação de custos para gestão urbana diante da necessidade de implantação de nova infraestrutura urbana, serviços sociais e transporte.	Avaliar uso do conjunto de domicílios não ocupados para proposição de políticas habitacionais a fim de evitar dispersão urbana. Estimular a ocupação de áreas urbanas não ocupadas ou subutilizadas localizadas em áreas dotadas de infraestrutura e próximas a equipamentos e serviços urbanos

	municípios, o percentual de não ocupação é superior ao estadual.		essenciais, como os de saúde, educação e cultura.
Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial	Região com predomínio de pequenos municípios e carência de instrumentos de ordenação territorial, 43,8% dos municípios não possuem plano diretor (PD) nem lei de uso e ocupação do solo (LUOS), ou com demanda por atualização de seus marcos legais. Apenas 4 municípios da região apresentam PLHIS.	Atualização e elaboração dos Planos Diretores, PLHIS e demarcação de ZEIS nas cidades que não possuem esses instrumentos urbanísticos.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento de instrumentos urbanísticos. Considerar os desafios da emergência climática na elaboração e revisão de Planos Diretores, incorporando bases de resiliência ambiental e climática.
	Apenas 7,3% dos municípios apresentam instrumentos de levantamento de risco, e apenas 8,3% dos municípios possuem Plano Municipal de redução de risco (PMRR).	Aumento de elaboração de instrumentos de levantamento de riscos e de PMRRs para os municípios mais críticos em relação à riscos e desastres.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento ou atualização de PMRRs a partir dos levantamentos de risco já existentes e fomentando a elaboração para os municípios que ainda não possuem.
	Quantidade relevante de municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, portanto, sem a obrigação legal para elaboração de PLANMOB.	Ampliar a discussão em municípios pequenos considerando as especificidades das dinâmicas territoriais encontradas.	

INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Rede de centralidades e equipamentos sociais	O Arranjo Populacional de Presidente Prudente e o município de Araçatuba são as principais centralidades da região. Os municípios mais populosos concentram a maior parte dos equipamentos públicos regionais.	Concentração de equipamentos de saúde e educação nos municípios mais populosos. Redimensionamento dos equipamentos públicos na região, de forma a incentivar novas centralidades.	Promover políticas regionalizadas para atendimento das necessidades da população. Incentivar a criação de novas centralidades a partir da instalação de equipamentos públicos em municípios menos populosos.
Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos	Estruturação no sentido sudeste-noroeste correspondendo ao desejo do escoamento da produção local e dos estados da região centro oeste. Presença da Hidrovia Tiete-Paraná.	Utilizar a estrutura de mobilidade para propiciar um desenvolvimento sustentável na região mantendo a baixa densidade demográfica.	Promover o desenvolvimento estruturado de regiões ao longo da Hidrovia Tiete Paraná, mitigando potenciais impactos negativos.
Mobilidade e acessibilidade regional	Rede de mobilidade estruturada por rodovias perpendiculares ao território dos municípios. Municípios com conectividade “muito acima da média regional” são atravessados por Rodovias Principais.	Garantir a acessibilidade integral para os municípios com menos potencial de conectividade e acessibilidade sem, no entanto, ampliar excessivamente a rede de estradas terciárias.	Região com extensa malha de estradas terciárias densa e conectada, com necessidade de melhorias, manutenção e monitoramento.
Acidentes no sistema viário	Predominância na região de óbitos abaixo da média estadual. Maiores médias de óbitos na porção sudeste do território.	Diminuir a média de acidentes, sobretudo na porção sudeste.	Reforçar a necessidade da elaboração de planos de mobilidade e propor medidas focadas para a diminuição dos acidentes sejam eles em rodovias ou vias municipais.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	Projeção de elevado aumento de temperatura e diminuição da precipitação anual total; condições de atenção quanto à resiliência às mudanças climáticas nos municípios de Presidente Prudente e Andradina, além de outros municípios menores.	Ampliar a governança quanto à resiliência climática, principalmente nos municípios menores; Diminuição da pressão sobre a resiliência climática a partir da melhoria de indicadores de governança, ambientais, relativos à agropecuária e sociais.	Potencializar a capacidade de gestão climática dos municípios maiores para potencializar ações regionais de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
	Muito alta suscetibilidade ambiental principalmente em três trechos de leste a oeste: acompanhando trechos do entorno da SP 300, próximo à Andradina; acompanhando o entorno da SP-294, passando por Adamantina e Dracena, e em região próxima à SP-270, passando por Presidente Prudente. Suscetibilidade relacionada principalmente à erosão.	Enfrentamento à suscetibilidade ambiental em áreas consolidadas e de expansão agrícola e urbana.	Revisar e elaborar PDs que incorporem conceitos e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e redução de riscos.
Domicílios em áreas de risco	Baixo número de municípios que possuem levantamento de riscos.	Elaborar estratégias regionais integradas para o mapeamento de áreas de risco e de ação integrada das defesas civis.	Fomentar a elaboração de PLHIS e de PMRR em municípios com representatividade regional de domicílios em área de risco, perigo de escorregamento, suscetibilidade à inundação e ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos.

Estudos preliminares de necessidades habitacionais	Centralidades regionais de Presidente Prudente e Araçatuba polarizam o déficit e inadequação habitacionais.	Elaborar políticas públicas e instrumentos urbanísticos visando diminuir as necessidades habitacionais e promover um desenvolvimento urbano adequado. Ampliar a presença de PLHIS (municípios com projeções de déficit relevantes, como Birigui não dispõem desse tipo de plano).	Fomentar o necessário atendimento habitacional através de novas modalidades de políticas públicas como aluguel social e destinação de imóveis com notificação de PEUC para HIS, programas de melhorias habitacionais, em acordo às diretrizes deste PDUH e pautado pelos mais de 38 mil domicílios em inadequação e 18 mil de déficit habitacionais.
Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao Saneamento Básico	Região apresenta um conjunto de vulnerabilidades em relação ao saneamento básico, em especial nas zonas limítrofes aos três grandes rios que a delimitam. 48% de seus municípios possuem menos de 90% de seus domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água, enquanto para a rede de esgotamento esse índice representa 60%. No Pontal do Paranapanema, tais fatores sobrepõem-se a uma coleta de lixo com alcance limitado. Há um único município com favelas, Presidente Epitácio, uma estância turística com 39 mil habitantes. Nessa comunidade residem 96 pessoas, que apesar de disporem de abastecimento de água universal, possuem apenas 48% de seus domicílios com conexão à rede de esgotamento. Há extensas áreas de alta vulnerabilidade rural ao longo da Bacia do Rio Paraná, e 47% dos municípios da região possuem 10% ou mais de domicílios rurais. Grande	Enfrentar os baixos índices locais de atendimento em relação ao Saneamento Ambiental, em especial nas favelas naqueles municípios pouco populosos e mais rurais. Ampliar as oportunidades de desenvolvimento social e econômico daquela parcela da população regional que se encontra em situação de pobreza e baixa renda, em condições que variam do rural ao urbano.	Fomentar investimentos em Saneamento Ambiental nessa região pode ter reflexos também na redução de outras vulnerabilidades, principalmente no tocante à Saúde e à Habitação, multiplicando seu retorno. Apropriar-se da alta representatividade de domicílios em situação rural apresenta potencial para a aplicabilidade em escala de Soluções baseadas na Natureza (SbN) relacionadas ao Saneamento Básico. Fomentar investimentos em Regularização Fundiária rural e urbana, e Urbanização das periferias urbanas, permitindo uma maior estabilidade social a essa população, investimentos que poderiam ser integrados à construção de equipamentos e serviços públicos nesses, ou próximos a esses territórios, integrando tais políticas de assistência.

	representatividade de assentamentos rurais no estado. 20,7% da população regional está inscrita no CadÚnico em situação de pobreza, percentual que se eleva para 27,0% quando considerados apenas os municípios com até 20 mil habitantes.		
Infraestrutura de Saúde e Padrão Demográfico	Presidente Prudente e Araçatuba concentram grande parte dos hospitais regionais, e atraem a maior quantidade de pessoas para atendimento de saúde de alta complexidade. Mais da metade dos municípios da região (61,4%) apresentam taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira. Nenhum dos municípios com os menores PIB da região apresenta leitos hospitalares disponíveis para o atendimento da população. Entre os municípios da região, cinquenta e oito (60,4%) apresentam alto índice de envelhecimento.	Aumentar a disponibilidade de equipamentos de saúde de alta complexidade nos municípios localizados fora do eixo Presidente Prudente- Araçatuba. Diminuir os índices de mortalidade infantil nos municípios da região. Reduzir a vulnerabilidade econômica e social das populações dos municípios de menores PIB.	Aproveitar-se da infraestrutura urbana previamente existente nos grandes centros para elevar a qualidade do atendimento à população. Fomentar a expansão da rede de saúde pública de alta complexidade, de abrangência regional, que também pode vir a fortalecer e fomentar a criação de novas centralidades locais.
Violência Urbana	41,7% dos municípios da região encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes. Das trinta e seis unidades prisionais presentes na região, oito operam abaixo da capacidade máxima. Das vinte e oito unidades restantes, 68% excedem em mais de 40% a sua capacidade e estão localizadas por toda a região.	Reduzir os índices de violência regionais. Reduzir a população encarcerada de maneira a garantir que os limites por unidade prisional sejam respeitados.	Promover iniciativas que combatam a desigualdade social e promovam desenvolvimento urbano sustentável para todos os municípios da região.

A Região possui baixa incidência de Unidades de Conservação e a necessidade de recuperação e proteção de cobertura vegetal nativa, sobretudo em APPs hídricas. Também possui expressiva ocorrência de áreas de vulnerabilidade de aquíferos e pressão sobre os mananciais de água.

Ressalta-se a elevada incidência de **assentamentos de reforma agrária e a pressão sofrida por eles pela cultura da cana de açúcar** e, ainda, a elevada quantidade de municípios pequenos com domicílios em áreas rurais, com baixo atendimento de água e esgoto.

As projeções climáticas indicam a elevação das temperaturas médias, a redução de precipitação e aumento de estiagem para a região que **podem ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica e na provisão de serviços ecossistêmicos**. Tais impactos refletem-se, consequentemente, na atividade agropecuária, na produção de alimentos e matéria-prima para o setor produtivo, e na saúde pública da população residente neste território.

A Região é a de menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual que, junto com os empregos formais, concentra-se em Araçatuba e Presidente Prudente, baseados na pecuária e na produção de cana-de-açúcar. A elevada taxa de municípios com baixo dinamismo econômico, torna-os dependentes da Administração Pública para movimentação da economia local.

Quanto ao uso da terra é a região que possui a maior extensão territorial de pastos do Estado, mesmo com decréscimo e substituição pela cana-de-açúcar.

Apresenta concentração linear de áreas urbanas junto aos principais eixos rodoviários, predomínio de municípios com decréscimo e baixo crescimento populacional, aliado ao crescimento urbano acelerado. É, também, a região com menor crescimento populacional estadual, passando por processo de envelhecimento da população (entre os municípios da região, 60,4%, apresentam alto índice de envelhecimento).

Quanto às vulnerabilidades mais da metade dos municípios (61,4%) apresenta taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira, sendo que nenhum dos municípios com os menores PIB regional apresenta leitos

hospitalares. Merece destaque a presença expressiva de unidades prisionais na região.

Por fim, observou-se que 22,9% dos municípios não apresentaram acréscimo de domicílios, sendo que onde houve incremento, a tipologia com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios foi com os condomínios, em 36,45% dos municípios, com destaque para municípios no entorno de importantes centralidades da região.

3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS

Para uma síntese mais direcionada, cabe agrupar os municípios pelo seu porte, pois, de acordo com o tamanho de sua população, ele pode ter diferentes características e capacidades institucionais. Para isso é relevante também compreender a inserção do município em arranjos populacionais ou região metropolitana e mesmo sua participação em consórcios específicos, que fortalece sua capacidade institucional e a gestão regionalizada em temas específicos.

O tamanho do município também é fundamental para compreender as possíveis formas para enfrentar as questões apresentadas, e os tipos de instrumentos urbanísticos existentes e que podem ser utilizados. Um interessante levantamento²¹, feito pelo Projeto Cidade Presente, apontou recomendações sobre o tipo de instrumento urbanístico pertinente de acordo com o porte populacional do município, algo muito relevante levando-se em conta a sua capacidade institucional e os desafios enfrentados. Ainda distinguindo as cidades pelo porte, estudos do IPEA de subsídio à construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU²², ressaltam a importância da existência, por parte da gestão municipal, de recursos técnicos, como base cartográfica digitalizada e cadastro imobiliário, para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento urbano.

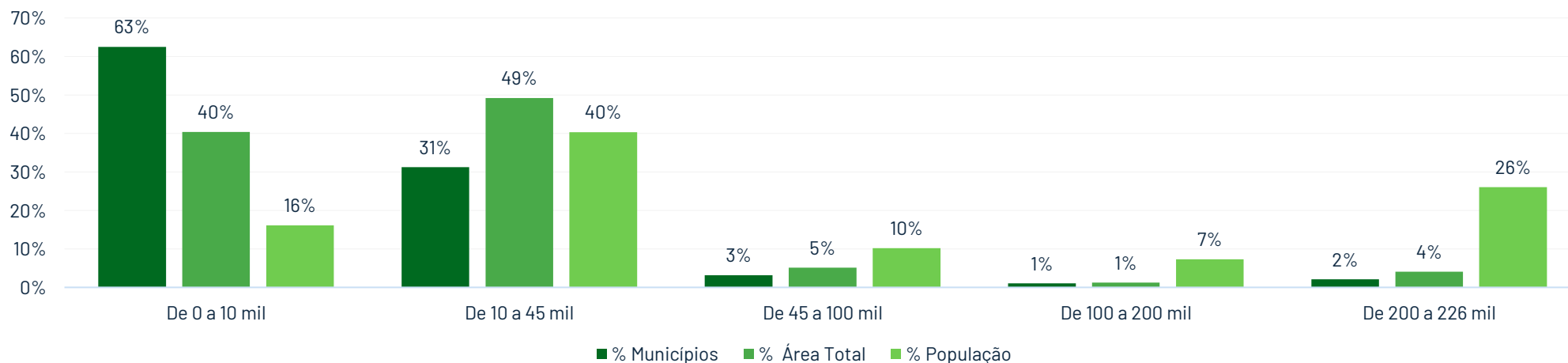
A referência usual para determinar o tamanho do município é o número de habitantes que possui. Porém, é importante posicionar essa variável junto a outras informações básicas deste para possibilitar um quadro mais abrangente.

No gráfico a seguir apresenta-se uma caracterização dos 96 municípios que compõem a região considerando, além da população absoluta, a relação entre sua extensão territorial sobre o total da área da região e sua população relativa ao total da região.

21 Maleronka, 2025. Caminhos para financiar Cidades Integradas

22 IPEA, 2020. Nota Técnica: A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios

Gráfico 13: Situação da Região de Presidente Prudente-Araçatuba por faixa populacional



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Fipe

De modo geral, é possível aferir que **63% dos municípios da região possuem até 10 mil habitantes**, no entanto, somam apenas 16% da população, e abrangem 40% do território. Já 31% de municípios na faixa entre 10 e 45 mil habitantes, representam 40% dos habitantes, e abrangem 49% do território. Vale ressaltar que os municípios de até 45mil habitantes representam 94% do total de municípios desta região.

Municípios de 45 a 200 mil habitantes representam somente 4% do território, com 17% da população e 6% da área desta região. E por fim, os municípios de Araçatuba e Presidente Prudente, com 200.124 e 225.668 habitantes,

respectivamente, sendo 26% do total da população da região, e abrangem 4% do território.

E ainda, de acordo com a faixa populacional do grupo de municípios, também é diferente a relação entre a quantidade de áreas urbanas e rurais e a população que reside em áreas urbanas e rurais²³.

23 Para este levantamento foram utilizados os dados do Censo de 2022, no nível de desagregação do setor censitário. A partir da classificação do IBGE sobre a situação de cada Setor Censitário foram somadas as áreas dos setores classificados como urbanos e dos classificados como rurais. E somada a

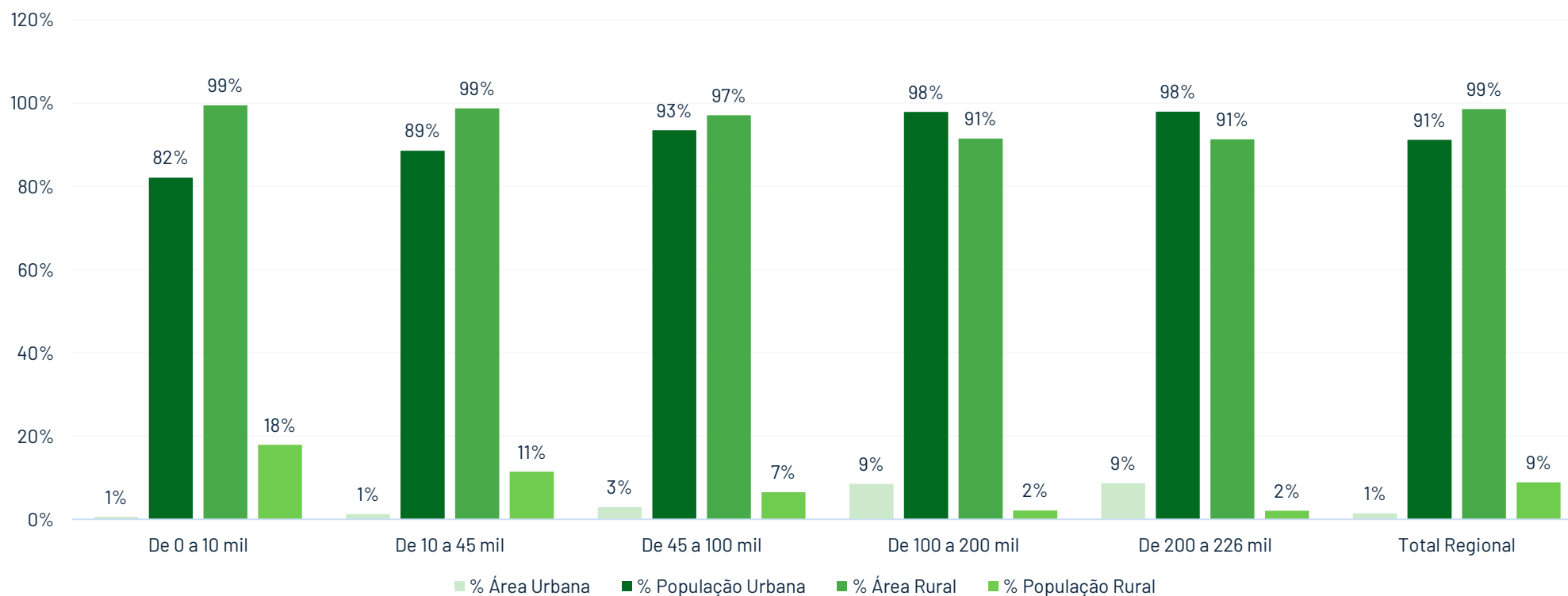
população de acordo com a situação do setor. Apesar da classificação entre urbano e rural ser praticamente dicotômica a nível de situação do setor, alguns setores censitários sem população foram classificados como nulos no campo de situação, e a somatória das áreas foi desconsiderado.

No gráfico seguinte apresenta-se a porcentagem de área rural e área urbana sobre a área que o conjunto destes municípios por faixa de população ocupam e a porcentagem da população em área urbana e área rural para o conjunto da população destes municípios.

Para os municípios de menor faixa populacional, a proporção da população residente em área urbana é menor do que para os municípios de maior porte (para os municípios de até 10 mil habitantes, a população em área urbana é de cerca de 82%, chegando a 98% em Araçatuba e Presidente Prudente) e, em relação à área urbana, a proporção também passa por um grande aumento (para os municípios de até 10 mil habitantes, a área urbana representa 1% do

território, enquanto para Araçatuba e Presidente Prudente, ela constitui 9% do território municipal). Ou seja, a área rural corresponde a uma porcentagem muito grande do território da região (99%), sendo esta representatividade ainda maior nos municípios pequenos.

Gráfico 14: Situação por grupos de faixa populacional



Destaca-se, todavia, que só a referência do porte populacional não é suficiente para a caracterização dos municípios. Outro fator que pode ser fundamental para a compreensão de suas dinâmicas, tendências e obrigações legais, é a localização e as ligações que ele possui com outros municípios. Por exemplo, um município de até 10 mil habitantes na região pode apresentar diferentes dinâmicas se ele estiver isolado ou pertencer a um arranjo populacional local, participando de interações mais intensas com

o município núcleo, ou mesmo dentro de um arranjo populacional, dependendo de suas interrelações com outros municípios e com o núcleo.

Ao analisar dois municípios de população abaixo de 10 mil habitantes com localizações e características distintas: **Euclides da Cunha Paulista**, localizado no extremo oeste da região, tem 7.924 habitantes, não pertence a arranjo populacional (os Arranjos Populacionais mais próximos são os de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, sendo Capital Regional C e

Centro de Zona A, respectivamente, segundo a Regic), possui o maior valor adicionado no setor “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, tem 37,7% da população inscrita no CadÚnico, apresentou TGCA populacional negativa de -1,57%, e TGCA da mancha urbana de 0,72%, com decréscimo populacional e expansão urbana baixa, sem apresentar variação positiva em tipologias habitacionais, e não possui plano diretor, nem obrigatoriedade de sua elaboração, além disso, sem variação na participação do PIB da região.

Já o município de **Coroados**, vizinho ao município de Birigui (Centro Sub-Regional B, segundo a Regic), que faz parte do Arranjo Populacional de Birigui, possui 5.400 habitantes, tem o maior valor adicionado na categoria agricultura, com 30% da população inscrita no CadÚnico, apresentou TGCA populacional baixa de 0,25%, e TGCA da mancha urbana alta de 1,83%, com baixo crescimento populacional e expansão urbana alta, e tendo a tipologia casas de vila e condomínio como a de maior proporção de crescimento no último período. Porém não possui plano diretor, e nem obrigatoriedade para sua elaboração.

O mapa a seguir destaca os dois municípios sinalizados, além de sinalizar os municípios de até 10 mil habitantes em relação à sua localização na região e aos arranjos populacionais.

ARRANJOS POPULACIONAIS E FAIXAS DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO

Região de Presidente Prudente - Araçatuba
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

////// Municípios em Destaque

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

- 0 a 5.000 mil
- 5.000 a 10.000 mil

Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

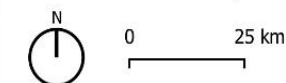
- AP Adamantina - Lucélia
- AP Birigui
- AP Gastão Vidigal - Monções
- AP Presidente Prudente
- AP Presidente Venceslau
- AP Santo Antônio do Aracanguá
- AP Tupi Paulista
- AP Valparaíso

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)

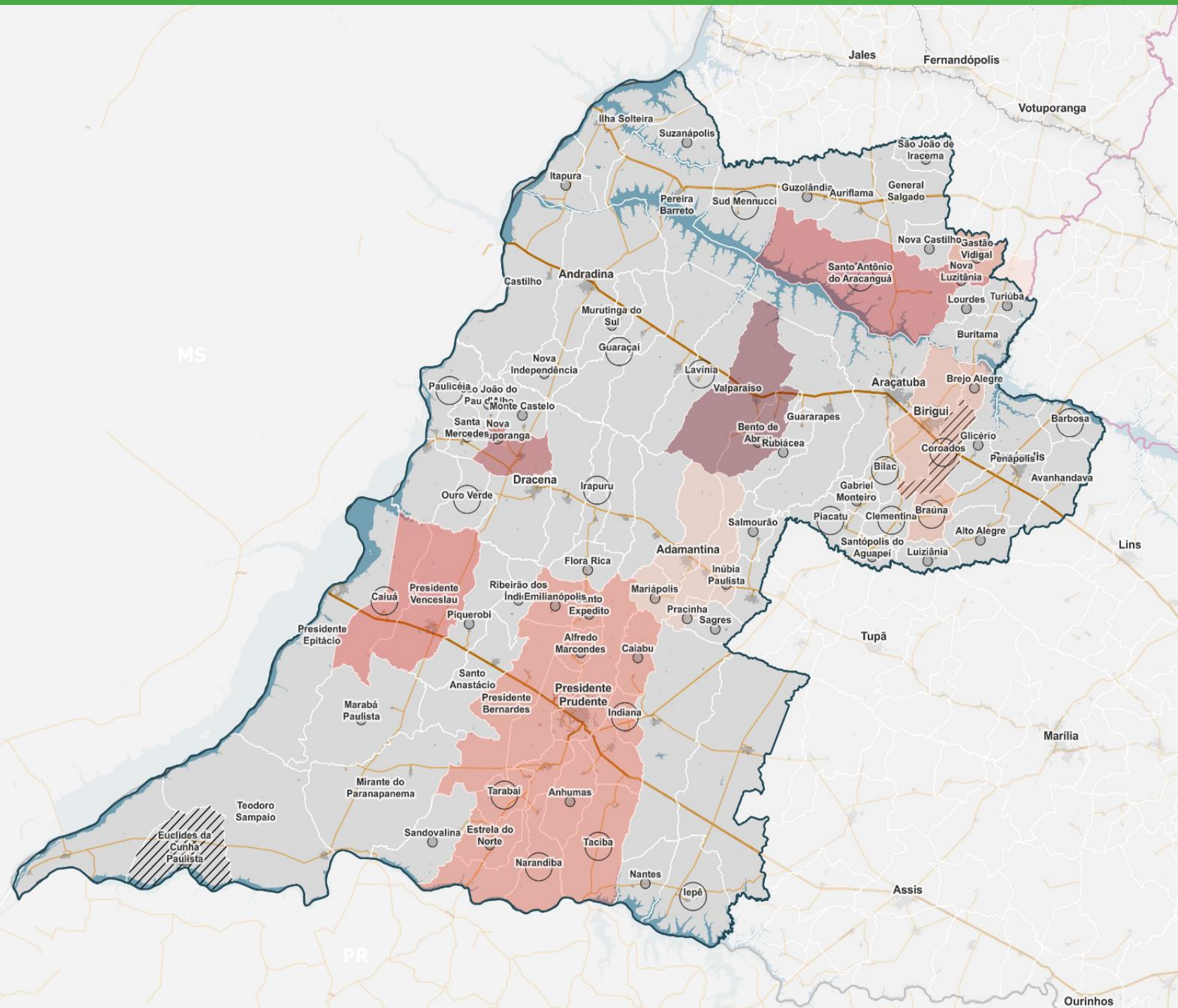
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Conclui-se que as demandas para o desenvolvimento urbano dos municípios são diversas, mesmo dentro da mesma faixa populacional. Os diferentes cruzamentos feitos neste caderno buscaram trazer um pouco desta diversidade, com a indicação, sintetizada acima, das principais questões presentes na região, assim como desafios e oportunidades identificados.

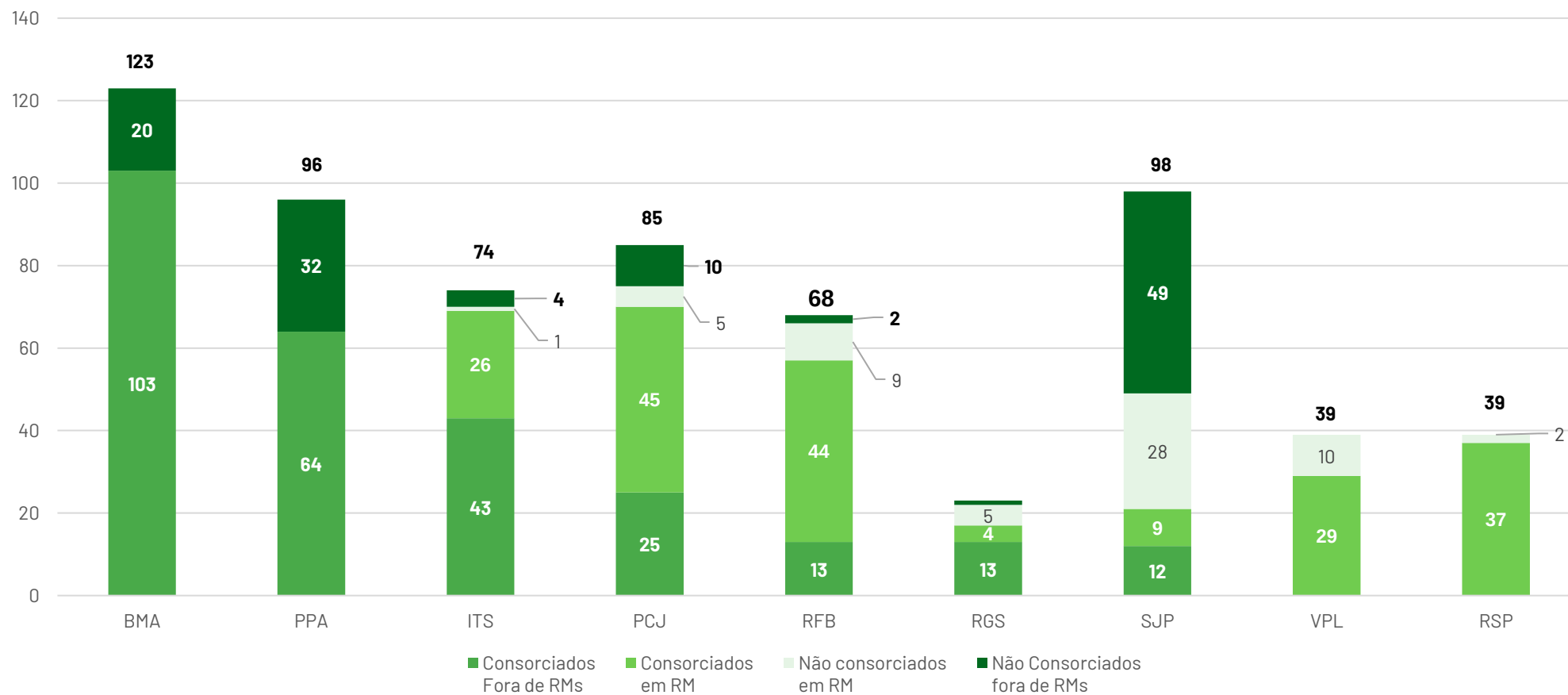
Em um contexto mais amplo, nos debates sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, é importante salientar a relevância dada ao financiamento da política urbana e sobre a governança para sua efetivação, incluindo a participação social e o monitoramento das políticas públicas urbanas. No texto base do Ministério das Cidades para a 6ª Conferência das Cidades, é destacada esta priorização necessária, fomentada por meio de subsídios e de editais de financiamento aos municípios.

Nesse sentido, vale ressaltar a quantidade de consórcios existentes nesta região, mesmo sem a existência de Regiões Metropolitanas, que poderiam

colaborar para a articulação das relações institucionais entre municípios, no total são 13 consórcios públicos intermunicipais atuantes.

O gráfico a seguir mostra o volume de municípios consorciados com os temas relacionados às funções públicas de interesse comum (FPICs) na região de Presidente Prudente-Araçatuba em relação às outras regiões do estado. Sendo esta região composta por 96 municípios, dos quais **64 fazem parte de algum consórcio público intermunicipal**, fica clara a necessidade de articulação entre eles com o propósito de viabilizar o atendimento a funções públicas de interesse comum, que estão descobertas devido à falta de governança interfederativa entre os municípios.

Gráfico 15: Consórcios por Região do PDUH



3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O ZEE-SP é o instrumento estadual de ordenamento e gestão do território e as diretrizes para a Zona de Gestão 2 (RA de Presidente Prudente) e para a Zona de Gestão 3 (RA de Araçatuba), devem ser consideradas para essa região de Presidente Prudente e Araçatuba visando uma integração de ações para o planejamento regional²⁴. As diretrizes de ordenamento e gestão do território indicadas pelo ZEE-SP partem das potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do território.

Para a região é destacada a relevância das atividades agropecuárias para a economia local e regional. No entanto, constitui um setor que, apesar dos índices de produtividade, enfrenta desafios quanto à sustentabilidade, conforme aponta a condição crítica e/ou de atenção dos indicadores de Sustentabilidade da produção agropecuária. Os indicadores relacionados à vegetação nativa e às Unidades de Conservação e áreas protegidas são críticos, o que constitui desafios para a conservação dos serviços ecossistêmicos fundamentais ao fornecimento de insumos e matérias primas para os setores produtivos. A ocorrência de pontos de erosão de forma abrangente nas RAs também é crítica, o que exigirá medidas para a implementação e o aprimoramento dos instrumentos de gestão de risco nos municípios.

As diretrizes do ZEE-SP para essas regiões refletem estes desafios, e as questões indicadas neste Diagnóstico Regional do PDUH estão em consonância com os temas e diretrizes indicadas pelo ZEE-SP para essas zonas.

Por fim, é importante destacar que o diagnóstico regional busca identificar questões incidentes ao conjunto da região e que, para que sejam endereçadas, para além da escala municipal e de modo integrado, é necessária uma governança interfederativa supramunicipal.

Para questões técnicas pontuais mostra-se eficiente e louvável a articulação por meio de consórcios, porém para temas envolvendo as diferentes funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, é válida a prerrogativa da governança interfederativa prevista no Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº 13.089/2015, importante instância a ser fortalecida, na adequada escala para articulação de questões regionais no âmbito do PDUH.

²⁴ Zoneamento e diretrizes aplicáveis para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado De São Paulo – ZEE-SP, SEMIL, 2022

3.3 PRÓXIMOS PASSOS

Os Eixos intersetoriais estruturadores deste Caderno Regional: (i) dinâmica ambiental e saneamento, (ii) desenvolvimento socioterritorial, (iii) infraestrutura social & urbana e mobilidade, (iv) mudanças climáticas e vulnerabilidade socioterritorial, serviram de base para a organização do diagnóstico apresentado regionalmente. Os desafios e oportunidades indicados nessa seção reforçam as principais questões regionais identificadas.

Como sequência do processo de estruturação do PDUH 2040, os destaques identificados foram apresentados em Encontros Técnicos Regionais, realizados ao longo de 2025 e 2026, que permitiram o recebimento de contribuições locais, validando e aprofundando o panorama regional verificado. O conteúdo deste Caderno, juntamente com as premissas e diretrizes iniciais do Plano, subsidiaram a construção de estratégias estaduais, ações e subações, organizadas por eixo intersetorial, visando ao enfrentamento dos principais desafios elencados. Este conteúdo propositivo e estratégico constituirá caderno específico contendo as estratégias e ações do Plano.

